



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH

ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

1.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 11/30 DE NOVEMBRO DE 2014

Publica-se ao Exército o seguinte:

## SUMÁRIO

### DECRETOS-LEIS

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Decreto-Lei n.º 167/2014:

Define os termos da extinção dos estabelecimentos fabris do Exército denominados Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e Oficinas Gerais de Material de Engenharia..... 432

### RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Presidência do Conselho de Ministros

##### Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2014:

Autoriza a realização da despesa destinada a suportar os encargos com a denúncia da participação de Portugal no Programa NH90... 435

### PORTARIAS

#### Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

##### Gabinetes do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

##### Portaria n.º 975/2014:

Extensão de encargos - PM 002  
Amadora - Quartel n.º 2 Amadora 436

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Portaria n.º 241/2014:

Aprova os modelos de contrato para a prestação de serviço militar em regime de contrato especial.... 437

##### Portaria n.º 245/2014:

Cria condições especiais de admissão ao regime de contrato especial para prestação de serviço militar..... 441

### DESPACHOS

#### Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

##### Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

##### Despacho n.º 14 321/2014:

Desafetação do domínio público militar - PM 13/Coimbra..... 443

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Gabinete do Ministro

##### Despacho n.º 13 494-A/2014:

Diretiva para a revisão da Lei de Programação de Infraestruturas Militares..... 445

<b>Despacho n.º 13 567/2014:</b>		<b>Comando do Exército</b>	
Aquisição de Munições.....	446	<b>Diretor coordenador do EME</b>	
<b>Despacho n.º 13 898/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 464/2014:</b>	
Alienação gratuita de viaturas Chevrolet do EMGFA ao serviço da FND/ISAF.....	446	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da UnAp/EME.....	450
<b>Despacho n.º 13 899/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 924/2014:</b>	
Aquisição de combustíveis a granel – Exército.....	447	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da UnAp/EME.....	451
<b>Despacho n.º 14 105/2014:</b>		<b>Comando das Forças Terrestres</b>	
Requisitos específicos de transição de RV e RC para RCE.....	447	<b>Comando da Brigada de Reação Rápida</b>	
<b>Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa</b>		<b>Comando e Gabinete</b>	
<b>Despacho n.º 13 902/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 844/2014:</b>	
Ratificação e implementação do STANAG 4 382 PPS ( <i>EDITION 2</i> ) — <i>Slow Heating, Munitions Test Procedures</i> .....	448	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RA4.....	451
<b>Despacho n.º 13 903/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 845/2014:</b>	
Ratificação e implementação do STANAG 4 367 ( <i>EDITION 3</i> ) — <i>Thermodynamic Interior Ballistic Model with Global Parameters</i> ...	448	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RI3.....	451
<b>Despacho n.º 13 904/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 846/2014:</b>	
Ratificação e implementação do STANAG 2 606 ( <i>EDITION 2</i> ) — <i>Guidance for the Conduct of Tactical Stability Activities and Tasks</i>	449	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do CTOE.....	452
<b>Despacho n.º 13 905/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 921/2014:</b>	
Ratificação e implementação do STANAG 4 358 ( <i>EDITION 1</i> ) — <i>Mutual Acceptance of Government Vehicle Test and Evaluation</i> ..	449	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Cmdt do IBI Para/FND/KFOR.....	452
<b>Despacho n.º 13 906/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 922/2014:</b>	
Ratificação e implementação do STANAG 4 375 ( <i>EDITION 3</i> ) — <i>Safety Drop, Munition Test Procedure</i> .....	449	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do 8.ºCN/ISAF.....	453
<b>Despacho n.º 13 964/2014:</b>		<b>Despacho n.º 13 923/2014:</b>	
Ratificação e implementação do STANAG 4 370 ( <i>EDITION 4</i> ) — <i>Environmental Testing</i> .....	450	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da UALE.....	453
<b>Despacho n.º 13 966/2014:</b>		<b>Despacho n.º 14 425/2014:</b>	
Ratificação e implementação do STANAG 4 373 ( <i>EDITION 3</i> ) — <i>The Nato Master Navigation Plan</i>	450	Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RC3.....	453
		<b>Despacho n.º 14 426/2014:</b>	
		Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RA4.....	454
		<b>Despacho n.º 14 427/2014:</b>	
		Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da ETP.....	454
		<b>LOUVORES</b>	
		<b>Tribunal da Comarca de Leiria</b>	
		<b>Louvor (extrato) n.º 553/2014:</b>	
		Louvor ao RA4 – Leiria.....	455

**Louvor (extrato) n.º 554/2014:**

Louvor à ESE – Caldas da Rainha 455

**AVISOS****Ministério dos Negócios Estrangeiros****Aviso n.º 110/2014:**

Torna público que foram cumpridas as formalidades internas de aprovação do Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General, Comandante Supremo Aliado para a Transformação, assinado em Bruxelas, no dia 3 de dezembro de 2013..... 455

**DECLARAÇÕES****Presidência do conselho de Ministros****Declaração de Retificação n.º 48/2014:**

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2014, de 4 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que autoriza a realização da despesa desti-

nada a suportar os encargos com a denúncia da participação de Portugal no Programa NH90, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 213, de 4 de novembro de 2014..... 456

**PROTOCOLOS****Protocolo de colaboração entre:****- O Exército e:**

- O Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul..... 456
- A Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa..... 460
- O REI e a Câmara Municipal do Sardoal..... 462
- O REI e a Empresa Orica Mining Services Portugal, S.A..... 466

**ACORDOS****Acordo de colaboração entre:****- O Exército e:**

- O RA4 e o Instituto de emprego e Formação Profissional :
- Contrato n.º 20144260229..... 468
- Contrato n.º 20134260578..... 471

## **I — DECRETOS-LEIS**

### **Ministério da Defesa Nacional**

#### **Decreto-Lei n.º 167/2014 de 6 de novembro**

O Programa do XIX Governo Constitucional fixa, como medida destinada a realizar os objetivos estratégicos da defesa nacional, a racionalização da despesa militar, nomeadamente através da melhor articulação entre os ramos das Forças Armadas e uma maior eficiência na utilização de recursos, designadamente desativando unidades, estabelecimentos e sistemas de armas não essenciais.

Os vários estudos realizados ao longo das últimas décadas referem a existência de estabelecimentos fabris que se encontram, há muito, de uma forma geral, a atravessar uma profunda crise, apresentando baixa produtividade, produtos desatualizados, reduzida capacidade competitiva e dotados de modelos de gestão e de cultura empresarial inadequados.

Os constantes e avultados prejuízos, inoportáveis na filosofia de contenção orçamental em que Portugal está empenhado, e o desajustamento produtivo e competitivo dos estabelecimentos fabris, exigem decisões de fundo que permitam tornar o setor mais racionalizado, designadamente ao nível da sua gestão.

Existem, neste quadro, estabelecimentos fabris sobre os quais está comprovadamente adquirida a respetiva inviabilidade industrial, económica e financeira, como é o caso das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE).

As OGFE e as Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME) são reguladas não só pelo disposto na Lei n.º 2 020, de 19 de março de 1947, no Decreto-Lei n.º 41 892, de 3 de outubro de 1958, alterado, entre outros diplomas, pelo Decreto-Lei n.º 49 188, de 13 de agosto de 1969, no Decreto-Lei n.º 44 322, de 3 de maio de 1962, que estabelece o quadro orgânico das OGME, que viria a ser alterado pelo Decreto-Lei n.º 48 283, de 21 de março de 1968, na Portaria n.º 621/72, de 21 de outubro, e no Decreto-Lei n.º 646/75, de 17 de novembro, mas também por legislação dispersa com incidência em diferentes setores da sua atividade.

As OGFE e as OGME, atualmente sujeitas, nos termos da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro, aos poderes de direção e fiscalização do Comando da Logística do Exército, o qual integra os denominados órgãos centrais de administração e direção daquele ramo das Forças Armadas, têm vindo a sofrer ao longo dos anos sucessivas intervenções, na tentativa de as adaptar à evolução verificada no setor e aos novos desígnios da defesa nacional.

O Exército, componente terrestre do sistema de forças nacional, é uma instituição estruturante do Estado Português, devendo ser moderno, adaptado e adaptável às alterações do ambiente político, estratégico e operacional contemporâneo, desperto para a evolução científica e tecnológica, adequado à realidade da profissionalização, em suma, uma instituição de acordo com os recursos humanos e económicos do país, versátil e disponível para a mudança, no contexto mais amplo do definido na Lei da Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, e na Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro.

O quadro jurídico em que assenta a operação de extinção das OGFE e OGME é, num primeiro plano, o da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro, o do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, com as necessárias adaptações, que estabelece o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efetivos, e, finalmente, ao nível do enquadramento das condições de requalificação dos recursos humanos, pelo vertido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em matéria de reafecção de trabalhadores em caso de reorganização de órgãos ou serviços da Administração Pública.

Foi promovida, a título facultativo, a audição das organizações representativas dos trabalhadores.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### **Artigo 1.º Objeto**

O presente decreto-lei define os termos da extinção dos estabelecimentos fabris do Exército denominados Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE) e Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME).

## **Artigo 2.º**

### **Extinção**

- 1 — São extintas as OGFE.
- 2 — São extintas, por fusão, as OGME, sendo as suas atribuições e competências integradas no Exército, através do seu Comando da Logística.

## **CAPÍTULO I**

### **Extinção das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento**

## **Artigo 3.º**

### **Processo de extinção**

- 1 — O processo de extinção das OGFE decorre no prazo de 40 dias úteis, a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, sendo-lhe aplicável o regime previsto no Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, com as adaptações constantes do presente diploma.
- 2 — O processo de extinção referido no número anterior compreende:
  - a) Todas as operações e decisões necessárias à cessação da atividade das OGFE;
  - b) A colocação dos trabalhadores das OGFE em situação de requalificação;
  - c) A reafetação de todos os demais recursos das OGFE.

## **Artigo 4.º**

### **Responsabilidade pelo processo de extinção das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento**

- 1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes do presente capítulo, o processo de extinção das OGFE decorre sob a responsabilidade do respetivo diretor, sob a supervisão do Chefe do Estado-Maior do Exército.
- 2 — Até ao termo do processo de extinção, a responsabilidade pela execução orçamental incumbe ao responsável máximo das OGFE que, nos termos da lei, elabora e documenta a prestação de contas.
- 3 — A prestação de contas é remetida ao Tribunal de Contas, no prazo máximo de 45 dias úteis, a contar da data referida no número anterior.

## **Artigo 5.º**

### **Procedimentos relativos ao pessoal das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento**

Aos trabalhadores das OGFE são aplicáveis as regras relativas ao procedimento de extinção previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para a reafetação de trabalhadores em caso de reorganização de órgãos ou serviços da Administração Pública.

## **Artigo 6.º**

### **Passivo e responsabilidades**

A assunção de passivos e responsabilidades sobre as OGFE, no contexto da extinção e do correspondente processo de liquidação, é assegurado por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 120.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de março, e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

## **Artigo 7.º**

### **Bens imóveis**

- 1 — Os bens imóveis do domínio público militar que se encontrem afetos às OGFE, são reafetados ao Exército/Ministério da Defesa Nacional.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, é elaborada, em articulação com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, uma relação de todos os bens imóveis afetos às OGFE à data de entrada em vigor do presente decreto-lei.

### **Artigo 8.º**

#### **Posição processual**

O Ministério da Defesa Nacional, através do Exército, assume a posição processual das OGFE nos processos judiciais que subsistam à data da conclusão do processo de extinção.

## **CAPÍTULO II**

### **Extinção das Oficinas Gerais de Material de Engenharia**

### **Artigo 9.º**

#### **Processo de extinção por fusão**

1 — O processo de extinção das OGME, por fusão das suas atribuições e competências no Comando da Logística do Exército, decorre no prazo de 40 dias úteis, a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, sendo-lhe aplicável o regime previsto no Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, com as adaptações constantes do presente diploma.

2 — O processo de extinção referido no número anterior compreende:

- a) Todas as operações e decisões necessárias à transferência das atribuições e competências legalmente cometidas às OGME para o Comando da Logística do Exército;
- b) A reafetação e colocação dos trabalhadores das OGME em situação de requalificação;
- c) A reafetação de todos os demais recursos das OGME.

### **Artigo 10.º**

#### **Responsabilidade pelo processo de extinção das Oficinas Gerais de Material de Engenharia**

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes do presente capítulo, o processo de extinção, por fusão, das OGME decorre sob a responsabilidade do Comandante da Logística do Exército, com a colaboração do diretor das OGME.

2 — Até ao termo do processo de extinção, a responsabilidade pela execução orçamental incumbe ao responsável máximo das OGME, que, nos termos da lei, elabora e documenta a prestação de contas.

3 — A prestação de contas é remetida ao Tribunal de Contas, no prazo máximo de 45 dias úteis, a contar da data referida no número anterior.

### **Artigo 11.º**

#### **Procedimentos relativos ao pessoal das Oficinas Gerais de Material de Engenharia**

1 — Aos trabalhadores das OGME são aplicáveis as regras relativas ao procedimento de fusão previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para a reafetação de trabalhadores em caso reorganização de órgãos ou serviços da Administração Pública.

2 — É fixado como critério geral e abstrato de identificação do universo de trabalhadores necessários à prossecução das atribuições e ao exercício das competências transferidas por força do presente decreto-lei, o desempenho de funções nas OGME.

### **Artigo 12.º**

#### **Sucessão**

O Exército sucede às OGME na totalidade das atribuições e competências, direitos e obrigações que subsistam na titularidade desta, assumindo todas as posições jurídicas de que seja titular, independentemente de quaisquer formalidades.

**Artigo 13.º**  
**Referências legais**

As referências legais às OGME e aos seus órgãos consideram-se feitas ao Exército.

**CAPÍTULO III**  
**Disposições transitórias e finais**

**Artigo 14.º**  
**Norma transitória**

O diretor das OGFE mantém, até ao final do processo de extinção previsto no capítulo I do presente decreto-lei, as competências previstas nos diplomas que regulam a atividade deste estabelecimento fabril.

**Artigo 15.º**  
**Norma revogatória**

1 — São revogados:

- a) A Lei n.º 2 020, de 19 de março de 1947, na parte respeitante às OGFE e OGME;
- b) O Decreto-Lei n.º 41 892, de 3 de outubro de 1958, na parte respeitante às OGFE e OGME;
- c) O Decreto-Lei n.º 44 322, de 3 de maio de 1962, na parte respeitante às OGME;
- d) O Decreto-Lei n.º 48 283, de 21 de março de 1968, na parte respeitante às OGME;
- e) O Decreto-Lei n.º 49 188, de 13 de agosto de 1969.

2 — São ainda revogados todos os diplomas legais e regulamentares que regulem conteúdos orgânicos e de funcionamento próprios das OGFE e OGME, bem como a demais legislação e regulamentação complementar específica aplicável a estes estabelecimentos fabris.

**Artigo 16.º**  
**Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de setembro de 2014. — *Pedro Passos Coelho* — *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque* — *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Promulgado em 28 de outubro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 29 de outubro de 2014.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

(DR, 1.ª Série, n.º 215, 06nov14)

---

**II — RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS**

**Presidência do Conselho de Ministros**

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2014**

Em 2001, Portugal aderiu ao Programa NH90, no quadro da NATO, para a conceção, desenvolvimento, produção, aquisição e apoio logístico, ao longo do ciclo de vida, de um helicóptero médio: *NATO Helicopter 90s* (NH90).

A adesão de Portugal ao Programa NH90 teve lugar numa conjuntura que se afasta da atual, atento o decurso do tempo, as profundas alterações técnicas e financeiras que o Programa teve e a alteração das circunstâncias macroeconómicas a nível nacional e internacional.

Os encargos financeiros com a continuação da participação no Programa NH90, designadamente a aquisição de helicópteros, de equipamentos e de sistemas, projetos e desenvolvimento seria superior a 450 M€, ao que acresceriam os encargos com o apoio logístico e manutenção dos dez helicópteros NH90, entre 2012 e 2028, de mais de 180 M€, num total nunca inferior a 580 M€;

A decisão da denúncia da participação de Portugal no Programa NH90, foi determinada pelo enfoque financeiro do Programa, pela sua complexidade e pela incerteza quanto ao sucesso e vantagem económica do mesmo.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2012, de 10 de julho, mandou o Ministro da Defesa Nacional para definir e negociar os termos da denúncia da participação de Portugal no Programa NH90;

Pelo despacho n.º 12 120/2012, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 14 de setembro, foi cometida à Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, a execução de todas as diligências, designadamente junto da agência do programa NH90 (NAHEMA) e do consórcio industrial (NHI), para a célere conclusão do processo de denúncia em curso.

Em resultado das negociações com estas entidades, que ocorreram desde junho de 2012, no âmbito do processo de denúncia, foi firmado o acordo final que termina, definitivamente, com a participação de Portugal no Programa NH90.

Assim:

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Autorizar a realização da despesa destinada a suportar os encargos do Estado Português com a denúncia da participação de Portugal no Programa NH90, até ao montante de € 37 000 000,00, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável.

2 — Determinar que o encargo orçamental decorrente da despesa referida no número anterior é integralmente suportado no ano de 2014, pelas verbas da Lei de Programação Militar.

3 — Delegar no Ministro da Defesa Nacional, com faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito da presente resolução.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 23 de outubro de 2014. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

(DR, 1.ª Série, n.º 213, 04nov14)

### III — PORTARIAS

#### Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

#### Gabinetes do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

#### Portaria n.º 975/2014

Considerando a Diretiva Ministerial difundida pelo Despacho n.º 149/MDN/12, de 12 de junho de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional que iniciou o atual processo de Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas;

Considerando a Diretiva n.º 48/CEME/12, de 22 de junho, de Sua Excelência o Chefe de Estado-Maior do Exército que difundiu as orientações gerais para as principais ações a desenvolver no biénio 2012/14, visando assegurar de forma sustentada a continuidade do processo de Transformação do Exército, através da otimização da componente fixa, de um equilíbrio entre concentração e dispersão do dispositivo pelo Território Nacional, com a concentração de U/E/O, designadamente nos grandes centros urbanos que possibilite sinergias e economia de recursos;



Considerando que a concentração do Regimento de Lanceiros 2 (RL2), do Comando das Forças Terrestres (CFT), do Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército (CSMIE) e do Gabinete de Classificação e Seleção de Lisboa (GCSL) no PM002/Amadora — Quartel N.º 2 da Amadora, permite a criação de sinergias, a economia de recursos e a libertação dos Prédios Militares na Calçada da Ajuda, em Oeiras e do Quartel de Lippe em Lisboa;

Considerando que a instalação destas U/E/O no PM002/Amadora — Quartel N.º 2 da Amadora, só é possível após a realização de obras que permitam a adaptação dos edifícios existentes às novas funcionalidades;

Considerando que a materialização dessa obra é conseguida através da execução de empreitada que dará origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico;

Considerando que a Empreitada, no PM 002/AMADORA — QUARTEL N.º 2 DA AMADORA (UnApAMAS) — “Remodelação dos edifícios an08, an09, an10, an11, an15, an16, an20, e an21 para instalação do CFT, RL2, GCSL e CSMIE, foi adjudicada pelo montante de € 658 000,00 ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, e com prazo de 120 dias;

Considerando que o início das obras ainda não ocorreu;

Torna-se, assim, necessário proceder à repartição plurianual dos encargos financeiros daí decorrentes nos anos económicos de 2014 e 2015.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

1 — Fica o Exército Português autorizado a proceder à repartição de encargos relativos aos contratos das empreitadas de Remodelação/Adaptação dos Edifícios PM 002/AMADORA — QUARTEL N.º 2 DA AMADORA (UnApAMAS) — “Remodelação dos edifícios an08, an09, an10, an11, an15, an16, an20, e an21 para instalação do CFT, RL2, GCSL e CSMIE até ao montante global estimado de, respetivamente, € 658 000,00 ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor.

2 — Os encargos orçamentais decorrentes da execução dos contratos acima referidos são repartidos, previsivelmente, da seguinte forma:

Em 2014 — € 361 900,00, ao qual acresce o IVA;

Em 2015 — € 296 100,00, ao qual acresce o IVA.

3 — O montante fixado para o ano de 2015 será acrescido do saldo apurado na execução orçamental do ano anterior.

4 — Os encargos financeiros resultantes da execução da presente portaria serão suportados:

a) No ano de 2014, por verbas inscritas no Capítulo 04, Divisão 04, Subdivisão 00, da fonte de financiamento 111 — Receitas Gerais da Atividade 258, na classificação económica D.02.02.03 do Orçamento do Estado;

b) No ano de 2015, por dotação a inscrever, no Capítulo 04, Divisão 04, Subdivisão 00, da fonte de financiamento 111 — Receitas Gerais da Atividade 258, na classificação económica D.07.01.14.A0.00 do Orçamento do Estado.

5 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

7 de novembro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.  
— O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*.

(DR, 2.ª Série, n.º 224, 19nov14)

## **Ministério da Defesa Nacional**

### **Portaria n.º 241/2014 de 20 de novembro**

Perante a diversidade e especificidade das necessidades inerentes à missão das Forças Armadas, a Lei do Serviço Militar aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, para além do regime de voluntariado e do regime de contrato, prevê no n.º 3 do

artigo 28.º, a possibilidade de existirem regimes de contrato de duração alargada, para situações funcionais cujo grau de formação e treino são complexos e com elevadas habilitações académicas e exigências técnicas, garantindo deste modo uma prestação de serviço mais prolongada e adequada às necessidades dos ramos das Forças Armadas.

Neste sentido, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro que estabelece o regime de contrato especial para a prestação de serviço militar, adiante designado por RCE, aplicável à categoria de oficial, nas áreas funcionais de medicina, pilotagem de aeronaves e assistência religiosa.

De acordo com o disposto no referido diploma, compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, aprovar, mediante portaria, os modelos de contrato para prestação de serviço militar em RCE.

Nestes termos, a presente portaria visa a aprovação dos modelos de contrato para prestação de serviço militar em RCE.

Assim,

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

### **Artigo 1.º** **Objeto**

São aprovados os modelos de contrato para a prestação de serviço militar em regime de contrato especial constantes dos anexos A e B à presente portaria, da qual fazem parte integrante.

### **Artigo 2.º** **Modelo A**

Os cidadãos que ingressem em RCE, provenientes da reserva de recrutamento ou da reserva de disponibilidade, celebram o contrato cujo modelo consta do anexo A.

### **Artigo 3.º** **Modelo B**

Os militares em regime de voluntariado (RV) e de contrato (RC) e que se encontrem na situação prevista no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro e que transitem para o RCE, celebram o contrato cujo modelo consta do anexo B.

### **Artigo 4.º** **Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*, em 10 de novembro de 2014.

## **ANEXO A**

### **MODELO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR EM REGIME DE CONTRATO ESPECIAL**

(Identificação do número de identificação militar da entidade militar outorgante, posto, classe, arma, serviço ou especialidade e nome) em representação do Chefe do Estado-Maior do(a) (indicação dos ramos das Forças Armadas) adiante designado por Primeiro Outorgante e (indicação do nome do cidadão, do seu número de identificação militar, estado civil, concelho de naturalidade, número do bilhete de identidade e respetivas data de emissão e órgão emissor, ou número do cartão de cidadão, número de identificação fiscal, repartição de finanças correspondente e residência) adiante designado(a) Segundo(a)

Outorgante, celebram entre si, nos termos do Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro e demais legislação aplicável, o presente contrato:

### **Cláusula Primeira**

O(A) Segundo(a) Outorgante é contratado(a) para prestar serviço militar, em regime de contrato especial, com as funções correspondentes à (indicação da classe, serviço ou especialidade) da categoria de oficial, do(a) (indicação do respetivo ramo).

### **Cláusula Segunda**

Durante a vigência do presente contrato, o(a) Segundo(a) Outorgante detém a condição de militar das Forças Armadas, com todos os direitos e deveres previstos na legislação aplicável, nomeadamente o direito a auferir uma remuneração correspondente ao posto e ao tempo de serviço efetivo prestado.

### **Cláusula Terceira**

1. O presente contrato entra em vigor em (indicação da data), que corresponde à data da incorporação/apresentação do(a) Segundo(a) Outorgante na unidade, estabelecimento ou órgão a designar pelo(a) (indicação do respetivo ramo).

2. De acordo com o estabelecido no despacho (indicação do número e data desse despacho) do Chefe do Estado-Maior do(a) (indicação do ramo respetivo), o presente contrato tem um período inicial mínimo de duração de (indicação do período), contado a partir da conclusão, com aproveitamento, da respetiva instrução militar.

### **Cláusula Quarta**

1. Findo o período inicial mínimo de duração do contrato fixado na cláusula anterior, o contrato é sucessivamente renovável por períodos de dois anos, até um máximo de 18 anos, sempre que permaneça vaga no respetivo efetivo das Forças Armadas e o(a) Segundo(a) Outorgante tenha avaliação do mérito favorável que o permita.

2. Para efeitos do número anterior, deve o(a) Segundo(a) Outorgante requerer a renovação do contrato, por escrito, com a antecedência mínima de 60 dias relativamente à data da sua cessação.

### **Cláusula Quinta**

1. As partes contratantes podem rescindir livre e unilateralmente o presente contrato durante o período experimental, mediante comunicação escrita apresentada com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

2. O(A) Segundo(a) Outorgante que rescinda o presente contrato após a data da conclusão da instrução complementar e antes do termo do período inicial mínimo referido no número 2 da cláusula terceira, fica sujeito ao pagamento de uma indemnização ao Estado, nos termos e montantes fixados por despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Chefe de Estado-Maior do(a) (indicação do ramo), tendo em conta os custos envolvidos na formação ministrada e a expectativa de afetação funcional do militar.

3. Sem prejuízo do ressarcimento a que se refere o número anterior, a rescisão do contrato nas situações ali previstas depende da apresentação de pré-aviso por parte do Segundo Outorgante com a antecedência mínima de 60 dias, ou do pagamento de indemnização no valor da remuneração base correspondente ao período de pré-aviso em falta.

4. A rescisão do contrato pelo(a) Segundo(a) Outorgante, após o período de inicial mínimo de duração do contrato estipulado no número 2 da cláusula terceira, depende da apresentação de pré-aviso com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, implicando o não cumprimento deste prazo, o pagamento pelo militar de uma indemnização no valor da remuneração base correspondente ao período de pré-aviso em falta.

5. A rescisão do vínculo contratual não produz efeitos enquanto o militar estiver em situação de campanha, integrado em forças fora dos quartéis ou bases, ou embarcado em unidades navais ou aéreas, bem como no desempenho de missões temporárias de serviço fora do território nacional.

O(A) Segundo(a) Outorgante declara que compreende plenamente e aceita sem quaisquer reservas o presente contrato e todas as cláusulas dele constantes nos seus precisos termos e que lhe foi entregue a informação escrita onde constam os seus direitos e deveres, os objetivos nacionais das Forças Armadas, a organização do(a) (indicação do respetivo ramo) e um exemplar do Regulamento de Disciplina Militar.

O presente contrato é assinado em dois exemplares, destinados a cada um dos outorgantes.

Assinaturas:

O Primeiro Outorgante no uso da competência para o efeito delegada pelo Chefe do Estado-Maior do(a) (indicação do ramo respetivo), ou subdelegada pelo (indicação da autoridade militar competente):

O(A) Segundo(a) Outorgante:

## **ANEXO B**

### **MODELO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR EM REGIME DE CONTRATO ESPECIAL PARA OS MILITARES EM REGIME DE VOLUNTARIADO (RV) E DE CONTRATO (RC) EM EFETIVIDADE DE SERVIÇO.**

(Identificação do número de identificação militar da entidade militar outorgante, posto, classe, arma, serviço ou especialidade e nome) em representação do Chefe do Estado-Maior do(a) (indicação dos ramos das Forças Armadas) adiante designado por Primeiro Outorgante e (indicação do nome do cidadão, do seu número de identificação militar, estado civil, concelho de naturalidade, número do bilhete de identidade e respetivas data de emissão e órgão emissor, ou número do cartão de cidadão, número de identificação fiscal, repartição de finanças correspondente e residência) adiante designado(a) Segundo(a) Outorgante, celebram entre si, nos termos do Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro e demais legislação aplicável, o presente contrato:

#### **Cláusula Primeira**

O(A) Segundo(a) Outorgante é contratado(a) para prestar serviço militar, em regime de contrato especial, com as funções correspondentes à (indicação da classe, serviço ou especialidade) da categoria de oficial, do(a) (indicação do respetivo ramo).

#### **Cláusula Segunda**

Durante a vigência do presente contrato, o(a) Segundo(a) Outorgante detém a condição de militar das Forças Armadas, com todos os direitos e deveres previstos na legislação aplicável, nomeadamente o direito a auferir uma remuneração correspondente ao posto e ao tempo de serviço efetivo prestado.

#### **Cláusula Terceira**

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua celebração, cessando automaticamente o vínculo existente, nos termos do n.º 5 do artigo 14.º do Decreto-Lei 130/2010, de 14 de dezembro.

2. De acordo com o estabelecido no despacho (indicação do número e data desse despacho) do Chefe do Estado-Maior do(a) (indicação do ramo respetivo), o presente contrato tem o período inicial mínimo de duração de (indicação do período), contado a partir da conclusão, com aproveitamento, da respetiva instrução militar, contabilizado o tempo de serviço prestado em RC e em RV, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei 130/2010, de 14 de dezembro.

### **Cláusula Quarta**

1. Findo o período inicial mínimo de duração do contrato fixado na cláusula anterior, o contrato é sucessivamente renovável por períodos de dois anos, até um máximo de 18 anos, sempre que permaneça vaga no respetivo efetivo das Forças Armadas e o(a) Segundo(a) Outorgante tenha avaliação de mérito favorável que o permita.

2. Para efeitos do número anterior, deve o(a) Segundo(a) Outorgante requerer a renovação do contrato, por escrito, com a antecedência mínima de 60 dias relativamente à data da sua cessação.

### **Cláusula Quinta**

1. As partes contratantes podem rescindir livre e unilateralmente o presente contrato durante a instrução complementar, se esta for ministrada ao (à) Segundo(a) Outorgante, mediante comunicação escrita apresentada com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

2. O(A) Segundo Outorgante que rescinda o presente contrato após a data da conclusão da instrução complementar e antes do termo do período inicial mínimo referido no número 2 da cláusula terceira, fica sujeito ao pagamento de uma indemnização ao Estado, nos termos e montantes fixados por despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Chefe de Estado-Maior do(a) (indicação do ramo), tendo em conta os custos envolvidos na formação ministrada e a expectativa de afetação funcional do militar.

3. Sem prejuízo do ressarcimento a que se refere o parágrafo anterior, a rescisão do contrato nas situações ali previstas depende da apresentação de pré-aviso por parte do Segundo Outorgante com a antecedência mínima de 60 dias, ou do pagamento de indemnização no valor da remuneração base correspondente ao período de pré-aviso em falta.

4. A rescisão do contrato pelo(a) Segundo(a) Outorgante, após o período de inicial mínimo de duração do contrato estipulado no número 2 da sua cláusula terceira, depende da apresentação de pré-aviso com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, implicando o não cumprimento deste prazo, o pagamento pelo militar de uma indemnização no valor da remuneração base correspondente ao período de pré-aviso em falta.

5. A rescisão do vínculo contratual não produz efeitos enquanto o militar estiver em situação de campanha, integrado em forças fora dos quartéis ou bases, ou embarcado em unidades navais ou aéreas, bem como no desempenho de missões temporárias de serviço fora do território nacional.

O(A) Segundo(a) Outorgante declara que compreende plenamente e aceita sem quaisquer reservas o presente contrato e todas as cláusulas dele constantes nos seus precisos termos e que lhe foi entregue a informação escrita onde constam os seus direitos e deveres, os objetivos nacionais das Forças Armadas, a organização do(a) (indicação do respetivo ramo) e um exemplar do Regulamento de Disciplina Militar.

O presente contrato é assinado em dois exemplares, destinados a cada um dos outorgantes.

Assinaturas:

O Primeiro Outorgante no uso da competência para o efeito delegada pelo Chefe do Estado-Maior do(a) (indicação do ramo respetivo), ou subdelegada pelo (indicação da autoridade militar competente):

O(A) Segundo(a) Outorgante:

(DR, 1.ª Série, n.º 225, 20nov14)

**Portaria n.º 245/2014  
de 25 de novembro**

O regime de contrato especial (RCE) para prestação de serviço militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, prevê no n.º 2 do seu artigo 5.º que as condições especiais de admissão

dos cidadãos que pretendam prestar serviço militar neste regime sejam estabelecidas através de Portaria do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Chefe de Estado-Maior de cada ramo das Forças Armadas.

A natureza objetiva da matéria a tratar permite adotar uma formulação regulamentar comum às Forças Armadas, salvaguardando as competências de cada ramo nos procedimentos concursais de que venham a ser responsáveis, e os requisitos específicos próprios de cada área.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 28.º da Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, e no n.º 2 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

### **Artigo 1.º**

#### **Requisitos**

1 — Constituem condições especiais de admissão ao regime de contrato especial (RCE) para prestação de serviço militar, a satisfação de requisitos:

- a) Médicos, físicos e psicológicos, aferidos através de exames, testes e provas de seleção;
- b) Habilitacionais, especificamente estabelecidos em função da classe, serviço ou especialidade para a qual é aberto concurso.

2 — Os requisitos a que se refere a alínea a) do número anterior são os parametrizados nas tabelas gerais de inaptidão e incapacidade para a prestação de serviço por militares e militarizados nas Forças Armadas, aprovadas pela Portaria n.º 790/99, de 7 de setembro, na redação que lhe foi sucessivamente conferida pelas Portarias n.ºs 1 157/200, de 7 de dezembro e 1 195/2001, de 16 de outubro, podendo ser modificados ou complementados em função das particulares características ou exigências psicofísicas inerentes às funções desenvolvidas pelas diferentes classes, serviços ou especialidades, nos termos a fixar pela entidade responsável pela abertura do concurso.

### **Artigo 2.º**

#### **Avisos de abertura**

Dos avisos de abertura de concursos consta obrigatoriamente:

- a) A discriminação de todos os requisitos a preencher pelos candidatos, bem como os prazos e procedimentos a observar no processo de seleção;
- b) A referência à prévia verificação da existência das vagas postas a concurso, bem como da obtenção de quaisquer outras autorizações de que a lei faça depender a vinculação decorrente do concurso.

### **Artigo 3.º**

#### **Assistência religiosa**

Sem prejuízo da verificação das condições gerais e especiais aplicáveis, o recrutamento para a área funcional de assistência religiosa segue as especificidades previstas no Decreto-Lei n.º 251/2009, de 23 de setembro.

### **Artigo 4.º**

#### **Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*, em 10 de novembro de 2014.

(DR, 1.ª Série, n.º 228, 25nov14)

## IV — DESPACHOS

### Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

#### Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

#### Despacho n.º 14 321/2014

Considerando os objetivos de reorganização e de requalificação das infraestruturas militares prosseguidos pela política de modernização das Forças Armadas, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência e assegurar o cumprimento das suas missões, a Lei de Programação das Infraestruturas Militares, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, consagrou o regime de programação da gestão dos imóveis afetos à Defesa Nacional;

No desenvolvimento do regime aí estabelecido, o Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, definiu o universo de imóveis suscetíveis de rentabilização nos termos previstos na Lei de Programação das Infraestruturas Militares, do qual consta o PM 13/Coimbra (parte) – Quartel da Graça ou da Sofia;

Considerando que pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2003, de 18 de junho e Despacho n.º 7 219/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 80 de 26 de abril, foi desafetada parte do PM 13/Coimbra — Quartel da Graça ou da Sofia, importando proceder à desafetação da área remanescente, com vista à sua rentabilização a qual constitui um contributo para a gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional com os inerentes benefícios financeiros;

Considerando que a Universidade de Coimbra manifestou interesse no arrendamento de uma parte da área a desafetar, que melhor se identifica na planta anexa a este despacho, com vista à instalação de serviços, pelo montante de € 4 000/mês, o qual foi homologado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças/Ministério das Finanças;

Considerando, ainda, que a Universidade de Coimbra está interessada na futura aquisição da área a arrendar, pelo montante de € 930 000,00, o qual foi igualmente homologado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças do Ministério das Finanças.

Considerando, finalmente que, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 5.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, a desafetação do domínio público militar é feita por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional;

Assim, ao abrigo do n.º 1 e 2 do artigo 5.º, do n.º 3 do artigo 6.º, da alínea b) do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 3/2008 de 8 de setembro, determina-se o seguinte:

1. Desafetar do domínio público militar a área remanescente do PM 13/Coimbra – Quartel da Graça ou da Sofia, situada na freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 3008 da referida freguesia e descrita na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 1 436/20000204 e inscrita a favor do Estado pela Ap 54 de 2000/02/04.

2. Autorizar o arrendamento, mediante ajuste direto, à Universidade de Coimbra de uma parcela com a área de 3 431 m², melhor identificada na planta anexa a este despacho e que dele faz parte integrante, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, mediante a renda mensal de € 4 000,00.

3. Autorizar que o arrendamento seja celebrado com opção de compra da área a arrendar pelo preço de € 930 000,00, ao abrigo do n.º 4 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, nas seguintes condições:

a. Ao preço de venda será abatida a totalidade das rendas pagas, caso a opção de compra seja exercida nos primeiros 24 meses de vigência do contrato de arrendamento;

b. Ao preço de venda será abatido 50% das rendas pagas, caso a opção de compra seja exercida após o prazo referido na alínea anterior e até ao limite do período inicial do contrato de arrendamento (5 anos);

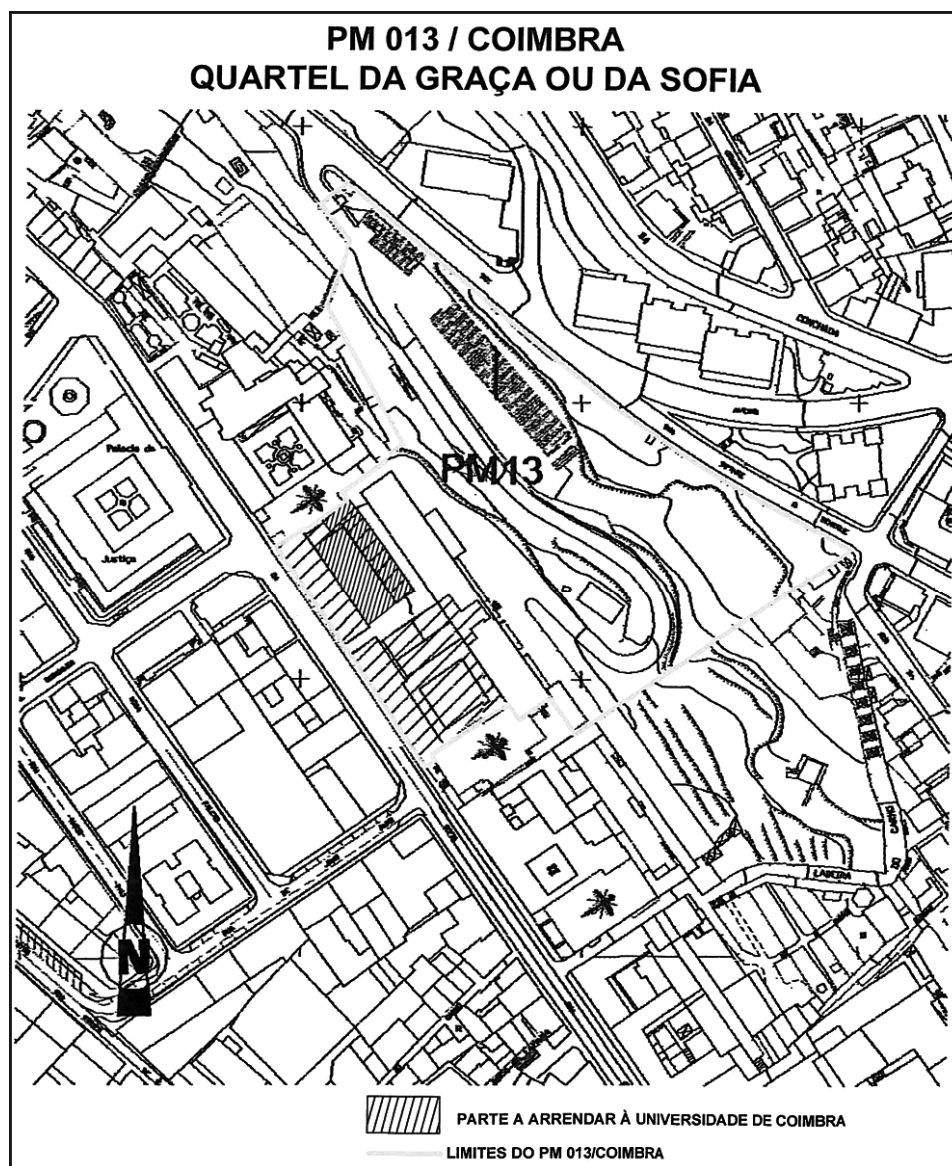
c. Exercida a opção de compra, o respetivo pagamento deverá ocorrer no prazo de 90 dias corridos contados desde a data da notificação a efetuar pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, à Universidade de Coimbra, sob pena de caducidade da mesma.

4. As receitas provenientes da celebração do contrato de arrendamento e da eventual venda serão afetas na sua totalidade à execução da Lei de Programação de Infraestruturas Militares, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, bem como as receitas provenientes da aplicação dos n.ºs. 1 e 3 do artigo 16.º da referida Lei.

5. A preparação e formalização do respetivo procedimento relativo ao arrendamento e à eventual venda, bem como a assinatura dos instrumentos contratuais, cabem à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro.

6. Sem prejuízo do disposto no presente despacho, deve a Universidade de Coimbra dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, em matéria de autorização para a celebração de contratos de arrendamento e aquisição de imóveis para instalação de serviços públicos.

17 de novembro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.



(DR, 2.ª Série, n.º 230, 27nov14)



**Ministério da Defesa Nacional****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 13 494-A/2014****Diretiva para a revisão da Lei de Programação de Infraestruturas Militares**

1 — A Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM) tem como objetivo programar a gestão de imóveis afetos à defesa nacional bem como a aplicação dos resultados obtidos por via da rentabilização nas restantes atividades previstas, que implicam despesa.

2 — A Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, (LPIM) prevê, no seu artigo 19.º, que esta deverá ser revista nos anos ímpares. Não tendo sido possível rever a LPIM em 2011, e tendo em conta que o programa do XIX Governo Constitucional propõe, como uma das medidas para a realização dos objetivos estratégicos da Defesa Nacional, dinamizar a aplicação da Lei de Programação das Infraestruturas Militares, entendi que estavam reunidas as condições para se proceder à sua revisão e, nessa sequência, determinei o arranque dos trabalhos, através do meu Despacho n.º 4 809/2012, de 2 de março, tendo em conformidade sido apresentado pela Equipa Técnica um relatório em junho de 2012.

3 — Paralelamente, foi encetado o processo de preparação da reforma das Forças Armadas, que culminou com a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou as linhas de orientação desta reforma, denominada «Defesa 2020».

4 — Esta reforma previu a racionalização do dispositivo das Forças Armadas com o princípio orientador da concentração, limitando o número de infraestruturas, determinando a sua redução em 30 %, tal como preconizado no meu Despacho n.º 7 527-A/2013, de 31 de maio.

5 — Tendo sido alcançado o final de uma primeira fase dos trabalhos da reforma «Defesa 2020», e em conformidade com a apresentação dos documentos estruturantes do planeamento estratégico, determinei, através do meu Despacho n.º 7 234-A/2014, de 29 de maio, a apresentação do projeto de revisão da LPIM, após a difusão da Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar.

6 — Nesta conformidade, e tendo em atenção o resultado dos trabalhos de revisão dos documentos estratégicos estruturantes da Defesa Nacional, e em especial a aprovação, em 24 de outubro de 2014, do Dispositivo de Forças e do Plano de Redução do Dispositivo Territorial, foi alterado o contexto em que foi elaborado o relatório para a revisão da LPIM de junho de 2012.

7 — Assim, considerando que:

a) Se objetiva uma maior eficácia na execução da LPIM, mostra-se adequado rever a estrutura desta Lei em função da sua natureza intrínseca e do seu caráter excecional;

b) Os procedimentos atualmente necessários à efetivação da rentabilização do património revelam-se de tal forma burocráticos, morosos e complexos que, por vezes, obstaculizam a sua concretização;

c) Para ultrapassar tais dificuldades, deverá ser encontrada e proposta uma metodologia que permita uma maior autonomia do MDN nos procedimentos administrativos essenciais ao registo e avaliação dos imóveis;

d) A revisão da LPIM é o momento oportuno para rever/atualizar o universo de imóveis a abranger por esta Lei, regularizar situações de cedências de imóveis a terceiros e priorizar os projetos de infraestruturas necessários;

8 — Determino que:

a) Seja revisitado o relatório para a revisão da Lei de Programação de Infraestruturas Militares apresentado pela Equipa Técnica em junho de 2012, por forma a atualizá-lo e adequá-lo ao novo contexto da Defesa Nacional;

b) A Direção-Geral do Armamento e das Infraestruturas de Defesa (DGAIED) assuma a coordenação destes trabalhos, em articulação com a Secretaria-Geral do MDN, EMGFA e Ramos das Forças Armadas;

c) O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), na medida em que se mostre necessário, assegure que o processo de revisão da LPIM respeite uma visão integrada das

necessidades das Forças Armadas, no sentido de assegurar a harmonização e coordenação das propostas do EMGFA e dos Ramos das Forças Armadas, face aos requisitos militares decorrentes da Componente Fixa do Sistema de Forças Nacional e dos princípios gerais e orientações específicas constantes do presente despacho;

d) Mantendo válidas as orientações transmitidas através do meu Despacho n.º 4 809/2012, de 2 de março, sejam igualmente consideradas as seguintes orientações:

i) Esta Lei deve abranger os processos de rentabilização de todos os imóveis afetos à Defesa Nacional que sejam disponibilizados para o efeito;

ii) Sejam equacionadas soluções que permitam à Defesa Nacional dinamizar a rentabilização destes imóveis, nomeadamente eliminando burocracias, barreiras e dificuldades;

e) Este trabalho de reformulação da proposta de revisão da LPIM deve já estar concluído e ser-me apresentado até ao dia 28 de novembro, de modo que o anteprojeto de proposta de lei obtenha parecer do Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM) até 19 de dezembro de 2014.

4 de novembro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 215, 1.º Supl, 06nov14)

### **Despacho n.º 13 567/2014**

Considerando o levantamento das necessidades imediatas das munições a adquirir pelo Exército e a sua especificidade;

Considerando que a NATO *Support Agency* (NSPA), da qual Portugal faz parte integrante, estabeleceu uma cadeia de redistribuição entre os seus membros e que permite para cada tipo de munições a obtenção de economias de escala, com efetiva redução de preços;

Considerando a proposta de adjudicação e pedido de realização de despesa submetidos pelo Exército, que propõe que a aquisição seja efetuada através de um “*Sales Agreement*” a elaborar com a NSPA;

Considerando a competência atribuída nos termos do art.º 36.º do CCP, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, assim determino:

Autorizar a adjudicação e a realização da correspondente despesa, no valor máximo estimado, com exclusão de IVA, de € 1 700 920,00;

Aprovar o teor do “*Sales Agreement PRT-34*” proposto pelo Chefe de Estado-Maior do Exército;

Delegar no General Chefe de Estado-Maior do Exército a competência para outorgar o referido contrato/acordo em nome do Estado Português, com possibilidade de subdelegação.

23 de outubro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 217, 10nov14)

### **Despacho n.º 13 898/2014**

Considerando a retração do 8.º Contingente Nacional que participa na *International Security Assistance Force*, no Afeganistão;

Considerando a necessidade de assegurar o destino de bens que se encontram em território afegão e cujo repatriamento constituiria uma opção mais onerosa para o Estado Português, que a sua manutenção no local;

Tendo em conta que o texto da minuta do *Handover Agreement* entre as Forças Armadas Portuguesas, em representação do Ministério da Defesa Nacional, e o *United Nations World Food Programme*, que me foi submetido pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, assegura e promove o interesse nacional, bem como o apoio que deve merecer a missão das Nações Unidas do *World Food Programme*, no Afeganistão;

Assim, atento o anteriormente exposto e verificando-se não existirem aspetos normativos e de natureza financeira e orçamental que justifiquem a sua inviabilidade pelo Estado Português:

1) Aprovo o texto da minuta do *Handover Agreement*, referido anteriormente, que me foi submetido pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu ofício n.º 3 954/GC-G, de 30 de outubro de 2014;

2) Delego no General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com a faculdade de subdelegação, a assinatura do documento mencionado no número anterior, nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 6/96, de 31 de janeiro e 18/2008, de 29 de janeiro e pela Lei n.º 30/2008, de 10 de julho.

31 de outubro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

### **Despacho n.º 13 899/2014**

1. Considerando o Procedimento n.º 11/UMC-MDN/2013 – Aquisição de Combustíveis Rodoviários para todo o Território Nacional, promovido pela Unidade Ministerial de Compras ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP AQ-CR/2012 – Combustíveis Rodoviários.

2. Tendo por base o meu despacho de autorização de 9 de janeiro de 2014, exarado sobre a Informação com a referência 11/UMC-MDN/2013 Combustíveis Rodoviários a Granel - Território Nacional/DA/14, da Repartição de Concursos e Contratos - Direção de Aquisições, do Estado-Maior do Exército;

3. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e tendo presente os artigos 98.º e 109º do CCP, determino:

a) Autorizar a realização de despesa no valor global de € 448 425,00, nos termos constantes do Proc.º 00.700.0054, de 27 de outubro de 2014, do Gabinete do CEME.

b) Delegar no Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen (15408276) **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**, a aprovação da adenda ao contrato e outorga da mesma com possibilidade de subdelegação.

31 de outubro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

### **Despacho n.º 14 105/2014**

Considerando que o Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro que veio instituir o Regime de Contrato Especial (RCE) para prestação de serviço militar, é aplicável à categoria de oficiais e abrange as áreas funcionais de medicina, pilotagem de aeronaves e assistência religiosa;

Considerando que, de acordo com o regime previsto no artigo 14.º do citado diploma legal, existe a possibilidade, a título excecional, de fazer transitar para o RCE pessoal militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) na efetividade de serviço, uma vez reunidas as condições gerais ali previstas, bem como os critérios específicos de seleção a que se refere o n.º 2 do citado artigo 14.º, a fixar através de despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Chefe de Estado-Maior de cada ramo das Forças Armadas;

Considerando que, por se tratar de matéria substantivamente idêntica e de interesse comum aos três ramos das Forças Armadas, torna-se possível e até desejável que seja adotado um tratamento uniforme, com ressalva das competências executivas no acionamento do procedimento transitório em causa.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, e tendo em conta as propostas apresentadas pelos diferentes ramos das Forças Armadas, determino:

1. Constituem requisitos específicos de transição do RV e do RC para o RCE, a posse pelos militares de:

a) Avaliação do mérito reveladora de qualidades e capacidades pessoais, militares e profissionais para a forma de prestação de serviço;

b) Aptidão médica e psicofísica consentânea com o exercício da função militar, avaliada há menos de um ano de acordo com os parâmetros vigentes no ramo respetivo para a área funcional em causa.

2. No caso da área funcional de medicina, podem os ramos das Forças Armadas, de acordo com as suas necessidades específicas, circunscrever a transição para o RCE a militares habilitados com determinadas especialidades médicas ou que se encontrem a frequentar formação tendo em vista a aquisição das mesmas.

3. Compete à Capelania Mor do Serviço de Assistência Religiosa, juntamente com os ramos das Forças Armadas e com a colaboração administrativa da DGPRM, a execução do processo de transição dos militares dessa área funcional.

4. Independentemente da graduação decorrente da aplicação do n.º 2 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, os militares transitados nos termos previstos no n.º 9 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 130/2010 mantêm sempre a antiguidade relativa que já possuíam em RC.

5. Caso existam interessados na transição para o RCE em número superior ao das vagas autorizadas, o respetivo preenchimento decorre por ordem decrescente de antiguidade.

10 de novembro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 226, 21nov14)

### **Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa**

#### **Despacho n.º 13 902/2014**

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea k) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 4 382 PPS (EDITION 2) — *Slow Heating, Munitions Test Procedures*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

#### **Despacho n.º 13 903/2014**

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea k) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 4 367 (EDITION 3) — *Thermodynamic Interior Ballistic Model with Global Parameters*, com implementação na Marinha e no Exército.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

**Despacho n.º 13 904/2014**

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 2 606 (*EDITION 2*) — *Guidance for the Conduct of Tactical Stability Activities and Tasks*, com implementação na Marinha e no Exército.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

**Despacho n.º 13 905/2014**

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 4 358 (*EDITION 1*) — *Mutual Acceptance of Government Vehicle Test and Evaluation*, com implementação no Exército.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

**Despacho n.º 13 906/2014**

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 4 375 (*EDITION 3*) — *Safety Drop, Munition Test Procedure*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

**Despacho n.º 13 964/2014**

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea k) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 4 370 (*EDITION 4*) — *Environmental Testing*, com implementação na Força Aérea e no Exército.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 223, 18nov14)

**Despacho n.º 13 966/2014**

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea k) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 4 373 (*EDITION 3*) — *The Nato Master Navigation Plan*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 223, 18nov14)

**Comando do Exército****Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército****Despacho n.º 13 464/2014****Subdelegação de competências no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo Despacho n.º 02/2014, de 02 de setembro, do Adjunto para o Planeamento, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército, Cor Inf (19888079) **Elias Lopes Inácio**, a competência prevista no n.º 2 do referido despacho, para realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 30 000,00.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército, desde 1 de setembro de 2014, que se incluam no âmbito do presente despacho.

22 de setembro de 2014. — O Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército, *António Manuel Felícia Rebelo Teixeira*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 215, 06nov14)

**Despacho n.º 13 924/2014****Subdelegação de competências no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo Despacho n.º 171/2014, de 10 de outubro de 2014, do Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército, Cor Inf (19888079) **Elias Lopes Inácio**, a competência prevista no n.º 4 do referido despacho, para realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 30 000,00.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército, desde 1 de outubro de 2014, que se incluam no âmbito do presente despacho.

13 de outubro de 2014. — O Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército, *António Manuel Felícia Rebelo Teixeira*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

**Comando das Forças Terrestres****Comando da Brigada de Reação Rápida****Comando e Gabinete****Despacho n.º 13 844/2014****Subdelegação de competências no Comandante do RA4**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do Regimento de Artilharia N.º 4, Cor Art (19734783) **Luís Miguel Green Dias Henriques**, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00.

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Artilharia N.º 4 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 221, 14nov14)

**Despacho n.º 13 845/2014****Subdelegação de competências no Comandante do RI3**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria N.º 3, Cor Inf (08976784) **João Carlos Sobral dos Santos**, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00.

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria N.º 3 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 221, 14nov14)

### **Despacho n.º 13 846/2014**

#### **Subdelegação de competências no Comandante do CTOE**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais, Cor Inf (14651184) **António Alcino da Silva Regadas**, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00.

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 221, 14nov14)

### **Despacho n.º 13 921/2014**

#### **Subdelegação de competências no Comandante do 1BIPara/FND/KFOR**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do 1BIPara/FND/KFOR, TCor Inf (04801288) **José Manuel Tavares das Neves**, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 50000,00.

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 26 de setembro de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do 1BIPara/FND/KFOR que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)



**Despacho n.º 13 922/2014****Subdelegação de competências no Comandante do 8.ºCN/ISAF**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do 8.ºCN/ISAF, Cor Inf (10884983) **Nuno Domingos Marques Cardoso**, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00;

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do 8.ºCN/ISAF que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

**Despacho n.º 13 923/2014****Subdelegação de competências no Comandante do UALE**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante da Unidade de Aviação Ligeira do Exército, Cor Inf (15767882) **José António da Costa Granjo Marques Alexandre**, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00;

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Unidade de Aviação Ligeira do Exército que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 222, 17nov14)

**Despacho n.º 14 425/2014****Subdelegação de competências no Comandante do RC3**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do Regimento de Cavalaria N.º 3, Cor Cav (03234984) **Nuno Gonçalo Victória Duarte**, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00;

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 01 de outubro de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Cavalaria N.º 3 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 231, 28nov14)

#### **Despacho n.º 14 426/2014**

##### **Subdelegação de competências no Comandante do RA4**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do Regimento de Artilharia N.º 4, Cor Art (12469086) **Carlos Manuel Mendes Dias**, as seguintes competências:

- a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00;
- b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 22 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Artilharia N.º 4 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 231, 28nov14)

#### **Despacho n.º 14 427/2014**

##### **Subdelegação de competências no Comandante da ETP**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 11 559/2014, de 19 de agosto de 2014, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 178, de 16 de setembro de 2014, e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, subdelego no Comandante da Escola de Tropas Paraquedistas, Cor Inf (00316485) **Vasco Francisco de Melo Parente Alves Pereira**, as seguintes competências:

- a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 25000,00;
- b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Escola de Tropas Paraquedistas que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de outubro de 2014. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 231, 28nov14)

## V — LOUVORES

### Tribunal da Comarca de Leiria

#### Louvor (extrato) n.º 553/2014

O Conselho de Gestão do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria louva o **Regimento de Artilharia N.º 4**, em Leiria, pela colaboração prestada nas operações de mudança de equipamentos e transferência física dos processos que decorreram entre os Municípios que integram a Comarca de Leiria.

Sem tal colaboração, as referidas operações não teriam sido possíveis, não sendo nunca demais enaltecer o elevado profissionalismo, empenho e espírito de missão de todos que nas mesmas intervieram, sendo de inteira justiça que tal seja reconhecido publicamente, o que se faz através deste louvor.

15 de outubro de 2014. — O Conselho de Gestão do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria: Patrícia Helena Leal Cordeiro da Costa, juíza presidente — António Augusto Artilheiro, magistrado do Ministério Público coordenador — António Nolasco Gonçalves, administrador judiciário.

(DR, 2.ª Série, n.º 216, 07nov14)

#### Louvor (extrato) n.º 554/2014

O Conselho de Gestão do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria louva a **Escola de Sargentos do Exército** de Caldas da Rainha pela colaboração prestada nas operações de mudança de equipamentos e transferência física dos processos que decorreram entre os Municípios que integram a Comarca de Leiria.

Sem tal colaboração, as referidas operações não teriam sido possíveis, não sendo nunca demais enaltecer o elevado profissionalismo, empenho e espírito de missão de todos que nas mesmas intervieram, sendo de inteira justiça que tal seja reconhecido publicamente, o que se faz através deste louvor.

15 de outubro de 2014. — O Conselho de Gestão do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria: Patrícia Helena Leal Cordeiro da Costa, juíza presidente — António Augusto Artilheiro, magistrado do Ministério Público coordenador — António Nolasco Gonçalves, administrador judiciário.

(DR, 2.ª Série, n.º 216, 07nov14)

---

## VI — AVISOS

### Ministério dos Negócios Estrangeiros

#### Aviso n.º 110/2014

Por ordem superior se torna público que, em 30 de abril, 13 de maio e 15 de setembro de 2014, foi notificado, respetivamente, pelo Quartel-General, Comandante Supremo Aliado para a Transformação da OTAN (SACT), pelo Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa da OTAN (SHAPE) e pela Representação Permanente de Portugal junto da OTAN, terem sido cumpridas as respetivas formalidades internas de aprovação do Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General, Comandante Supremo Aliado para a Transformação, assinado em Bruxelas, no dia 3 de dezembro de 2013.

Por parte da República Portuguesa, o Acordo foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 79, de 2014, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 66, de 2014, ambos publicados no Diário da República, 1.ª série, n.º 170, de 4 de setembro de 2014.

Nos termos do artigo 34.º do referido Acordo, este entra em vigor em 28 de outubro de 2014.

Direção-Geral de Política Externa, 28 de outubro de 2014. — O Subdiretor Geral, *Rui Vinhas*.

(DR, 1.ª Série, n.º 221, 14nov14)

## VII — DECLARAÇÕES

### Presidência do Conselho de Ministros

#### Secretaria-Geral

#### Declaração de Retificação n.º 48/2014

Nos termos das disposições da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 4/2012 de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 41/2013, de 21 de março, declara-se que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2014, de 4 de novembro de 2014, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 213, de 4 de novembro de 2014, saiu com a seguinte inexatidão que, mediante declaração da entidade emitente, assim se retifica:

**No final do preâmbulo deve ler-se um parágrafo, com a seguinte redação:**

«No acordo alcançado está devidamente garantido o cumprimento do *workshare* devido às empresas portuguesas inicialmente contratualizado e que se encontra, ainda, em execução.»

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 17 de novembro de 2014. — A Secretária-Geral Adjunta, *Catarina Maria Romão Gonçalves*.

(DR, 1.ª Série, n.º 224, 19nov14)

## VIII — PROTOCOLOS

### *Protocolo de Colaboração entre o Exército e o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul*

Considerando que a realização de cursos de formação profissional frequentados por militares tem sido uma mais-valia para o Exército e para os militares envolvidos, constituindo uma forma de obtenção de recursos humanos com formação certificada e adequada às funções que vão desempenhar na Instituição Militar e, se assim o entenderem, quando reingressarem no mercado de trabalho;

Considerando que a frequência com aproveitamento nos cursos desenvolvidos pelo Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (CENFIC), enquanto entidade promotora de Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), nos termos da Portaria n.º 135-A/2013 de 28 de março e do Despacho n.º 1 045/2014, do Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP, I. P., confere certificação de competências, através de Certificado de Qualificações do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), garantindo formação de níveis 2 ou 4 do Quadro Nacional de Qualificações aos formandos;

Considerando, a importância de que se reveste a frequência de cursos de formação profissional com vista à integração de militares na vida ativa, após o termo da prestação de serviço militar, é realizado o presente Protocolo entre o Exército Português, através da Direção de Formação e o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul;

Entre:

*a)* O Exército, pessoa coletiva n.º 600021610, como Primeiro Outorgante, representado neste ato pelo Diretor de Formação;

e

*b)* O Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, como Segundo Outorgante, com sede na Avenida Severiano Falcão 2689-516 Prior Velho representado neste ato pela Eng.º Fernando Carvalho Mourato, na qualidade de Diretor;

É celebrado o presente protocolo de colaboração que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª****Objeto**

O presente protocolo tem por finalidade aprofundar a cooperação e a colaboração entre as partes signatárias, no âmbito da Formação Profissional, nas suas duas valências: a Formação de Jovens e Adultos e a Formação Profissional Contínua, bem como, da Certificação de Competências através do desenvolvimento dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) profissionais.

**Cláusula 2.ª****Âmbito dos cursos**

1. O presente protocolo visa estabelecer as medidas de coordenação entre os Outorgantes subscritores, tendo em vista a realização de Cursos de Formação Profissional e a Certificação de Competências, de ora em diante designado abreviadamente por ações de formação, destinados a militares que prestem serviço em RC e no QP.

2. O Segundo Outorgante ministra formação no Setor da Construção Civil e Obras Públicas, através da realização de Cursos de Formação Profissional e de Certificação Profissional.

3. No âmbito da Formação Profissional, a Formação Profissional Contínua é uma área de interesse por excelência do Primeiro Outorgante, dadas as suas necessidades.

4. No âmbito da Certificação de Competências os elementos nomeados pelo Primeiro Outorgante, que detenham competências, adquiridas anteriormente, em áreas do Sector da Construção Civil abrangidas pelo presente Protocolo, mas que não possuam qualquer tipo de certificação, serão alvo de Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC), no CQEP do Segundo Outorgante, permitindo-lhes obter uma certificação profissional.

**Cláusula 3.ª****Local da realização da formação**

1. Os cursos de formação decorrerão nas instalações do Primeiro ou do Segundo Outorgantes conforme acordado entre os mesmos.

2. Quando realizado nas instalações da responsabilidade do Segundo Outorgante, este garante a possibilidade de cativação de 15% das vagas em cada edição de curso a ocupar por elementos nomeados pelo Primeiro Outorgante, no âmbito da frequência de Cursos de Formação Profissional.

3. Nas edições dos Cursos de Formação Profissional a decorrer nas instalações do Primeiro Outorgante, ao Segundo Outorgante serão garantidas 15% das vagas.

4. Quando as edições dos Cursos de Formação Profissional decorrerem nas instalações do Primeiro Outorgante, mediante acordo entre as partes, este pode nomear formadores militares certificados e com qualificações em determinadas áreas do Sector da Construção Civil para ministrarem módulos dos Cursos objeto do presente Protocolo.

**Cláusula 4.ª****Nomeação de Formandos e Formadores pelo Exército**

1. Os formandos militares serão recrutados pela Direção de Administração de Recursos Humanos (DARH) e terão que cumprir os requisitos exigidos para cada uma das ações de formação.

2. Os formadores militares serão nomeados pela DARH sob proposta da Direção de Formação, de acordo com a sua especialidade e qualificação, cumprindo os requisitos exigidos pelo Segundo Outorgante para ministrar módulos dos cursos de formação profissional.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Obrigações do Exército**

No âmbito do presente Protocolo, o Exército compromete-se a:

- a) Permitir a utilização, ao Segundo Outorgante, mediante disponibilidade, de um conjunto de infraestruturas necessárias à prossecução das ações de formação, durante a realização das mesmas, no horário compreendido entre 9:00 e as 18:00 horas;
- b) Garantir a presença dos formandos militares nomeados nos termos da Cláusula anterior, nas ações de formação objeto do presente protocolo;
- c) Garantir alojamento e alimentação aos formandos militares, quando não assegurados pelo programa de curso (refeição em espécie – almoço);
- d) Nomear um representante para as atividades de coordenação e ligação com as partes signatárias.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Obrigações do Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul**

No âmbito do presente Protocolo, o Segundo Outorgante compromete-se a:

- a) Ministras as ações de formação, nas suas instalações, a um contingente máximo de 15% de formandos militares por edição;
- b) Ministras nas unidades/estabelecimentos/órgãos (UEO) do Exército ações de formação, que podem ser frequentadas por formandos civis num contingente máximo de 15%;
- c) Ministras cursos exclusivos para o Exército com custos suportados pelo Ramo;
- d) Envolver formadores militares, com competências devidamente reconhecidas, nos Cursos de Formação a ministras nas UEO's do Exército, nos termos da Cláusula 4.ª;
- e) Proceder à certificação dos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato que obtenham aprovação nas ações de formação de níveis 2 e 4;
- f) Proceder à certificação dos militares nomeados pelo Primeiro Outorgante que detenham competências, adquiridas anteriormente, em áreas do Sector da Construção Civil abrangidas pelo presente Protocolo, mas que não possuam qualquer tipo de certificação, através do RVCC Profissional;
- g) Assegurar o cumprimento do enquadramento legal aplicável aos cursos em questão;
- h) Disponibilizar recursos humanos qualificados necessários à ministração das Ações de Formação;
- i) Disponibilizar os equipamentos e materiais adequados e necessários ao desenvolvimento das atividades formativas;
- j) Enviar relatórios mensais sobre a evolução dos militares em formação;
- k) Celebrar os contratos de seguro necessários à prossecução do objeto do presente Protocolo;
- l) Nomear um representante para as atividades de coordenação e ligação com as partes signatárias.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Encargos Financeiros**

1. Quando se verificar o estabelecido na alínea b) da Cláusula anterior, o Exército é responsável pelos custos da formação dos seus formandos, em moldes a definir entre os Outorgantes.
2. Quando se verificar o estabelecido na alínea a) da Cláusula anterior o Segundo Outorgante fica obrigado a suportar os encargos financeiros inerentes às ações de formação.
3. Salvo o disposto nos números anteriores, da celebração e cumprimento do presente Protocolo não resultam quaisquer encargos financeiros para o Exército Português.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Regras de Segurança**

1. O Segundo Outorgante obriga-se a cumprir todas as normas e orientações relativas à segurança das instalações e equipamentos, que lhe forem comunicadas, quando as ações de formação decorrerem em instalações militares.

2. Para dar cumprimento ao estipulado no número anterior, o Segundo Outorgante deve:

- a) Elaborar e entregar uma lista dos formadores e formandos civis autorizados a aceder e utilizar as instalações militares;
- b) Informar, alterar e entregar novas listas sempre que submetidas a necessárias alterações;
- c) Utilizar as instalações militares afetas à formação, apenas no período e horário previstos para a realização dos cursos;
- d) Assumir a responsabilidade por quaisquer danos patrimoniais e/ou pessoais decorrentes da comprovada utilização das instalações militares;
- e) Respeitar o bom-nome, a imagem e o *modus vivendi* da instituição militar;
- f) Providenciar pela conservação e regular utilização dos equipamentos e instalações militares;
- g) Entregar cópia do livrete e do título de registo de propriedade dos veículos que considera necessário que sejam autorizados a aceder às infraestruturas militares.

3. A ocorrência de circunstâncias extraordinárias, nomeadamente, alterações ao estado de segurança, imperativo de serviço bem como, razões de interesse público podem implicar a não autorização da utilização das infraestruturas designadas na alínea a) do n.º 1 da Cláusula 5.ª sem aviso prévio, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Resolução**

1. A violação, por um dos Outorgantes, de qualquer das obrigações assumidas ao abrigo do presente Protocolo, bem como a alteração extraordinária das circunstâncias em que as partes fundaram a sua decisão, confere o direito à resolução do protocolo, a comunicar ao outro Outorgante, através de declaração fundamentada, enviada por carta registada com aviso de receção.

2. A resolução do presente Protocolo não confere o direito a qualquer indemnização e implica a cessação das responsabilidades enunciadas nas Cláusulas 5.ª e 6.ª.

### **Cláusula 10.ª**

#### **Disposições Gerais e Finais**

1. O presente Protocolo só poderá ser alterado por acordo das partes e deverá constar de documento escrito sendo, posteriormente, sujeito a homologação superior

2. As dúvidas e omissões relacionadas com a interpretação e aplicação do presente Protocolo serão solucionadas mediante acordo das partes signatárias.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Vigência**

O presente Protocolo inicia a produção de efeitos a 1/10/2014 e cessa em 31/12/2015, sendo automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos, salvo se for denunciado por qualquer uma das partes, através de carta registada com aviso de receção, nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da renovação, devendo salvaguardar-se as condições de funcionamento dos cursos de formação iniciados.

Feito em duplicado, ficando cada uma das entidades subscritoras do presente Protocolo com um exemplar.

Évora, 06 de novembro de 2014

Pelo Primeiro Outorgante

Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira  
Major-General

Pelo Segundo Outorgante

Fernando Carvalho Mourato  
Diretor

***Protocolo de Colaboração entre o Exército Português e a  
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa***

**1. Preâmbulo**

A celebração do presente protocolo visa enquadrar a colaboração institucional entre o Centro de Psicologia Aplicada do Exército e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, no âmbito das atividades de investigação e formação avançada nas áreas da Psicologia.

O CPAE, como órgão do Exército que desenvolve atividades relacionadas com os domínios da Psicologia, partilha interesses comuns nas áreas da formação académica, da investigação e da educação contínua com a FP/UL. Assim, com a formação desta sinergia, pretende-se criar condições determinantes para o progresso e desenvolvimento científico nos domínios da formação e da investigação desenvolvidas nas duas instituições.

Sendo, nestes termos, do interesse das partes estabelecer as bases de uma colaboração profícua, é estabelecido o presente protocolo.

**2. Identificação das partes**

Entre:

a) O Exército Português, como primeiro Outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste ato representado pelo Ex.<sup>mo</sup> Major-General Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis, cujos poderes foram conferidos por S. Ex.<sup>a</sup> o General Chefe do Estado-Maior do Exército através do despacho de 22/09/2014; e

b) A Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, adiante designada por FP/UL, sita na Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa, pessoa coletiva de direito público com o NIF n.º 6000083861, representada pelo Diretor, Prof. Doutor Luís Curral, designada como Segundo Outorgante;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**3. Parte dispositiva**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

As partes outorgantes acordam na celebração deste protocolo visando prosseguir ações de cooperação institucional nas vertentes da formação e da investigação científica.

**Cláusula 2.ª**

**Âmbito**

1. A cooperação entre ambas as partes compreenderá, entre outras, as seguintes iniciativas:

a) Promoção conjunta de encontros científicos e ações de formação, versando temáticas que envolvam os interesses de ambas as partes;

b) Formação avançada em psicologia, nomeadamente pós graduações, mestrados e doutoramentos, sendo a coordenação de cada formação detalhada caso a caso, em documento próprio, que se constitui anexo ao presente protocolo;

c) Troca de informação e comunicação de documentos que, pelos temas abordados, sejam relevantes para os fins prosseguidos por ambas as instituições ou se integrem no objeto definido na Cláusula 1.ª;

d) Promover programas de intercâmbio nas áreas técnicas, científicas e culturais;

e) Realizar estudos, pesquisas ou atividades de ensino e investigação científica;

f) Disponibilizar acesso a amostras para alunos de mestrado e doutoramento sempre que as temáticas se enquadrem nos objetivos definidos pelo Exército;



g) Proporcionar as condições para a realização de atividades de formação em contexto de trabalho, nomeadamente, através da realização de estágios curriculares.

2. Os Outorgantes poderão acordar na realização conjunta de outras atividades propostas por iniciativa de qualquer das partes.

3. Os elementos indicados pelo 1.º Outorgante beneficiam de um desconto de 10% (dez por cento) sobre o preço de tabela praticada pelo 2.º Outorgante no valor da matrícula e propinas e outros eventuais descontos contemplados no anexo específico elaborado sobre cada formação avançada em psicologia.

4. Os limites quantitativos no acesso e ingresso, em cada ano letivo, para os elementos indicados são os seguintes:

- a) Cursos de Formação Pós-Graduada e Especializada – 4 por edição de Pós-Graduação;
- b) Cursos de Doutoramento – 2.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Coordenação dos projetos de investigação**

Todos os programas e projetos de investigação a prosseguir pelos outorgantes, ao abrigo do disposto neste protocolo, serão dirigidos por uma coordenação conjunta, constituída por um representante designado por cada parte, cabendo-lhe a direção da execução de todas as iniciativas.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Coadjuvação científica**

1. Os Outorgantes devem facilitar o acesso aos recursos tecnológico-pedagógicos, laboratoriais e bibliotecários que tenham ao seu dispor.

2. Os Outorgantes poderão partilhar as respetivas bases de dados informatizadas, no que diz respeito à documentação bibliográfica de diferentes áreas científicas.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Reuniões científicas**

Cada Outorgante deverá dirigir ao outro pelo menos um convite de participação em reuniões científicas que organizem e envolvam os interesses científicos de ambas as partes, na área da psicologia, nomeadamente, congressos, seminários, encontros e debates, sendo os termos dessa participação definidos caso a caso.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Encargos financeiros**

1. A execução do presente protocolo não acarreta qualquer encargo financeiro para as partes.

2. Todos os projetos específicos que venham a ser desenvolvidos entre os dois Outorgantes, que incluam encargos financeiros, serão objeto de adendas ao presente Protocolo sob a forma de contrato, onde será explicitado o objetivo, as ações e os encargos financeiros de cada Outorgante.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Prazo de vigência**

O presente protocolo é válido pelo prazo de um ano, a contar da data da respetiva assinatura, considerando-se automática e sucessivamente renovado por idênticos períodos, caso não ocorra denúncia.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Denúncia**

1. Qualquer dos Outorgantes pode denunciar o presente protocolo, desde que comunique ao outro essa intenção, por escrito, com uma antecedência mínima de 3 meses, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

2. A denúncia do protocolo não prejudica a obrigação das partes de concluírem todas as ações em curso, nos termos em que foram acordadas, salvo se, expressamente, acordarem o contrário.

### **Cláusula 9.ª** **Disposições finais**

1. Será, em todos os casos, salvaguardada a confidencialidade dos processos.
2. Reserva-se, a qualquer momento, a cada uma das partes o direito do requerimento de revisão dos termos deste protocolo, mediante prévia comunicação.

Concordando na íntegra com o articulado supra, as partes Outorgantes declaram estar de acordo com o clausulado deste protocolo, que é feito em duplicado, todas as cópias valendo como originais, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

Lisboa, 22 de outubro de 2014

O Primeiro Outorgante

Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis  
Major-General

O Segundo Outorgante

Prof. Doutor Luís Curral  
Diretor da FP/UL

### ***Protocolo entre o Regimento de Engenharia N.º 1 e a Câmara Municipal do Sardoal***

Considerando que a Câmara Municipal de Sardoal tem necessidade de trabalhos no âmbito da proteção civil executáveis pelos meios do Exército.

Considerando que a missão do Exército compreende a tarefa de colaborar com as Entidades Cíveis no apoio à satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Considerando que, sem prejuízo da missão de cooperação na defesa militar da República, é possível ao Exército, através da Engenharia Militar, continuar a cumprir esta missão de interesse público ao abrigo do Protocolo Celebrado em 11 de Outubro de 2010 (Quinquénio (2011-2015) – Emprego da Engenharia Militar em Missões de Interesse Público), entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Entre:

1. O Regimento de Engenharia N.º 1, como primeiro outorgante, adiante designado por RE1, representado neste ato pelo seu Comandante, Coronel de Engenharia, João Manuel Pires;

e

2. A Câmara Municipal do Sardoal, como segundo outorgante, adiante designada por CMS, com sede social Praça da República, 2230 – 222 Sardoal, representada neste ato pelo seu Presidente, Dr. António Miguel Cabedal Borges, o qual tem poderes para outorgar o presente acordo, conforme documento que se junta em anexo;

é celebrado o presente Protocolo de cooperação que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª** **Objeto**

O presente protocolo tem por objeto estabelecer as bases de cooperação entre as partes signatárias, no que concerne à execução de trabalhos inerentes à criação de faixas de gestão de combustível, nomeadamente beneficiação e alargamento do Caminho entre Entrevinhas e Presa, através de trabalhos de desmatização, de nivelamento, de compactação, de regularização de valetas e em algumas secções, espalhamento de saibro/tout-venant para evitar a remoção dos afloramentos rochosos.

## **Cláusula 2.ª**

### **Obrigações do RE1**

No âmbito do presente Protocolo, o RE1 compromete-se a:

- a. Para a execução de todos os trabalhos indicados na cláusula 1.ª:
  - (1) Constituir um grupo de trabalho adequado à prossecução do objeto do presente protocolo constituído por um Sargento e três Praças;
  - (2) Disponibilizar o equipamento militar adequado à prossecução do objeto do presente protocolo constituído por:
    - 1 Trator de Lagartas (TL) – tipo D6;
    - 1 Niveladora (NV);
    - 1 Cilindro (CV);
    - 1 Viatura Tática Média (VTM);
    - 1 Plataforma (PL).
  - (3) Por motivos de otimização do rendimento da frente de trabalho, e de situações inopinadas, poderá ser utilizado outro equipamento militar, indicado na cláusula 4.ª.
- b. Orientar o emprego do pessoal e equipamento, sob o ponto de vista técnico, de forma a otimizar o seu rendimento;
- c. Assegurar a gestão do equipamento militar, especialmente, no que respeita à manutenção do mesmo;
- d. Quando necessário e sob prévia informação e anuência da CMS, constituir um grupo de trabalho para a execução de trabalhos de manutenção dos equipamentos e verificações técnicas à frente de trabalho, constituído por oficiais, sargentos e praças;
- e. Coordenar com a CMS o encadeamento dos trabalhos;
- f. Comunicar à CMS as condições mínimas de segurança dos equipamentos militares;
- g. Fornecer, à CMS, todos os elementos relativos ao pagamento mensal do valor pecuniário aos militares;
- h. Fornecer, à CMS, todos os elementos relativos ao consumo de combustíveis, lubrificantes, sobressalentes de consumo corrente e horas/máquina realizadas na execução dos trabalhos (Km/Viat percorridos), até ao quinto dia de cada mês ou período de igual duração.

## **Cláusula 3.ª**

### **Obrigações da CMS**

No âmbito do presente Protocolo, a CMS compromete-se a:

- a. Coordenar com o RE1 o encadeamento dos trabalhos;
- b. Providenciar os meios necessários à boa execução técnica dos trabalhos, de acordo com o planeamento elaborado, nomeadamente:
  - Apoio com uma RE e respetivo operador;
  - Apoio com Auto Tanque de água;
  - Apoio com martelo pneumático;
  - Apoio com a colocação de manilhas;
  - Após a realização dos trabalhos, fornecimento de tout-venant para colocar pontualmente nos troços de itinerários julgados necessários, (a ser coordenado com o RE1).
- c. Garantir, em caso de necessidade, a satisfação dos encargos decorrentes da aplicação da legislação em vigor sobre acidente em trabalho, assegurando, em qualquer caso, a equiparação ao ramo civil da atividade desenvolvida pelo militar na altura do acidente, tendo como base a tabela salarial do contrato coletivo de trabalho na referida atividade;
- d. Comprometer-se pela vigilância e guarda dos equipamentos militares, devendo para o efeito serem respeitadas as suas indicações, por parte do primeiro outorgante, responsabilizando-se por

eventuais danos e furtos nos equipamentos militares, devendo reparar e/ou substituir todas os componentes afetados;

*e.* Providenciar instalações adequadas ao abrigo do equipamento militar, considerando as condições mínimas de segurança fixadas pelo RE1;

*f.* Garantir o alojamento e alimentação aos militares empenhados nos trabalhos;

*g.* Não proceder à alteração, movimentação do equipamento militar;

*h.* Respeitar todas as indicações do RE1 no que concerne à boa execução dos trabalhos;

*i.* Fornecer os combustíveis e lubrificantes necessários ao funcionamento do equipamento e viaturas militares;

*j.* Designar um elemento de contacto para todas as questões relativas ao desenvolvimento dos trabalhos.

#### **Cláusula 4.ª** **Encargos financeiros**

*a.* Da celebração e cumprimento do presente protocolo não resulta qualquer encargo financeiro para o Exército Português;

*b.* O segundo outorgante responsabiliza-se perante o primeiro outorgante pelos custos inerentes à execução do presente Protocolo;

*c.* Tendo em vista o ressarcimento das despesas do primeiro outorgante com a execução do presente protocolo deverá o segundo outorgante efetuar, mensalmente, o pagamento de um valor pecuniário que deverá ser calculado com base nos valores a seguir determinados:

- Chefe do grupo de trabalho (sargento) – 18,94 €/dia
- Operador (praça) – 17,92 €/dia;
- Trator de Lagartas (TL) – 8,10 €/hora;
- Niveladora (NV) – 7,10 €/hora;
- Cilindro Vibratório (CV) – 6,10 €/hora;
- Viatura Tática Média (VTM) – 0,60 €/Km;
- Plataforma (PL) – 2,10 €/Km;
- Auto Tanque (AT) – 1,10 €/Km;
- Viatura Basculante (VB) – 1,30 €/Km.

*d.* Por motivos de otimização do rendimento da frente de trabalho, e de situações inopinadas, poderá ser utilizado outro equipamento militar, do qual se discrimina uma tabela com os encargos financeiros dos diversos equipamentos militares:

Equipamento/Viatura	Designação	Custo Unitário	OBS
Carregadora de Lagartas	CL	7,10 €	Valores por h/máq
Carregadora de Rodas	CR	7,10 €	
Retroescavadora	RE	6,10 €	
Auto – dumper	AD	7,60 €	
Escavadora Rodas	ER	7,60 €	
Escavadora Lagartas	EL	7,60 €	
Multi-carregadora Telescópica	MCT	6,10 €	
Grua	GR	7,10 €	
Moto-compressor	MC	4,60 €	
Gerador	GER	1,10 €	
Auto Tanque	AT	1,10 €	Valores por km
Grua	GR	2,20 €	
Viatura Basculante	VB	1,30 €	
Viatura Tática Ligeira	VTL	0,55 €	
Viatura Tática Pesada	VTP	0,65 €	

e. Tendo em vista o ressarcimento de despesas do primeiro outorgante com a execução de trabalhos de manutenção do equipamento e verificações técnicas da frente de trabalho, nos termos da alínea d) da cláusula 2.ª, deverá o segundo outorgante efetuar o pagamento mensal de um valor pecuniário que deverá ser calculado com base nos valores a seguir determinados:

- Oficial – 4,34 €/dia;
- Sargento – 4,21 €/dia;
- Praça – 3,98 €/dia.

f. Tendo em vista o ressarcimento das despesas do primeiro outorgante com o fornecimento de peças e sobressalentes para o equipamento e viaturas, suscetíveis de desgaste e consumo corrente (1.º e 2.º Escalão), combustíveis e óleos especiais deverá o segundo outorgante, mediante conhecimento prévio que lhe será dado pelo primeiro outorgante, efetuar o pagamento mensal do respetivo valor pecuniário apurado;

g. O valor apurado nos termos das alíneas c) d) e e) da presente cláusula será alvo de atualização caso se alterem substancialmente as despesas do primeiro outorgante com a realização das tarefas decorrentes do presente protocolo, devendo tal atualização ser previamente aceite por parte da CMS;

h. A duração prevista dos trabalhos é de 34 (trinta e quatro) dias úteis.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Resolução**

a. O incumprimento das obrigações que, para qualquer dos Outorgantes decorram do presente Protocolo, confere ao Outorgante não faltoso o direito de resolver o presente Protocolo, mediante declaração fundamentada dirigida ao Outorgante faltoso;

b. A ocorrência de circunstâncias extraordinárias, nomeadamente alterações ao estado de segurança, imperativo de serviço, razões de interesse público, pode implicar a interrupção dos trabalhos ou recolha do material durante o período de apoio previsto, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização;

c. O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer uma das partes, quando as circunstâncias em que as mesmas fundaram a decisão tiverem sofrido uma alteração inesperada e não considerada nos termos do presente protocolo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Disposições Gerais e Finais**

a. O presente protocolo poderá ser alterado a qualquer momento, com a concordância das partes, através de aditamentos que, após aprovação do Chefe do Estado-Maior do Exército, serão por aquelas assinados e juntos ao mesmo, dele passando a fazer parte integrante;

b. As dúvidas, lacunas ou casos omissos resultantes de dificuldades de interpretação que possam surgir na aplicação do presente protocolo, serão solucionadas mediante acordo entre as partes signatárias.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Prazo de vigência**

a. O presente protocolo entra em vigor à data da sua assinatura;

b. O presente protocolo cessa os seus efeitos após o término da execução dos trabalhos necessários à prossecução do objeto do presente protocolo.

Feito em duplicado, ficando cada uma das entidades subscritoras do presente Protocolo com um exemplar em seu poder.

Aos cinco dias do mês de novembro de 2014

Pelo 1.º Outorgante  
O Comandante do RE1

João Manuel Pires  
Coronel de Engenharia

Pelo 2.º Outorgante  
O Presidente da CM do Sardoal

António Miguel Cabedal Borges  
Dr.

***Protocolo entre o Regimento de Engenharia N.º 1 e a  
Empresa Orica Mining Services Portugal, S.A.***

**1. Preâmbulo**

O Regimento de Engenharia N.º 1 vai estabelecer um protocolo com a Orica Mining Services Portugal, S.A., com vista à destruição de detonadores, armazenados em Aljustrel.

**2. Identificação das partes**

Entre:

1. O Regimento de Engenharia N.º 1, como primeiro outorgante, adiante designado por RE1, através do “Polo Permanente do PM 001/Vila Nova da Barquinha”, sedado no Polígono de Tancos, representado neste ato pelo seu Comandante, Coronel de Engenharia João Manuel Pires, e;

2. A Empresa Orica Mining Services Portugal, S.A., como segundo outorgante, adiante designada por OMSP, com sede social em Apt. 49 - Vale D’Oca, 7600-909 Aljustrel, representada neste ato pelo seu Administrador, Clemente Rúbio, o qual tem poderes para outorgar o presente acordo;

é celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

**3. Parte dispositiva**

**Cláusula 1.ª**

**Objecto**

a. O presente protocolo, estabelecido entre o RE1 e a OMSP, visa a destruição 18 304 (dezoito mil trezentos e quatro) detonadores que se encontram armazenados nos paióis da OMSP, em Aljustrel,

b. Para a realização e bom funcionamento dos trabalhos, o RE 1 e a OMSP acordam as seguintes normas relativas às condições de intervenção.

**Cláusula 2.ª**

**Obrigações do RE1**

No âmbito do presente Protocolo, o RE1 compromete-se a:

- a. Manter em permanência no local da destruição, equipamento sanitário e de combate a incêndios;
- b. Pautar o decurso de toda a operação pelo estrito cumprimento das normas de segurança no manuseamento de explosivos, incluindo o salvaguardar do controlo de acessos ao local das destruições;
- c. Colocar todo o equipamento necessário para a destruição propriamente dita;
- d. Constituir o grupo de trabalho, em meios de pessoal e equipamento, considerados necessários e adequados para a execução da operação;
- e. Orientar o emprego do pessoal e equipamento, sob o ponto de vista técnico, de modo a otimizar o seu rendimento;
- f. Assegurar a administração do pessoal militar empenhado nos trabalhos;
- g. Assegurar a gestão do equipamento, viaturas e restante material militar, especialmente no que respeita à manutenção do mesmo;
- h. Informar a entidade apoiada sobre todos os pormenores da operação considerados relevantes, assim como de eventuais alterações significativas;
- i. Indicar nominalmente todos os elementos que deverão ser objeto de seguro por parte da entidade apoiada;
- j. Realizar todas as coordenações necessárias com o comando do Campo Militar de Santa Margarida com vista à utilização do mesmo;

- k. Fornecer alimentação aos elementos da entidade apoiada que estejam envolvidos nos trabalhos nos dias respetivos, devendo este quantitativo ser coordenado previamente;
- l. Coordenar com a OMSP o encadeamento dos trabalhos.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações da OMSP**

No âmbito do presente Protocolo, a OMSP compromete-se a:

- a. Coordenar com o RE1 o encadeamento dos trabalhos;
- b. Realizar as coordenações necessárias com a PSP de modo a obter autorização para entregar os materiais explosivos ao Exército Português, com a finalidade de executar a sua destruição completa, de acordo com o presente protocolo;
- c. Realizar o transporte dos materiais a destruir até ao local que for designado para a entrega dos mesmos e nas quantidades determinadas, de acordo com todas as condições legais e de segurança requeridas;
- d. Disponibilizar um técnico qualificado para presenciar a destruição dos materiais explosivos (caso entenda necessário);
- e. Respeitar escrupulosamente as normas que forem indicadas pelo comandante da operação, em termos de conduta no interior de instalações militares;
- f. Assumir os encargos decorrentes da aplicação da legislação em vigor sobre os acidentes de trabalho, através da contratação de um seguro de responsabilidades civis/acidentes pessoais para os trabalhos em causa e para todo o pessoal designado pelo RE1 (de acordo com listagem disponibilizada pelo 1.º outorgante), assegurando, em qualquer caso, a equiparação ao ramo civil de atividades desenvolvidas pelo militar na altura do eventual acidente e tendo por base a tabela salarial do Contrato Coletivo de Trabalho da referida atividade.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Encargos financeiros**

- a. Da celebração e cumprimento do presente protocolo não resulta qualquer encargo financeiro para o Exército Português;
- b. O segundo outorgante responsabiliza-se perante o primeiro outorgante pelos custos inerentes à execução do presente Protocolo, liquidando na Subsecção Financeira/Secção de Logística do RE1, a quantia de 6 406,40 € (seis mil quatrocentos e seiseuros e quarenta centimos), para suportar as despesas com reconhecimentos, materiais explosivos consumidos, consumíveis e lubrificantes e apoios solicitados a outras entidades;
- c. O pagamento do valor será dividido em duas tranches, € 3 203,20 (três mil duzentos e três euros e vinte centimos) no início dos trabalhos e os restantes € 3 203,20 (três mil duzentos e três euros e vinte centimos) no fim dos mesmos;
- d. O valor apurado nos termos da alínea b. da presente cláusula será alvo de atualização, caso se alterem substancialmente as despesas do primeiro outorgante com a realização das tarefas decorrentes do presente protocolo, devendo tal atualização ser previamente aceite por parte da OMSP;
- e. A duração prevista dos trabalhos é de 5 (cinco) dias úteis.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Resolução, suspensão e termo**

- a. O incumprimento das obrigações que, para qualquer dos Outorgantes decorram do presente Protocolo, confere ao Outorgante não faltoso o direito de resolver o presente Protocolo, mediante declaração fundamentada dirigida ao Outorgante faltoso;
- b. A ocorrência de circunstâncias extraordinárias, nomeadamente, alterações ao estado de segurança, imperativo de serviço, razões de interesse público, pode implicar a interrupção dos trabalhos ou recolha do material durante o período de apoio previsto, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização;
- c. O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer uma das partes, quando as circunstâncias em que as mesmas fundaram a decisão tiverem sofrido uma alteração inesperada e não considerada nos termos do presente protocolo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

**Cláusula 6.ª**  
**Prazo de vigência**

- a.* O presente protocolo entra em vigor à data da sua assinatura.
- b.* O presente protocolo cessa os seus efeitos após o término da execução dos trabalhos necessários à prossecução do objeto do presente protocolo.

Assim o outorgaram, aos 10 dias do mês de outubro de 2014

Pelo 1.º Outorgante  
O Comandante do RE1

João Manuel Pires  
Coronel de Engenharia

Pelo 2.º Outorgante

Clemente Rúbio  
O Administrador

---

**IX — ACORDOS**

***Acordo de Colaboração entre o Exército Português - Regimento de Artilharia N.º 4  
e Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP***

**Contrato n.º 2014 426 0229**

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., com sede na Rua de Xabregas, n.º 52, em Lisboa, titular do cartão de pessoa coletiva de direito publico no 501 442 600, devidamente representado neste ato, por:

Lídia Preciosa Franco Antunes de Matos Almeida, casada, natural de Trancoso (Santa Maria), portadora do Bilhete de Identidade n.º 8963040, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Leiria, em 30-01-2008, residente na Rua António Campos, Lote 21, 2410-369 Leiria, que outorga na qualidade de Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, em regime de substituição, ao abrigo da Deliberação (Extrato) n.º 1 834/2012 do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., de 26 de Novembro de 2012, publicado no *Diário da Republica*, 2.ª Série, n.º 233 de 03 de dezembro de 2012, como Primeiro Outorgante e

Exército Português - Regimento de Artilharia N.º 4, com sede em Cruz da Areia, 2410-139 Leiria, titular do cartão de pessoa coletiva n.º 600 021 610, devidamente representado por:

Coronel de Artilharia, Carlos Manuel Mendes Dias, portador do documento de identificação n.º 12469086, emitido pelo Exército Português em 29-11-2013, válido até 29-11-2023, na qualidade de legal representante e com poderes para o ato como segundo outorgante

É celebrado o presente Acordo de Colaboração entre o Exército Português - Regimento de Artilharia N.º 4, de autorização de utilização temporária de Equipamento e Instalações para a realização de Ações de formação diversa em 2014, nos termos definidos e constantes da proposta do segundo Outorgante, anexo ao presente contrato, que dele fazem parte integrante e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, adjudicado por despacho da Diretora-Adjunta do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, datado de 20-02-2014, ao Exército, Português - Regimento de Artilharia N.º 4, pelo valor de € 13 425,00 (treze mil, quatrocentos e vinte e cinco euros), acrescido do Imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor e cujas celebração e despesa também foram autorizadas pelo referido despacho, que igualmente aprovou a respetiva minuta, sujeito ao seguinte clausulado:



### **Cláusula Primeira Responsabilidade**

1. As ações de formação profissional são da iniciativa e responsabilidade do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria.

2. Toda a gestão financeira das respetivas ações de formação serão da responsabilidade do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, de acordo com o seu plano de atividades para o corrente ano de 2014.

### **Cláusula Segunda Início da Prestação de Serviços e Prazo de Execução**

Este acordo produz efeitos de 17/02/2014 a 31/12/2014.

### **Cláusula Terceira Horário da Formação**

O horário das formações verificar-se-á em horário laboral.

### **Cláusula Quarta Caracterização Específica**

1. As ações de formação profissional decorrerão nas instalações do Segundo Outorgante, que por este ato, se obriga a disponibilizar, em perfeito e constante estado de segurança e higiene, composto por:

- Salas de formação teórica suficientes para desenvolver as ações de formação previstas, devidamente equipadas com mesas, cadeiras e quadro didático, com capacidade para 26 formandos, em horário laboral;

- Salas de informática com acesso permanente a internet;

- Uma secção / espaço oficial de eletricidade.

2. Além do supra mencionado, o Segundo Outorgante garante o funcionamento de água, luz, limpeza, vigilância das instalações utilizadas.

3. O prazo máximo entre o pedido de assistência por parte do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria de alguma reparação ou substituição do material danificado que não permita o funcionamento normal da formação, não poderá exceder os 5 dias úteis.

4. A utilização do equipamento e a sua conservação é da responsabilidade dos formandos, seus utilizadores e será controlada pelo Primeiro Outorgante que possui meios adequados para intervir e responsabilizar quem o utilizar de forma não adequada, pelos prejuízos daí decorrentes.

### **Cláusula Quinta Obrigações**

No âmbito do presente Acordo, o primeiro outorgante compromete-se a:

- a) Cumprir todas as normas ou orientações relativas à segurança interna, aquando da utilização das instalações militares;

- b) Entregar os referenciais de formação dos cursos e respetivos horários onde conste o total de horas de formação a ministrar;

- c) Elaborar e entregar uma lista dos formadores e formandos autorizados a aceder e utilizar as instalações militares;

- d) Informar, alterar e entregar novas listas, sempre que submetidas a necessárias alterações;

- e) Utilizar as instalações militares, apenas no horário previsto da cláusula terceira do presente acordo;

- f) Assumir a responsabilidade por quaisquer danos patrimoniais e/ou pessoais decorrentes da comprovada utilização das instalações militares;

- g) Respeitar o bom-nome, a imagem e o *modus vivendi* da instituição militar;

- h) Providenciar pela conservação e regular a utilização dos equipamentos e instalações militares.

### Cláusula Sexta

#### Condições de Pagamento, Preço e Prazo de Pagamento

1. Como pagamento pelos serviços a prestar, o Primeiro Outorgante pagará ao Segundo um montante global de € 13 425,00 (treze mil, quatrocentos e vinte e cinco euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

2. A cedência das instalações, correspondem os seguintes valores “Preço Hora/Mês”, acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor.

Cursos	Ocupação	Valor	Valor Total
Técnico de Instalações Elétricas - EFA	10 meses	€ 650,00 / mês	€ 6 500,00
Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica - EFA	2 meses	€ 650,00 / mês	€ 1 300,00
Competências Básicas	3 ações	€ 1 375,00 / ação	€ 4 125,00
Formação Modular de Eletricidade	300 horas	€ 5,00 / hora	€ 1 500,00

3. O encargo estabelecido no número anterior, será pago mediante a apresentação pelo Segundo Outorgante das correspondentes faturas ou documentos equivalentes com uma antecedência mínima de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento, de acordo com o seguinte:

a. Pagamento mensal, no caso dos cursos de Técnico de Instalações Elétricas - EFA e Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica - EFA considerando a ocupação prevista no quadro abaixo, não havendo lugar a pagamento dos meses em que não se realizar formação:

Designação	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dec
Técnico/a de Instalações Elétricas – EFA (10 meses)		½	1	1	1	1	1	½	1	1	1	1
Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica – EFA (2 meses)											1	1

**Nota:** ½ - meio mês; 1 - um mês

b. Pagamento por ação, no caso das ações de formação de Competências Básicas, a pagar no final de cada ação, não havendo lugar a pagamento das ações não realizadas;

c. Pagamento por hora, no caso das ações de formação modular na área de Eletricidade, a pagar no final de cada módulo, não havendo lugar a pagamento das horas não realizadas.

### Cláusula Sétima

#### Cessação da Vigência

1. As partes comprometem-se a cumprir pontual e integralmente o prescrito no clausulado;

2. Qualquer dos Outorgantes poderá rescindir o presente acordo, a qualquer momento e sem dever de indemnização, desde que se verifique alguma das seguintes situações:

- a) Incumprimento deste clausulado;
- b) Incumprimento doloso ou meramente culposo das obrigações dele decorrentes;
- c) Interrupção, sem comunicação por escrito, da prestação de trabalhos a que se obrigam com o presente acordo.

3. Excetuam-se os casos de aplicação do número anterior, situações fundadas em motivos de força maior e imprevistos, nomeadamente, alterações ao Estado de Segurança ou ao cumprimento de outras missões de interesse público reconhecidas e justificadas perante a contraparte, com a antecedência mínima de 5 dias, que permita o cumprimento dos referenciais de formação das ações de formação profissional em questão.

4. Em caso algum a rescisão poderá ser declarada sem prévia audição da contraparte.

5. A rescisão será comunicada à contraparte mediante carta registada com aviso de receção.

6. Quaisquer dúvidas ou omissões que resultem da interpretação do presente acordo são solucionadas por acordo entre as partes outorgantes.

Neste ato foram presentes os documentos seguintes:

- a) Fotocópia do Documento de Identificação do representante legal do Segundo Outorgante;
- b) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva;
- c) Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social ou autorização de consulta eletrónica;
- d) Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Fazenda Publica ou autorização de consulta eletrónica.

O presente acordo está escrito em 5 folhas de papel timbrado deste Instituto, sendo todas rubricadas pelos representantes dos Outorgantes, à exceção da última por conter as assinaturas, assim como os demais documentos que o integram.

E por assim terem acordado vão assinar:

Leiria, 12 de setembro de 2014

O Primeiro Outorgante

Lídia Preciosa Franco Antunes de Matos Almeida  
Diretora do CEFP de Leiria

O Segundo Outorgante

Carlos Manuel Mendes Dias  
Coronel de Artilharia

**Acordo de Colaboração entre o Exército Português - Regimento de Artilharia N.º 4  
e Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP**

**Contrato n.º 2013 426 0578**

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., com sede na Rua de Xabregas, n.º 52, em Lisboa, titular do cartão de pessoa coletiva de direito publico no 501 442 600, devidamente representado neste ato, por:

Lídia Preciosa Franco Antunes de Matos Almeida, casada, natural de Trancoso (Santa Maria), portadora do Bilhete de Identidade n.º 8963040, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Leiria, em 30-01-2008, residente na Rua António Campos, Lote 21, 2410-369 Leiria, que outorga na qualidade de Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, em regime de substituição, ao abrigo da Deliberação (Extrato) n.º 1 834/2012 do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., de 26 de Novembro de 2012, publicado no *Diário da Republica*, 2.ª Serie, n.º 233 de 03 de dezembro de 2012, como Primeiro Outorgante e

Exército Português - Regimento de Artilharia N.º 4, com sede em Cruz da Areia, 2410-139 Leiria, titular do cartão de pessoa coletiva n.º 600 021 610, devidamente representado por:

Coronel de Artilharia, Carlos Manuel Mendes Dias, portador do documento de identificação n.º 12469086, emitido pelo Exército Português em 29-11-2013, válido até 29-11-2023, na qualidade de legal representante e com poderes para o ato como segundo outorgante

É celebrado o presente Acordo de Colaboração entre o Exército Português - Regimento de Artilharia N.º 4, de autorização de utilização temporária de Equipamento e Instalações para a realização de Ações de formação diversa em 2014, nos termos definidos e constantes da proposta do segundo Outorgante, anexo ao presente contrato, que dele fazem parte integrante e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, adjudicado por despacho da Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, datado de 09-12-2013, ao Exército, Português - Regimento de Artilharia N.º 4, pelo valor de € 12 275,00 (doze mil, duzentos e setenta e cinco euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado á taxa legal em vigor e cujas celebração e despesa também foram autorizadas pelo referido despacho, que igualmente aprovou a respetiva minuta, sujeito ao seguinte clausulado:

### **Cláusula Primeira Responsabilidade**

1. As ações de formação profissional são da iniciativa e responsabilidade do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria.

2. Toda a gestão financeira das respetivas ações de formação serão da responsabilidade do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, de acordo com o seu plano de atividades para o corrente ano de 2014.

### **Cláusula Segunda Início da Prestação de Serviços e Prazo de Execução**

Este acordo produz efeitos de 02/01/2014 a 31/12/2014.

### **Cláusula Terceira Horário da Formação**

O horário das formações verificar-se-á em horário laboral.

### **Cláusula Quarta Caracterização Específica**

1. As ações de formação profissional decorrerão nas instalações do Segundo Outorgante, que por este ato, se obriga a disponibilizar, em perfeito e constante estado de segurança e higiene, composto por:

- Três salas de formação teórica equipadas para desenvolver formação com grupos de 22 formandos, em horário laboral;
- Duas salas de informática com acesso permanente a internet;
- Uma secção / espaço oficial de eletricidade;
- Assegurar a manutenção dos espaços;
- Garantir o acesso dos formandos aos serviços de refeitório e bar.

2. Além do supra mencionado, o Segundo Outorgante garante o funcionamento de água, luz, limpeza, vigilância das instalações utilizadas.

3. O prazo máximo entre o pedido de assistência por parte do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria de alguma reparação ou substituição do material danificado que não permita o funcionamento normal da formação, não poderá exceder os 5 dias úteis.

4. A utilização do equipamento e a sua conservação é da responsabilidade dos formandos, seus utilizadores e será controlada pelo Primeiro Outorgante que possui meios adequados para intervir e responsabilizar quem o utilizar de forma não adequada, pelos prejuízos daí decorrentes.

### **Cláusula Quinta Obrigações**

No âmbito do presente Acordo, o primeiro outorgante compromete-se a:

- a) Cumprir todas as normas ou orientações relativas à segurança interna, aquando da utilização das instalações militares;
- b) Entregar os referenciais de formação dos cursos e respetivos horários onde conste o total de horas de formação a ministrar;
- c) Elaborar e entregar uma lista dos formadores e formandos autorizados a aceder e utilizar as instalações militares;
- d) Informar, alterar e entregar novas listas, sempre que submetidas a necessárias alterações;
- e) Utilizar as instalações militares, apenas no horário previsto da cláusula terceira do presente acordo;
- f) Assumir a responsabilidade por quaisquer danos patrimoniais e/ou pessoais decorrentes da comprovada utilização das instalações militares;

- g) Respeitar o bom-nome, a imagem e o *modus vivendi* da instituição militar;  
 h) Providenciar pela conservação e regular a utilização dos equipamentos e instalações militares.

**Cláusula Sexta**  
**Condições de Pagamento, Preço e Prazo de Pagamento**

1. Como pagamento pelos serviços a prestar, o Primeiro Outorgante pagará ao Segundo um montante global de € 12 275,00 (doze mil, duzentos e setenta e cinco euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

2. A cedência das instalações, correspondem os seguintes valores acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor.

Cursos	Espaço	Ocupação	Valor	Valor Total
Técnico/a de Instalações Elétricas (3.º per.) - APR	Sala teórica; sala de informática; secção oficial	5 meses	€ 650,00	€ 3 250,00
Serralharia Civil - EFA	Sala teórica; sala de informática	1 mês	€ 550,00	€ 550,00
Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica - EFA	Sala teórica; sala de informática; secção oficial	10,5 meses	€ 650,00	€ 6 825,00
Técnico de Logística - EFA	Sala teórica; sala de informática	3 meses	€ 550,00	€ 1 650,00

3. O encargo estabelecido no número anterior, será pago mensalmente, conforme a seguir mencionado:

Designação	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dec
Técnico/a de Instalações Elétricas (3.º per.) – APR – 5 meses			½	1	1	1					1	½
Serralharia Civil – EFA – 1 mês	½	½										
Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica – EFA – 10,5 meses	1	1	1	1	1	1	1	½	1	1	1	
Técnico de Logística – EFA – 3 meses	1	1	1									

**Nota:** ½ - meio mês; 1 - um mês

**Cláusula Sétima**  
**Cessaçã da Vigência**

1. As partes comprometem-se a cumprir pontual e integralmente o prescrito no clausulado;  
 2. Qualquer dos Outorgantes poderá rescindir o presente acordo, a qualquer momento e sem dever de indemnização, desde que se verifique alguma das seguintes situações:

- a) Incumprimento deste clausulado;  
 b) Incumprimento doloso ou meramente culposo das obrigações dele decorrentes;  
 c) Interrupção, sem comunicação por escrito, da prestação de trabalhos a que se obrigam com o presente acordo.

3. Excetuam-se os casos de aplicação do número anterior, situações fundadas em motivos de força maior e imprevistos, nomeadamente, alterações ao Estado de Segurança ou ao cumprimento de outras missões de interesse público reconhecidas e justificadas perante a contraparte, com a antecedência

mínima de 5 dias, que permita o cumprimento dos referenciais de formação das ações de formação profissional em questão.

4. Em caso algum a rescisão poderá ser declarada sem prévia audição da contraparte.

5. A rescisão será comunicada à contraparte mediante carta registada com aviso de receção.

6. Quaisquer dúvidas ou omissões que resultem da interpretação do presente acordo são solucionadas por acordo entre as partes outorgantes.

Neste ato foram presentes os documentos seguintes:

a) Fotocópia do Documento de Identificação do representante legal do Segundo Outorgante;

b) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva;

c) Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social ou autorização de consulta eletrónica;

d) Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Fazenda Publica ou autorização de consulta eletrónica.

O presente acordo está escrito em seis folhas de papel timbrado deste Instituto, sendo todas rubricadas pelos representantes dos Outorgantes, à exceção da última por conter as assinaturas, assim como os demais documentos que o integram.

E por assim terem acordado vão assinar:

Leiria, 31 de julho de 2014

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Lídia Preciosa Franco Antunes de Matos Almeida  
Diretora do CEFP de Leiria

Carlos Manuel Mendes Dias  
Coronel de Artilharia

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.*

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.*



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

2.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 11/30 DE NOVEMBRO DE 2014

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, ao abrigo do artigo 7.º e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de maio, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Ouro, o MGen (2110002) **Luís Filipe Tavares Nunes**.

(Louvor n.º 539/14, DR, 2.ª série, n.º 210, 30out14)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento o disposto no artigo 13.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 16.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, ao TCor Inf (12419387) **Sérgio Augusto Valente Marques**.

(Portaria n.º 890/14, DR, 2.ª série, n.º 203, 21out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por terem sido considerados ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, os seguintes militares:

MGen (13880581) Ilídio Morgado da Silva.

(Despacho de 01jun14)

MGen (18944077) António Manuel Felícia Rebelo Teixeira.

(Despacho de 13out14)

Cor Inf (11689185) João Carlos Cabral de Almeida Loureiro Magalhães;  
TCor Eng (06282588) Leonel José Mendes Martins.

(Despacho de 19set14)

Cor Cav (11826781) João Henrique Cordeiro de Jesus Neves;  
Cor Farm (02828680) Pet Rodney Costa Mazarelo;  
TCor Eng (02917682) José da Costa Rodrigues dos Santos.

(Despacho de 07out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Cobre, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Cav (18261691) **Fernando Carlos Teodoro Alves**.

(Despacho de 31out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Cobre, nos termos do disposto nos artigos 17.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o 1Sarg Eng (13187301) **António José de Bastos Ferreira**.

(Despacho de 12set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 1.ª Classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea a), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor Eng (17837086) **Jorge Manuel Noronha da Silveira Alves Caetano**.

(Despacho de 19set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 1.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, o Cor Inf GNR (1870010) **Pedro Ribeiro Duarte**.

(Despacho de 16out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, por ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor	Art	(04314990)	José Carlos Vicente Pereira;
Maj	Inf	(07748791)	Vítor Manuel Rasteiro Fernandes;
Maj	Art	(22480593)	António José Fernandes Martins de Sá.

(Despacho de 10out14)

TCor	Inf	(09989390)	Firmino José Mata Simão;
TCor	Art	(04925591)	Rui Alberto Ferreira Coelho Dias.

(Despacho de 31out14)

Maj	Inf	(07212591)	José Manuel de Almeida Santos Leal.
-----	-----	------------	-------------------------------------

(Despacho de 17set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, terem sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor	Inf	GNR	(1896007)	Mário Luís Ribeiro Ramos;
TCor	Inf	GNR	(1920810)	Carlos Alexandre Quatorze Pereira;



Maj Inf GNR (1960122) José Joaquim Machado;  
Maj Inf GNR (1940746) José Luís dos Santos Alves;  
Maj Inf GNR (1950894) Paulo Miguel Lopes de Barros Poiares.

(Despacho de 16out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 3.ª Classe, por ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap TTrans (15300487) Fernando Manuel Freitas Lopes;  
Cap Art (10756398) Álvaro António Moreira dos Santos;  
Cap Inf (08119398) Paulo Alexandre Martins Cardoso Soares;  
SMor Para (03415082) José Manuel Martins Pinto.

(Despacho de 10out14)

Cap TExpTm (07332891) Paulo António Girão Peralta;  
Cap TManTm (06954488) Augusto Manuel Andrade Santos;  
SMor Inf (09911682) Carlos Manuel Loureiro dos Santos.

(Despacho de 31out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 3.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, terem sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap Inf GNR (2000929) Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro;  
Cap Inf GNR (1991055) João Eduardo Cordeiro Gonçalves;  
Cap Inf GNR (2000913) Rui Valente Cipriano Alfaro Pereira;  
Cap Inf GNR (1980991) Gonçalo Filipe Pedrosa da Silva Amado.

(Despacho de 16out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militar:

SCh Inf GNR (1866038) António José Dias Monteiro.

(Despacho de 16out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, por ter sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

SAj Inf (02366788) André Adriano Pereira;  
SAj Art (00483891) Carlos Duarte Vieira de Nóbrega;  
1Sarg Inf (09054093) João Manuel Varela dos Santos;  
1Sarg Art (00324592) Vítor Manuel Antunes Rodrigues;  
1Sarg AdMil (13588292) Paulo Alexandre Sardo Ragageles;  
1Sarg Mat (15628995) Luís Filipe Costa Ferreira;  
1Sarg Art (04976295) Nuno Miguel de Sousa Moreira.

(Despacho de 10out14)

SAj	Mat	(13563186)	José Manuel Rodrigues Silva Castelo Henriques;
SAj	Mat	(21995491)	Eunice de Jesus Jardim Gonçalves Simas;
SAj	SGE	(00582592)	Luís Filipe Meireles.

(Despacho de 31out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 26.º, do n.º 1 do artigo 27.º, n.º 3 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, TCor Cav (13134087) **Pedro Manuel dos Santos Ferreira**.

(Despacho de 17set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

TCor	Inf	(17355286)	António Paulo Lopes Romeiro.
------	-----	------------	------------------------------

(Despacho de 31out14)

Maj	Inf	(17779791)	José Alfredo Santos Soares;
Maj	Cav GNR	(01930733)	Lauro Augusto Dias Marinho.

(Despacho de 10out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por terem sido considerados ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

Cap	TManMat	(17049392)	Pedro José Gago de Brito.
-----	---------	------------	---------------------------

(Despacho de 10out14)

Cap	Art	(14205299)	Pedro Miguel Russo de Carvalho Dias;
Cap	Farm	(01197399)	Rodrigo Ferreira Alves da Silva Santos.

(Despacho de 31out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por terem sido considerados ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

SCh	Tm	(16304385)	Armando Coelho Duarte;
SAj	Cav	(08152786)	Dinário Manuel da Silva Seromenho;
SAj	Art	(02423287)	Carlos Henrique de Almeida Travassos;
SAj	Inf	(19256291)	António Manuel Melo Marceneiro;
SAj	Inf	(11865389)	Victor Manuel Alonso Almendra;
SAj	Corn/Clar	(00161893)	Marco Paulo Teixeira Correia;
1Sarg	Aman	(16835884)	António Henrique Rocha Teixeira;
1Sarg	Cav	(11453891)	Luís Manuel de Oliveira Fonseca.

(Despacho de 10out14)

1Sarg Mat (30983693) José Francisco dos Santos Narciso Madeira Ramos.

(Despacho de 31out14)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Ouro, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor	Inf		(17527085)	Francisco José Fonseca Rijo;
Cor	Inf	GNR	(1866290)	João Paulo Simões Pedro Seguro;
Cor	Cav	GNR	(1870008)	Jorge Eduardo Caldeira Marques e Silva;
TCor	Inf		(07496887)	Francisco José dos Santos Martins;
TCor	Inf		(17199386)	Paulo Jorge Varela Curro;
TCor	Inf		(01372287)	Nuno Manuel Mendes Farinha;
TCor	Inf		(01623385)	Carlos José Félix Peças;
TCor	Inf		(00064585)	José Manuel Salgueiro Ribeiro Boieiro;
TCor	Inf		(09523783)	Francisco António Gonçalves Vaz;
TCor	Inf		(00771586)	Hilário Dionísio Peixeiro;
TCor	Inf		(07147687)	Paulo Raúl Chéu Guedes Vaz;
TCor	Inf		(18502784)	António Benjamim Mascarenhas;
TCor	Inf		(00208586)	Manuel da Cruz Pereira Lopes;
TCor	Art		(18099686)	Fortunato Manuel Figueiredo Mariano Alves;
TCor	Art		(05539186)	António Jaime Gago Afonso;
TCor	Art		(06234885)	José Carlos dos Santos Leal Teixeira;
TCor	Art		(04821085)	Carlos José Barradas Fernandes;
TCor	Art		(04149087)	Fernando Joaquim da Luz Costa;
TCor	Art		(17337287)	Luís Filipe Marinho Pereira;
TCor	Art		(05581385)	António Pedro Matias Ricardo Romão;
TCor	Art		(00189785)	Joaquim Luís Correia Lopes;
TCor	Cav		(02052885)	José David Angelino da Graça Talambas;
TCor	Cav		(14612485)	Rui Miguel Laboreiro Risques da Costa Ferreira;
TCor	Cav		(04864985)	Joaquim Alberto Lameiras Bataca;
TCor	Eng		(10008282)	Carlos Luís Almeida Alves da Costa;
TCor	Eng		(19873684)	José Augusto Cardoso Almeida;
TCor	Eng		(02917682)	José da Costa Rodrigues dos Santos;
TCor	Eng		(18264085)	Avelino João Carvalho Dantas;
TCor	Tm		(13936286)	Luís Miguel Garrido Afonso;
TCor	Inf	GNR	(1880555)	José António Serrano Candeias;
TCor	Inf	GNR	(1876013)	Luís Manuel Pimenta Cabaço;
TCor	Inf	GNR	(1880553)	José Barroso da Costa;
Maj	TPesSec		(13319184)	Amorim dos Santos Piteira;
Maj	TPesSec		(18814984)	José Francisco Colaço Lopes Martinho;
Cap	TExpTm		(17528284)	Faustino Carlos Paiva Pereirinha;
Cap	TTrans		(08139484)	Jorge Manuel Ferreira dos Santos;
SMor	Art		(12916784)	José Augusto Mendes;
SMor	Inf	GNR	(1850257)	Joaquim Francisco Póvoas Semedo;
SMor	Inf	GNR	(1850348)	Sérgio Francisco Jorge Pontes;
SCh	Inf		(06860284)	Octávio Fernandes Mestre;
SCh	Inf		(17561184)	José Álvaro Duarte;
SCh	Inf		(18362584)	Luís Filipe Ferreira Antunes;
SCh	Inf		(02946785)	Carlos Manuel Lopes da Silva;
SCh	Inf		(07667884)	Francisco José Nogueira Pereira;
SCh	Inf		(02401284)	Luís Filipe Lopes Homem;

SCh	Inf		(15028384)	José Augusto Costa Rodrigues;
SCh	Art		(11173685)	Jorge Humberto da Silva Ferreira Fernandes;
SCh	Cav		(14433584)	Honório José Garcia Rodrigues;
SCh	Cav		(04759684)	Paulo Alexandre de Matos Mestre;
SCh	Para		(06864386)	José Carlos Lopes Marques Gonçalves;
SCh	Mat		(14159383)	Luís Alberto Nogueira Moreira;
SCh	Mat		(13869284)	Víctor Manuel de Jesus Pires Diz;
SCh	Mat		(18015483)	Jorge Manuel Gravanita Fernandes Alberto;
SCh	SGE		(18756984)	Virgílio José Figueira Galhardo Antunes;
SCh	SGE		(08310284)	José Gomes de Carvalho;
SCh	SGE		(16331684)	Artur Luís Botelho Camilo;
SCh	Inf	GNR	(1850339)	José Luzia Nini Lopes;
SCh	Inf	GNR	(1850554)	José Inácio Lopes Pereira;
SCh	Inf	GNR	(1850439)	Fernando Martins Nunes;
SCh	Inf	GNR	(1856118)	Válter Manuel de Araújo Barrigas;
SCh	Inf	GNR	(1856568)	José Ferraz Rodrigues;
SCh	Inf	GNR	(1856549)	José Abílio de Oliveira Moraes;
SCh	Inf	GNR	(1850320)	Pedro Rui Parente e Costa;
SCh	Inf	GNR	(1850334)	Carlos José Henriques Simão;
SCh	Inf	GNR	(1880456)	Américo Manuel Mourato Bravo;
SCh	Inf	GNR	(1850310)	Gonçalo Manuel Moraes Mesquita;
SCh	Inf	GNR	(1850450)	António Fernandes Martins;
SCh	Cav	GNR	(1850466)	José Maria Mendes Gregório;
SCh	Cav	GNR	(1850522)	José João Nascimento da Costa;
SAj	Art		(18915885)	João Alexandre Nabais Birra;
SAj	Art		(10471185)	Carlos Jorge Caetano Novais;
SAj	AdMil	GNR	(1856038)	Américo Albino Aguiar;
SAj	Art	GNR	(1850502)	Joaquim Manuel Ferreira Gaspar;
1Sarg	Aman		(19898584)	João Carlos da Silva Marques;
1Sarg	Inf	GNR	(1866130)	Henrique José Severino Costa;
CbMor	Inf	GNR	(1850278)	José Manuel de Barros Vieira;
CbMor	Inf	GNR	(1850340)	Álvaro Manuel Louro Martins;
CbMor	Inf	GNR	(1850299)	Manuel Joaquim Metrogos de Matos;
CbMor	Inf	GNR	(1850421)	João António Granadeiro Salvador;
CbMor	Cav	GNR	(1850582)	José António Germano Cabaço;
CbCh	Inf	GNR	(1850542)	Amaro João Carapinha de Matos;
CbCh	Inf	GNR	(1856375)	Paulo Jorge Emídio Barbosa;
CbCh	Inf	GNR	(1850523)	António Júlio dos Santos Ribeiro;
CbCh	AdMil	GNR	(1856477)	César Henrique Moutinho Sampaio;
CbCh	AdMil	GNR	(1856498)	Víctor Manuel da Silva Fernandes Carriço;
CbCh	Auto	GNR	(1850454)	João Manuel Ameixa Monteiro;
CbCh	Inf Res	GNR	(1866217)	Baltasar Morgado dos Santos;
Cb	Inf	GNR	(1856503)	Manuel André Gouveia de Paiva;
Cb	Inf	GNR	(1856491)	Bernardino Manuel Florinda Galego;
Cb	Inf	GNR	(1856558)	Francisco Felícia Candeias Rosa;
Cb	Inf	GNR	(1856528)	Hernâni da Costa Marques;
Cb	Inf	GNR	(1856457)	Joaquim José Martins Tenazinha;
Cb	Inf	GNR	(1856470)	João Manuel Bonacho Carrilho Margarido;
Cb	Inf	GNR	(1856481)	Valentiniano da Costa Ribeiro;
Cb	Inf	GNR	(1856502)	António José Esperto Branquinho ;
Cb	Inf	GNR	(1856509)	Norberto Pires Trindade;
Cb	Inf	GNR	(1856520)	Arnaldo de Sousa Ramos;
Cb	Inf	GNR	(1856524)	Vítor Manuel Pacheco Manso;
Cb	Inf	GNR	(1856526)	Dário de Castro Cangueiro;

Cb	Inf	GNR	(1856527)	Nuno José Prata Amador;
Cb	Inf	GNR	(1856537)	Arménio Costa da Cruz Páscoa;
Cb	Inf	GNR	(1856553)	José Carlos Martins Estevão;
Cb	Inf	GNR	(1856560)	Emanuel da Costa Damas;
Cb	Inf	GNR	(1856566)	Francisco José Gonçalves dos Santos;
Cb	Inf	GNR	(1856567)	Carlos Alberto de Sousa Martins Vilaça;
Cb	Inf	GNR	(1856572)	José António dos Santos Rodrigues;
Cb	Inf	GNR	(1856579)	Rogério Vaz da Fonseca;
Cb	Inf	GNR	(1856596)	João Manuel Afonso Romeira;
Cb	Inf	GNR	(1856600)	José Manuel Simões Fidalgo;
Cb	Inf	GNR	(1866211)	António Luís Fernandes Pedro;
Cb	Inf	GNR	(1846108)	João Manuel Santana Chilra;
Cb	Inf	GNR	(1886127)	Alcino Falcão de Castro;
Cb	Inf	GNR	(1830274)	Rogério Esteves Lopes;
Cb	Inf	GNR	(1850432)	Joaquim Maria Boiada Fernandes Alves;
Cb	Inf	GNR	(1850537)	Carlos Alberto Topete Madeira;
Cb	Inf	GNR	(1850568)	Joaquim Rosa Boleto São Pedro;
Cb	Inf	GNR	(1856518)	Félix Augusto Lopes de Sousa;
Cb	Inf	GNR	(1856461)	José Joaquim Nunes Andrade;
Cb	Inf	GNR	(1850538)	Diamantino Cardoso Ferreira Rateguim;
Cb	Inf	GNR	(1856573)	Manuel João de Deus Penela;
Cb	Inf	GNR	(1856029)	António José Caldeira Arcangelo;
Cb	Inf	GNR	(1856595)	Carlos Alberto da Graça Filipe;
Cb	Inf	GNR	(1856083)	Venâncio da Cruz Mendes;
Cb	Inf	GNR	(1856108)	António José Rodrigues Vaz;
Cb	Inf	GNR	(1856454)	José Pires Palma Damásio;
Cb	Inf	GNR	(1856465)	José Elísio Garcia Silva Basto;
Cb	Inf	GNR	(1856495)	Francisco do Espírito Santo Pinto;
Cb	Inf	GNR	(1856496)	José Pedro Oliveira Moura;
Cb	Inf	GNR	(1856517)	David Ferreira Pires;
Cb	Inf	GNR	(1856544)	Carlos Manuel Paiva Dias;
Cb	Inf	GNR	(1856548)	Joaquim José dos Reis Pimenta;
Cb	Inf	GNR	(1850414)	Joaquim Avelino Zacarias;
Cb	Inf	GNR	(1850470)	João Francisco Bernardo da Silva;
Cb	Inf	GNR	(1856317)	António José Ramalho Barradas;
Cb	Inf	GNR	(1856484)	Alexandre João Borbinha Alves;
Cb	Inf	GNR	(1856443)	Joaquim José Barreiros de Sá;
Cb	Inf	GNR	(1856447)	Joaquim Manuel Amarelinho Chorão;
Cb	Inf	GNR	(1856466)	Luís Augusto Dias;
Cb	Inf	GNR	(1856482)	Humberto Pereira de Sousa Ribeiro;
Cb	Inf	GNR	(1856410)	Casimiro Ezequiel Rodrigues de Almeida;
Cb	Inf	GNR	(1856511)	António José Ferreira de Sousa Fonseca Saraiva;
Cb	Inf	GNR	(1856546)	Manuel Joaquim da Silva Ferreira da Rocha;
Cb	Inf	GNR	(1856585)	Eurico José Machado Guerreiro;
Cb	Inf	GNR	(1856592)	Jaime Duarte Fernandes;
Cb	Inf	GNR	(1850315)	José Francisco Rodrigues Levita;
Cb	Inf	GNR	(1850497)	Ismael Augusto Moreira;
Cb	Inf	GNR	(1856507)	António José Nunes Mendes;
Cb	Inf	GNR	(1856570)	João Francisco da Silva Moraes;
Cb	Inf	GNR	(1856599)	José da Conceição Rodrigues;
Cb	Cav	GNR	(1850521)	Jorge Manuel da Silva Ramos;
Cb	Auto	GNR	(1850540)	Germano José Lameiras Borrego.

(Despacho de 29set14)

Cor	Med	(14015883)	Rui Fernando Gonçalves Teixeira de Sousa;
TCor	Inf	(13065884)	João Carlos Rodrigues Mendes da Silva Caldeira;
TCor	Inf	(01091586)	Mário João Vaz Alves de Bastos;
TCor	Inf	(17355286)	António Paulo Lopes Romeiro;
TCor	Inf	(10344986)	Fernando Artur Ferreira Teixeira;
TCor	Inf	(16910285)	Luís Miguel Pinheiro da Silva Raposo de Medeiros;
TCor	Art	(05047687)	Mário Rui Pinto da Silva;
TCor	Art	(19881486)	Vítor Hugo Dias de Almeida;
TCor	Art	(01001885)	Rui Manuel Costa Ribeiro;
TCor	Cav	(15720485)	José Manuel Carreiro Crespo;
TCor	Med	(16819283)	Rita de Fátima Felício Vieira;
Cap	Med	(19013583)	Carlos Francisco Pinto Lopes Martins Freitas;
SCh	Inf	(16115485)	Fernando Domingos Aleixo Caldeireiro;
SCh	Inf	(06470484)	José Alberto Magalhães de Sousa;
SCh	Inf	(19190684)	Amílcar do Nascimento;
SCh	Inf	(06366983)	Francisco Cabral Gabriel;
SCh	Inf	(17582684)	Carlos dos Santos Moraes;
SCh	Art	(11851884)	José Carlos Antunes Abreu;
SCh	Cav	(01304185)	Mário Fernando Gil Santana;
SCh	Tm	(01483885)	Luís Alberto da Silva Reis;
SCh	Tm	(10553185)	Ernesto do Rosário Heitor Figueiredo.

(Despacho de 31out14)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Prata, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap	Inf	GNR	(1980965)	Luís Miguel da Costa Garcia;
Cap	Inf	GNR	(1980968)	Licínio Branco Nunes;
Cap	Cav	GNR	(1980950)	Pedro Miguel Pereira Pinto;
1Sarg	Inf	GNR	(1990040)	Rui Pedro Serra Antunes Freire;
1Sarg	Inf	GNR	(1990120)	Moisés Alves dos Santos;
1Sarg	Inf	GNR	(1990236)	Luís Carlos da Conceição Cunha;
1Sarg	Inf	GNR	(1990330)	Luís Filipe Andrez Jorge;
1Sarg	Inf	GNR	(1990331)	Marco Filipe António Águas;
1Sarg	Cav	GNR	(1971001)	Luís Filipe da Ressurreição Correia;
1Sarg	Cav	GNR	(1990718)	Vítor Joaquim Godinho Leal;
2Sarg	Inf	GNR	(2000571)	David Manuel Godinho Aleixo;
2Sarg	Inf	GNR	(2010728)	João Filipe Amador Dias;
2Sarg	Inf	GNR	(2020981)	Filipe Manuel Gomes Martins;
2Sarg	Inf	GNR	(2060474)	Paulo Jorge Peixoto Martins;
2Sarg	Cav	GNR	(1990505)	Manuel Eduardo Gouveia Félix Queiroz;
2Sarg	AdMil	GNR	(2000306)	José António Alves Costa;
2Sarg	AdMil	GNR	(2000726)	Gabriel Lopes Carrico;
2Sarg	Mus	GNR	(2041079)	Miguel Carlos Rodrigues Cardoso da Silva;
2Sarg	Exp	GNR	(2020849)	Carlos Pedro Jesus Lopes;
2Sarg	Man	GNR	(1990965)	Jorge Miguel Matias de Carvalho;
2Sarg	Man	GNR	(2010256)	José Francisco Coelho Sobral das Neves;
Furr	AdMil	GNR	(2031042)	Nuno Alexandre Alves da Silva;
Cb	Inf	GNR	(1910051)	Manuel Silvino Pinto Coelho;
Cb	Inf	GNR	(1960054)	Luís Miguel Vales Carreira;
Cb	Inf	GNR	(1960267)	Jorge Xavier de Jesus da Silva Costa César;

Cb	Inf	GNR	(1970354)	Luís Miguel das Neves Bernardes;
Cb	Inf	GNR	(1970663)	Alexandre Manuel Couto e Silva;
Cb	Inf	GNR	(1970922)	Rui Pedro Fernandes Rodrigues;
Cb	Inf	GNR	(1980171)	Joaquim Manuel Claré Bernardo;
Cb	Inf	GNR	(1990028)	Filipe Manuel Fernandes Parreira;
Cb	Inf	GNR	(1990091)	Nuno Miguel Neves dos Santos;
Cb	Inf	GNR	(1990162)	Filipe Miguel Pereira Barradas;
Cb	Inf	GNR	(1990203)	Domingos Dias Marques;
Cb	Inf	GNR	(1990266)	Rui Manuel Dinis Fernandes;
Cb	Inf	GNR	(1990406)	José Manuel da Fonseca Machorro;
Cb	Inf	GNR	(1990460)	Miguel dos Santos Silva Godinho;
Cb	Inf	GNR	(1990465)	Raúl Manuel Rodrigues de Sousa;
Cb	Inf	GNR	(1990609)	Francisco Carlos Machado de Almeida;
Cb	Inf	GNR	(1990821)	Nuno Miguel dos Santos Nunes;
Cb	Inf	GNR	(1990897)	Helder Nuno Ferreira Sales;
Cb	Inf	GNR	(1990938)	Jonas Martinho Fernandes Pereira;
Cb	Inf	GNR	(2000107)	António Jorge Cardina Mesquita;
Cb	Inf	GNR	(2000493)	Roberto Manuel Afonso Ventuzelo;
Cb	Inf	GNR	(2020209)	Emanuel Medeiros Oliveira;
Cb	Inf	GNR	(2030413)	Nuno Vital Carreira Lopes;
Cb	Inf	GNR	(2040927)	Rui Alexandre Carvalho Gomes;
Cb	Cav	GNR	(1990172)	Sérgio Manuel Pacheco Carriço;
Cb	Cav	GNR	(1990219)	Cláudio Alexandre Simões Pereira;
Cb	Cav	GNR	(1990433)	Alexandre Manuel Gonçalves Daniel;
Cb	Cav	GNR	(2000751)	Nelson José Prates Mestre;
Cb	Cav	GNR	(2010316)	Pedro Filipe de Almeida Alves;
Cb	Cav	GNR	(2020698)	António Manuel Almeida Ferreira Barbosa da Silva;
Cb	Cav	GNR	(2040416)	Daniel Luís Veloso Coelho;
Cb	Man	GNR	(1990507)	Nuno Miguel Janela Moita;
Cb	AdMil	GNR	(1990251)	Francisco José Pão-Alvo Zorro;
Cb	Corn/Clar	GNR	(2000379)	Rui Filipe Gomes Pinto;
Cb	Exp	GNR	(1980351)	Sérgio Miguel Martins Carvalho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1970788)	Pedro Abrantes dos Anjos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1980795)	Bruno Alexandre Simões Pandaio;
Guar Pr	Inf	GNR	(1980854)	Fernando José Abadeça Cordeiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1980855)	Jorge Manuel Fidalgo Valente;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990015)	Luís Jorge Paulo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990020)	João de Deus Borrega Favita;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990026)	Eurico Manuel Fernandes Almendra Rodrigues;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990033)	Daniel José Bandeira Gonçalves da Saúde;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990035)	António Manuel Félix;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990057)	Nuno Miguel Tobar Napita;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990062)	Mário Joaquim Araújo Alves;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990066)	António Jorge Duarte Azevedo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990088)	Rodrigo Camões Sobrinho Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990097)	Óscar Alexandre Lopes Parafitas;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990100)	Carlos Alberto dos Reis Gaspar;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990106)	Rui Miguel Lourenço Pereira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990127)	Rui Manuel dos Santos Pinto;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990131)	Nelson António Lopes dos Santos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990138)	Pedro Manuel Pires Ramalho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990157)	Paulo Jorge Rodrigues Videira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990159)	Paulo Jorge Alves Miranda;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990166)	José Luís Batista Pinto;

Guar Pr	Inf	GNR	(1990170)	Ricardo Miguel Lacão José;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990182)	Paulo Alexandre Felizardo Alegria;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990190)	Frederico José Marques Matos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990194)	Jorge Dias Gomes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990197)	José Rui dos Santos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990204)	António José Moraes dos Santos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990225)	Paulo Jorge Azevedo de Sousa;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990227)	Francisco Ricardo de Brito Mendes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990232)	Filipe Manuel Gil Fernandes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990243)	Filipe Manuel Teixeira Rosa;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990247)	Pedro Miguel Duarte Serrano;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990250)	Manuel João Martins Carvalho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990253)	Pedro Alexandre Capacete Ricardo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990256)	José António Segura Valentim;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990257)	José Manuel Lemos Inocêncio;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990259)	Luís Manuel Afonso Pires;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990262)	José Guilherme de Sousa Matos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990264)	Telmo Patrício Filipe Crispim;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990305)	Armando Jorge de Brito Marques;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990332)	Paulo Jorge Abreu Vieira Pacheco;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990333)	Hugo Miguel Marques Marchante;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990335)	Sérgio da Silva Domingos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990345)	Inácio Jorge Dias Rodrigues Pereira Novo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990348)	Paulo António Caldas Fernandes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990361)	António José Fernandes Medeiros;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990366)	Nuno Alexandre Martins de Sá Neves;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990367)	João Paulo Correia Nunes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990368)	Vítor Jorge Figueiredo Lopes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990369)	Vítor João Ramalho Bilro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990380)	Nuno Miguel da Silva Ferreira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990381)	António Elias Carrega da Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990382)	Cipriano Jorge Miranda Canado;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990384)	Leonel Evaristo Lúcio;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990390)	Jorge Fernando Martins Carriço;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990395)	Rui Pedro da Silva Leandro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990412)	Hélder Manuel da Silva Rebocho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990420)	Adárico Filipe Ferreira Fragoso;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990422)	João Miguel Serôdio Monteiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990436)	Paulo da Fonseca Rabaçal;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990446)	Raúl António Rodrigues Regino;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990456)	Paulo Jorge Chambel Gil;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990457)	Gracindo Manuel Rodrigues Feiteirona;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990502)	José Manuel dos Anjos Almeida;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990508)	Pedro Filipe Murta Marques;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990513)	José Alberto Garção Ceia;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990516)	José António Batista Pinheiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990541)	Valter Nuno Rodrigues Guerreiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990564)	Carlos Ricardo Oliveira Lopes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990581)	Pedro Vasco Gabriel Vicente;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990586)	José Manuel Vicente Mesquita;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990597)	Noel António Santos Ferreira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990599)	Paulo Jorge Almeida Raposo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990620)	Nuno Ricardo Castanho Guedelha;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990621)	Nelson Filipe Rufino Costa;



Guar Pr	Inf	GNR	(1990632)	Pedro Miguel Gigante de Barros;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990634)	Jorge Daniel Gonçalves Torres;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990636)	Alcides António Rei Sebastião;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990640)	Hugo Filipe da Rocha e Silva Ferreira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990690)	Hernani Miguel Rocha Pereira Mendes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990723)	Elias Telmo Mateus Afonso;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990762)	Luís Miguel Leonardo das Neves;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990785)	Gonçalo Nuno Gaspar de Almeida Ferreira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990789)	César Augusto Franjoso Coelho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990790)	Feliz João Pais de Matos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990803)	João Luís Lopes de Melo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990806)	Jorge Humberto Encarnação Alves;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990808)	Carlos Aurélio Dionísio Guerreiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990830)	Nuno Miguel Firmo Luís;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990836)	Vítor Manuel Feitor Galhardo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990840)	Nuno Sérgio Morais Santos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990842)	Joaquim de Assunção Cardeira Maralhas;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990879)	Paulo Fernando Sequeira Carolino;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990882)	Arnaldo Galhanas Melão;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990896)	Jorge Ribas Torrado;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990899)	Jorge Henrique Martins Viegas;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990901)	Francisco José Rodrigues Lopes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990908)	Nuno Miguel Simões Alcobia;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990918)	José Francisco Lourenço Costa;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990935)	Hélder Manuel Dias Custódio;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000049)	José Luís de Castro Gonçalves;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000233)	Paulo Jorge Palmeiro Mé;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000277)	Sílvio Jorge Gregório Sequeira;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000289)	Pedro Miguel dos Reis Alves;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000405)	Marco Paulo Rodrigues de Passos;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000427)	João Miguel dos Reis Pereira;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000526)	Álvaro Fernando Gaio Póvoas;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000528)	Rui Manuel Lopes da Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000635)	João Sérgio Braz Figueiredo;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000764)	Alcino Joaquim Caleja Rodrigues;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000766)	Bruno Miguel Bento Martins;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010082)	Paulo Jorge Gonçalves Fernandes;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010105)	Fausto Manuel Costa Castanheira Sargaço;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010358)	Deolinda Maria da Silva Teixeira;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010457)	Hirundino da Igreja Cabreiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010854)	Luís Miguel Flores Tavares;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010862)	Sérgio Miguel Fernandes Ribeiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010912)	Filipe Dinis Oliveira Moço;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010962)	Edite Alexandra da Silva Coimbra;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020430)	Vítor Manuel Madelino Monteiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020437)	Rui Hélder de Lima Lajas de Oliveira;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020525)	Sérgio Manuel Vieira de Barros;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020547)	José Martinho Preto Fernandes;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020832)	Armando Leitão Duarte;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020938)	Eliseu Alexandre Fernandes Calvo;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020942)	Paulo Jorge Pimentel Guedes;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030256)	Andreia Filipa Gil Bento Sérgio;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030622)	Rui Venâncio Correia Amaro da Trindade;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030851)	Carina da Costa Morais Rodrigues;

Guar Pr	Inf	GNR	(2030874)	Tiago Manuel da Silva Ramalho;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030882)	Luís Filipe da Silva Gomes;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030930)	Filipe Alexandre Caldeira Marques da Costa;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030958)	António Abílio Galego Fernandes;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990049)	Orlando Joaquim Monteiro do Nascimento;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990053)	Rui Miguel Cipriano da Palma;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990054)	Norberto João Carneiro Pinto;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990107)	Hélder José Rosmaninho Zambujo;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990139)	Nuno Miguel Ladeira Fonseca Campos;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990207)	José Ricardo Santos Ferreira;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990228)	David Miguel Rufino Proença;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990230)	Carlos José Ceia Roque;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990271)	António Manuel Calado Canhoto;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990283)	Sebastien Jean Gallud Simões;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990285)	Hugo Alexandre Ribeiro Galvão;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990292)	António Joaquim Justino Figueira;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990316)	Dário Filipe Gonçalves Nunes;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990418)	Paulo de Jesus Lourenço Feiteira Pacheco;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990509)	João Manuel Parreira da Cruz;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990592)	José Manuel Nunes Alexandre;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990665)	Venâncio Teodoro Bailão Capitão;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990715)	Duarte Nuno Martins Maurício;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990752)	Eduardo dos Santos Moreira;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990888)	Marco Paulo Moura Pena;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990906)	Luís Miguel Cachado Simões;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990946)	Nuno Filipe Magalhães Lopes Sobreiro;
Guar Pr	Cav	GNR	(2000072)	Fernando José São Pedro Dias;
Guar Pr	Cav	GNR	(2000112)	Décio Manuel Simões Silva;
Guar Pr	Cav	GNR	(2000230)	José António Maia da Silva;
Guar Pr	Cav	GNR	(2000265)	Miguel Pedroso Almeida;
Guar Pr	Cav	GNR	(2000430)	Joaquim Pedro Relvas Amaro;
Guar Pr	Cav	GNR	(2000452)	Luís Paulo Tamissa Félix;
Guar Pr	Cav	GNR	(2000695)	Luís Miguel dos Santos Guerreiro;
Guar Pr	Cav	GNR	(2010770)	David dos Santos Freire Godinho;
Guar Pr	Cav	GNR	(2020163)	Nelson José Marques do Carmo;
Guar Pr	Cav	GNR	(2020359)	Cláudio Duarte Gomes Clérigo;
Guar Pr	Cav	GNR	(2020612)	Rui Miguel Andrade Saraiva;
Guar Pr	Cav	GNR	(2030367)	Rui Miguel da Costa Santos;
Guar Pr	Exp	GNR	(1990151)	Leonel Marcelino Brito;
Guar Pr	Exp	GNR	(1990582)	Nuno Gonçalo Alves;
Guar Pr	Exp	GNR	(1990625)	José Maria Pereira Carreiras;
Guar Pr	Exp	GNR	(1990742)	José Luís Alves Costa Simão;
Guar Pr	Auto	GNR	(1990961)	Hugo Emanuel Simões dos Santos;
Guar	Inf	GNR	(2030285)	Ricardo Francisco Silva da Rosa;
Guar	Inf	GNR	(2040123)	Miguel Ângelo Pinto Monteiro;
Guar	Inf	GNR	(2040149)	Vítor Marcelo Fontoura Rodrigues;
Guar	Inf	GNR	(2040382)	Rui Pedro Barbosa Viegas;
Guar	Inf	GNR	(2040900)	Maria Fernanda Padrão Martins;
Guar	Cav	GNR	(1990388)	Bruno Manuel da Silva Fernandes;
Guar	Cav	GNR	(2030134)	Eládio Ângelo Gonçalves de Pinho Rodrigues;
Guar	Cav	GNR	(2030299)	Nuno Alexandre Cachado Simões;
Guar	Cav	GNR	(2030994)	Nuno Rogério Ferreira Fernandes;
Guar	Cav	GNR	(2041173)	Bruno Miguel Marques Lança Simões.

(Despacho de 29set14)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ten	Inf	GNR	(2060021)	Ricardo Jorge Pereira Sampaio de Andrade Grácio;
Ten	Cav	GNR	(2060032)	Pedro Miguel Marques Videira;
Alf	Inf	GNR	(2070007)	Marco Vitória Barreiros;
Alf	Inf	GNR	(2070017)	Ricardo Manuel Ferreira Amaro;
Alf	Inf	GNR	(2080015)	Edgar Gonçalves Fernandes;
Alf	Inf	GNR	(2080024)	Nelson José Caldeira Pestana;
Alf	Inf	GNR	(2080047)	Maria do Carmo Oliveira Rodrigues;
Alf	Cav	GNR	(2070029)	David Luís Marques dos Santos;
1Sarg	Cav	GNR	(1980478)	José Adriano Barbosa Moreira;
2Sarg	Inf	GNR	(2060250)	Carlos Manuel Moreira Grazina;
2Sarg	Inf	GNR	(2070325)	Luís Miguel Orvalho Pinto;
2Sarg	Cav	GNR	(2070651)	Vera Susana dos Santos Rodrigues;
2Sarg	Mus	GNR	(2071457)	Romeu Simões Madeira;
2Sarg	Mus	GNR	(2071458)	José Agostinho Simão Frasquilho;
2Sarg	Mus	GNR	(2071460)	Hugo Miguel de Oliveira Figueiredo;
2Sarg	Mus	GNR	(2071462)	Francisco Inácio Paias Rato;
2Sarg	Exp	GNR	(2070956)	Helena Sofia Leonardo dos Anjos Matos;
Furr	AdMil	GNR	(2040347)	David Oliveira do Carmo;
Furr	Mus	GNR	(2071456)	Pedro Duarte Mesquita da Silva;
Furr	Mus	GNR	(2071461)	Pedro André Neto Pereira;
CbCh	Cav	GNR	(1920197)	Rui Manuel Pereira;
Cb	Inf	GNR	(1920605)	Pedro Alberto Louro Mateus;
Cb	Inf	GNR	(1920615)	Mário Agostinho Caetano Tomás;
Cb	Inf	GNR	(1980472)	Domingos Jorge Dias Rodrigues;
Cb	Inf	GNR	(2010857)	Bruno David Borges Canelha;
Cb	Inf	GNR	(2071209)	Rui Fernando de Sousa Cabral;
Cb	Inf	GNR	(2070403)	Vítor Bruno Fernandes Rodrigues;
Cb	Cav	GNR	(2070886)	Patrícia Alexandra Rodrigues da Silva;
Cb	AdMil	GNR	(2010774)	Eurico Miguel Pires Teixeira;
Cb	Mus	GNR	(2071454)	Miriam Cármem Diniz Talete Cardoso;
Cb	Mus	GNR	(2071455)	Artur Jorge Caixeiro Mendes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1970237)	João António Lourenço Anágua;
Guar Pr	Inf	GNR	(1980140)	Vítor Manuel Moreira Pereira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990702)	António José da Costa Almeida e Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990732)	Nelson Ribeiro Cardoso;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990952)	Victor Jacinto Caseiro Brás;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990468)	José Joaquim da Rocha Melo;
Guar Pr	Exp	GNR	(1980892)	Rui António Neto Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2040040)	Mário Rui Rodrigues Pereira;
Guar	Inf	GNR	(2040327)	Telmo Hernâni Araújo Barbosa;
Guar	Inf	GNR	(2040588)	Nuno Miguel Loureiro Machado;
Guar	Inf	GNR	(2040925)	Rui Pedro Simões Crizostimo Gameiro;
Guar	Inf	GNR	(2060685)	Tânia Maria dos Santos Martins;
Guar	Inf	GNR	(2060706)	Carlos Davide Garcia Ferreira;
Guar	Inf	GNR	(2070108)	Pedro Daniel Reis Correia;
Guar	Inf	GNR	(2070111)	Sandra Cristina Riço Laranjeira;
Guar	Inf	GNR	(2070121)	Pedro Alexandre Pereira Dias;
Guar	Inf	GNR	(2070182)	Ricardo Emanuel Ferreira de Oliveira;

Guar	Inf	GNR	(2070226)	André Filipe Neiva de Carvalho;
Guar	Inf	GNR	(2070235)	Nélio Cardoso Fragão;
Guar	Inf	GNR	(2070441)	Hélder Tiago Raminhos dos Santos;
Guar	Inf	GNR	(2070463)	Alcino Manuel Bogas de Almeida;
Guar	Inf	GNR	(2070596)	David Manuel Correia Namorado;
Guar	Inf	GNR	(2070636)	Hélder Filipe de Oliveira Bastos;
Guar	Inf	GNR	(2070755)	Vítor José Batista Mendonça;
Guar	Inf	GNR	(2070758)	João Manuel Grenho da Hortinha;
Guar	Inf	GNR	(2070878)	Daniel Gonçalves de Sousa;
Guar	Inf	GNR	(2070892)	Alexandre David Moita Correia;
Guar	Inf	GNR	(2071119)	Bruno Miguel da Costa Santos Neves;
Guar	Inf	GNR	(2071148)	João André de Jesus Mendes;
Guar	Inf	GNR	(2071159)	Aldino Manuel Moreira dos Santos Fernandes de Oliveira;
Guar	Inf	GNR	(2071259)	Tânia Patrícia Lopes Nunes;
Guar	Inf	GNR	(2071324)	Herculano José Lamelas da Silva Teixeira;
Guar	Inf	GNR	(2071342)	Rui Jorge de Jesus Ferreira Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2071352)	Manuel António dos Santos Ferreira;
Guar	Inf	GNR	(2071367)	João Pedro da Conceição Carvalho Cardoso;
Guar	Inf	GNR	(2071425)	Luís Filipe Branca Monteiro;
Guar	Inf	GNR	(2090194)	Miguel Jorge de Carvalho Anta;
Guar	Inf	GNR	(2090460)	Paulo Jorge Almeida Serrano;
Guar	Inf	GNR	(2090651)	Sara Marlene Casimiro Tibúrcio;
Guar	Inf	GNR	(2090661)	Rúben Leal Borges;
Guar	Inf	GNR	(2090746)	Vítor Hugo Azevedo da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2090769)	Marco Daniel dos Santos Fonseca;
Guar	Inf	GNR	(2100125)	Ricardo Norberto Ferreira Madeira Aguiar;
Guar	Inf	GNR	(2100159)	David Manuel Saraiva Vilela;
Guar	Inf	GNR	(2100180)	Alejandro Gomez Costa;
Guar	Inf	GNR	(2100233)	Rui Alexandre Teixeira da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2100239)	Pedro Miguel Fernandes Martinho;
Guar	Inf	GNR	(2100289)	Rodolfo Silva e Sousa;
Guar	Inf	GNR	(2100315)	Paulo Ricardo Teixeira da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2100518)	Nuno Miguel da Silva Soares;
Guar	Inf	GNR	(2100817)	Daniel Fernando Carvalho Queirós;
Guar	Inf	GNR	(2100864)	Rui Daniel Soares Ribeiro;
Guar	Inf	GNR	(2100969)	David António Malva Silva;
Guar	Inf	GNR	(2100980)	Cristiano Neves Geraldês;
Guar	Inf	GNR	(2101025)	Magda Solange Botelho Vasconcelos Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2120096)	Ana Maria Gonçalves Gaspar;
Guar	Inf	GNR	(2120204)	Luís Carlos Parreira Braga;
Guar	Inf	GNR	(2120251)	Ricardo Miguel Pisco Ruas;
Guar	Inf	GNR	(2120265)	Bruno Damião da Silva Pereira;
Guar	Inf	GNR	(2120395)	Nelson Daniel da Silva Moreira de Sousa;
Guar	Inf	GNR	(2120614)	Pedro Joel Lamelas Ribeiro;
Guar	Inf	GNR	(2120657)	Carlos Emanuel Vaz de Magalhães;
Guar	Cav	GNR	(2070103)	Andreia Marina Oliveira Cortez
Guar	Cav	GNR	(2070140)	Nelson Emanuel Fernandes Torres;
Guar	Cav	GNR	(2070205)	João Miguel Barbado Caço;
Guar	Cav	GNR	(2070249)	Rúben Celso dos Santos Mendes;
Guar	Cav	GNR	(2070272)	João Vitor Conchinha Pereira;
Guar	Cav	GNR	(2070282)	Marisa Costilhas da Cruz Antunes;
Guar	Cav	GNR	(2070297)	Bruno Gonçalo Simões Soares;
Guar	Cav	GNR	(2070764)	Luís Carlos de Abreu Silva;
Guar	Cav	GNR	(2070848)	Ivan Manuel Lopes Guilherme;

Guar	Cav	GNR	(2070880)	Vera Lúcia Amaral Maia;
Guar	Cav	GNR	(2070946)	João Pedro Pires Branquinho;
Guar	Cav	GNR	(2070981)	Bruno Manuel de Barros Lopes Correia;
Guar	Cav	GNR	(2071080)	Tiago Correa Gonçalves Neves Graça;
Guar	Cav	GNR	(2071433)	Daniela Rodrigues Chaves;
Guar	Cav	GNR	(2090262)	Roberto Manuel Nunes Guerreiro;
Guar	Cav	GNR	(2090333)	Arménio José dos Santos Ferreira;
Guar	Cav	GNR	(2090379)	Válter Filipe Pereira Ferreira;
Guar	Cav	GNR	(2100665)	Cláudia Marlene Afonseca Rodrigues;
Guar	Cav	GNR	(2100792)	Cátia Sofia Costa Nunes;
Guar	Cav	GNR	(2120809)	Luís Carlos Faria Teixeira;
Guar	Cav	GNR	(2120866)	Luís Alexandre Neto Manso;
Guar	Cav	GNR	(2120869)	Zeferino Oliveira Fernandes;
Guar	Cav	GNR	(2120895)	Pedro Miguel Matoso Costa Silvestre;
Guar	Mus	GNR	(2071459)	Pedro João Dias Oliveira;
Guar	Mus	GNR	(2091087)	Pedro Miguel Pereira Barbosa;
Guar	Corn/Clar	GNR	(2100909)	Marco André Barroso Rodrigues;
Guar	Exp	GNR	(2070431)	Luís Miguel Roque Espanhol.

(Despacho de 29set14)

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, que ao abrigo dos artigos 7.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de maio, seja condecorado com Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, Grau Ouro, o MGen (14078977) **Agostinho Dias da Costa**, da Guarda Nacional Republicana.

(Louvor n.º 544/14, DR, 2.ª série, n.º 211, 31out14)

### Louvores

Louvo, por proposta do Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, o MGen (2110002) **Luís Filipe Tavares Nunes**, pelo notável espírito de missão elevado sentido do dever, confirmando todas as grandes qualidades e virtudes militares, complementadas pela grande dedicação ao serviço da segurança pública, que sempre evidenciou ao serviço da Guarda Nacional Republicana.

Tendo iniciado as suas funções há cerca de três anos e meio, garantiu em todas as circunstâncias, inicialmente como Comandante da Unidade de Controlo Costeiro (UCC) e mais recentemente como Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI), índices de produtividade, dignos de registo, que contribuíram manifestamente para que todos os órgãos e unidades da Guarda Nacional Republicana, pudessem continuar a cumprir as suas missões, tanto a nível interno, como no combate a criminalidade e delinquência, sempre em proveito da segurança e proteção das pessoas e bens.

Extremamente dedicado e com elevado sentido de responsabilidade, detentor de excecionais qualidades pessoais, humanas e profissionais, com elevado espírito de missão, aliou sempre um fortíssimo espírito de corpo à capacidade de trabalho em equipa, associado a um grande humanismo e invulgar altruísmo, permitindo-lhe a concretização, com sucesso, de todas as iniciativas e metas estabelecidas, impulsionadas por uma enorme dinâmica, energia e um invulgar entusiasmo.

Abarcando com total empenho e dedicação as funções iniciais como comandante de UCC, deixou bem marcado o cunho das suas excelentes qualidades profissionais e humanas, assim como no último ano em que comandou o CARI, o Major-General Tavares Nunes respondeu com grande espírito de missão e alto sentido do dever, sacrificando tempos livres e disponibilidade para que as respostas aos múltiplos e difíceis problemas que lhe eram apresentados fossem tratados com a devida celeridade.

Consciente da dificuldade em solucionar a preceito e com oportunidade todas as questões apresentadas, não deixou, porém, o comandante do CARI de pessoalmente se empenhar para que a componente operacional da Guarda não fosse afetada na sua produtividade, propósito que foi assegurado em todas as vertentes do apoio logístico, pessoal e financeiro.

O comportamento e a atitude do Major-General Tavares Nunes, perante as limitações e dificuldades que enfrentou, são reveladoras da elevação e integridade do seu caráter e do empenho que sempre colocou na execução das tarefas realizadas, por mais exigentes e complexas que se tenham demonstrado, de modo a alcançar da forma mais profícua os resultados por todos pretendidos, creditando-se como um precioso colaborador do Comandante Geral, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Guarda Nacional Republicana.

Assim, torna-se justo enaltecer a preciosa e significativa colaboração dada pelo Major-General Tavares Nunes e manifestar-lhe o meu reconhecimento pela lealdade, provado esforço e bravura de que deu provas no cumprimento das missões que teve a seu cargo, classificando os serviços por si prestados à Guarda Nacional Republicana e ao País de extraordinariamente importantes, relevantes e distintíssimos.

22 de outubro de 2014. - O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

(Louvor n.º 539/14, DR, 2.ª série, n.º 210, 30out14)

Louvo, por proposta do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o MGen (14078977) **Agostinho Dias da Costa**, pelo elevado merecimento, grande competência, forma altamente profissional e incedível dedicação com que desempenhou ao longo dos últimos três anos, as funções de Comandante da Escola da Guarda e as de Comandante do Comando da Doutrina e Formação, após curto período de acumulação.

Metódico, organizado e possuidor de uma sólida cultura militar, tem-se imposto este Oficial General pelo seu exemplo e por uma firme ação disciplinadora tendo, neste período, tido a oportunidade de evidenciar a sua especial sensibilidade para os assuntos do ensino e da instrução, função prioritária na Escola da Guarda, impulsionando com a sua forte ação dinamizadora, instrutores e instruendos, Oficiais, Sargentos e Guardas, tendo alcançado níveis de grande eficiência na generalidade dos cursos de formação e de especialização.

A sua forte personalidade, a bravura e coragem evidenciadas e a experiência, aliados aos conhecimentos dos vários setores da atividade militar tornaram natural a sua transição para o Comando da Doutrina e Formação, onde a sua intervenção muito relevante obteve forte impacto na evolução do corpo doutrinário da Guarda, na reestruturação curricular dos cursos, envolvendo-se, também, no processo de acreditação do ensino desta força de segurança, contribuindo, deste modo, para um efetivo exercício da autoridade técnica nos domínios da cooperação, do ensino, das atividades desportivas e do tiro na Guarda.

Consciente da missão do comando funcional de que foi comandante e das responsabilidades que lhe estavam cometidas, conseguiu, devido à sua voluntariedade, provado esforço e capacidade de comando, criar sinergias de molde a tornar possível a resposta pronta, adequada e eficaz às inúmeras solicitações a que o seu comando foi sujeito, interna e externamente.

A estes requisitos que definem a sua estatura no plano técnico-profissional, alia este Oficial General a sua inteligência, importantes dotes de caráter, espírito de obediência e aptidão para bem servir em todas as circunstâncias, realçando-se a maneira criteriosa como apresentou propostas oportunas e adequadas que permitiram otimizar os escassos recursos financeiros disponíveis.

Servindo com inteira disponibilidade e marcado entusiasmo e energia, patenteou sempre um excecional relacionamento humano e um alto espírito de missão, empenhando-se de forma notável na consecução dos objetivos superiormente determinados, atributos que lhe granjearam a estima de superiores, pares e subordinados e a consideração da sociedade civil com quem teve, frequentemente, de relacionar-se.

Senhor de uma grande postura institucional e praticando sempre em elevado grau os deveres da lealdade e da honestidade, importa realçar no seu caráter a grande dedicação e permanente devoção ao serviço de segurança pública, facto que engrandece e eleva a imagem desta Guarda e contribui indubitavelmente para a sua eficiência e prestígio.

Considero, assim, de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades pessoais e virtudes militares que creditam o Major-General Agostinho Costa como sendo um Oficial General que com mérito, abnegação e espírito de sacrifício, prestou serviços extraordinariamente importantes, relevantes e distintíssimos, dos quais resultaram honra e lustre para a Guarda Nacional Republicana e para Portugal.

22 de outubro de 2014. - O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

(Louvor n.º 544/14, DR, 2.ª série, n.º 211, 31out14)

Louvo o MGen (02507881) **António José Pacheco Dias Coimbra** pelas excepcionais qualidades pessoais e virtudes militares demonstradas, ao longo dos últimos cerca de 15 meses, no desempenho das funções de 2.º Comandante e Diretor de Ensino da Academia Militar (AM).

No âmbito das suas atribuições, o Major-General Dias Coimbra, revelou elevada competência técnico-profissional e extraordinário desempenho, a par de grande capacidade de inovação e iniciativa, qualidades patenteadas nos excelentes resultados alcançados. Como 2.º Comandante coadjuvou o Comandante com incedível abnegação, alto sentido do dever, e grande aptidão técnico-profissional, e presidiu à comissão de recrutamento e admissão dos alunos dos cursos da AM, com especial rigor, isenção, grande coerência, elevada firmeza de atitudes e irrepreensível comportamento e exemplo moral, tendo obtido resultados bastante positivos, a que o futuro saberá dar a devida resposta, seja no Exército ou na GNR. Superintendeu ainda, o cumprimento das diretivas internas, em linha com as atuais restrições financeiras, tendo encontrado, permanentemente, soluções inovadoras enquadradas com o novo paradigma, caso das diferentes cerimónias, designadamente da abertura solene do ano letivo e dos diferentes simpósios e seminários, e dos exercícios militares dos alunos, em especial dos da série “LEÃO 2013” e “LEÃO 2014”, inseridos nos Exercícios Finais da AM, atividades em que cultivou, em elevado grau, a virtude da lealdade e demonstrou extrema dedicação e esclarecido e excepcional zelo.

Como Diretor de Ensino da AM, o Major-General Dias Coimbra destacou-se ao nível do planeamento, programação, execução e controlo da educação e formação técnica, científica e cultural dos alunos, tendo contribuído fortemente para uma formação de excelência dos alunos e para o prestígio da Academia Militar enquanto estabelecimento de ensino superior universitário militar. Rigoroso na gestão dos recursos humanos, teve uma ação independente, frontal e de grande honradez no âmbito dos diferentes conselhos de curso, conselhos académicos, conselhos pedagógicos e conselhos científicos. Detentor de elevada cultura geral e militar, promoveu ainda a elaboração das normas de execução permanente da Direção de Ensino, que trabalhou com grande rigor e empenhamento, e incentivou as atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, quer ao nível do apoio permanente ao CINAMIL e como presidente da comissão de avaliação e acompanhamento das atividades de ID&I, quer no acompanhamento das diferentes iniciativas da biblioteca, quer na superior direção da revista científica *Proelium*, que teve melhorias consideráveis ao nível da edição e da qualidade científica dos artigos. Procedeu a uma profunda reforma do tirocínio e dos planos de curso e programas das unidades curriculares através da introdução de saberes inovadores, designadamente na área da guerra da informação, de que é profundo conhecedor, tendo sempre como objetivo a formação de excelência por parte dos futuros oficiais do Exército e da GNR. Com a publicação do novo Regulamento da Academia Militar procedeu também à implementação dos novos órgãos e estruturas, desde os coordenadores científicos ao conselho científico, passando pelas novas secções de unidades curriculares, tendo demonstrado elevado espírito de bem servir, elevada capacidade de decisão e notáveis qualidades de comando e direção, que o atestam como um Oficial general de elevada craveira.

Como presidente do Conselho da Arma de Artilharia, participou ativamente no âmbito de diferentes pareceres técnicos relacionados com o reequipamento e com o sistema de forças, no seminário da Arma de Artilharia 2014 e na gestão de recursos humanos, no âmbito dos diferentes conselhos a que presidiu ou para que foi convidado, situações em que mais uma vez demonstrou ser um exemplo de probidade, de devoção ao serviço e de excepcional desempenho, quer para a sua Arma, quer para o Exército.

Pelas excepcionais qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, de que se destacam os elevados dotes de caráter, a lealdade e o espírito de sacrifício, é justo reconhecer os altos serviços prestados pelo Major-General Dias Coimbra como relevantes, extraordinários e distintos, e dos quais resultaram honra e lustre para a Academia Militar, para o Exército, para as Forças Armadas, para a GNR e para Portugal.

27 de outubro de 2014 – O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o MGen (18944077) **António Manuel Felícia Rebelo Teixeira**, pela invulgar capacidade de direção e chefia, elevada competência profissional, extraordinário desempenho e inexcedível zelo com que desempenhou, durante mais de um ano, as exigentes funções de Diretor de Obtenção de Recursos Humanos do Comando do Pessoal do Exército.

Oficial General detentor de um percurso profissional muito diversificado e extremamente prestigiado fora e dentro da instituição castrense, distinto, inteligente e com excecional capacidade de trabalho, soube sempre encontrar as melhores soluções para os desafios que se colocaram ao Exército nas diversas áreas da Direção de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, promovendo o recrutamento deste ativo escasso e decisivo, com sabedoria, humanidade e visão prospetiva, tendo sempre como farol os superiores interesses da Instituição, mas diligenciando, de forma continuada, a adaptação dos mecanismos e processos da divulgação e da obtenção à evolução dos desígnios da sociedade em geral e as alterações do *modus vivendi* e da forma de pensar dos jovens cidadãos no particular.

Patenteando nas mais diversas circunstâncias excepcionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam a frontalidade, a lealdade, abnegação e espírito de sacrifício, sempre comprovou elevada clarividência, bom senso e ponderação, quer nos inúmeros documentos e pareceres por si produzidos, dos quais resultou sempre a pronta aceitação por parte do Comando do Exército, quer na forma clara, esclarecida e eficaz como fez as múltiplas apresentações ao escalão superior e aos diversos cursos lecionados no Instituto de Estudos Superiores Militares no âmbito da obtenção dos recursos humanos do Exército, do Dia da Defesa Nacional e do Sistema Integrado de Informações do Recrutamento do Exército. Igualmente eficaz e rigoroso se mostrou na forma como orientou e supervisionou a condução do processo de implementação do novo modelo do Dia de Defesa Nacional nos diferentes centros e núcleos do Dia da Defesa Nacional, processo em que, mais uma vez, corroborou extraordinárias qualidades e capacidades de direção e chefia.

No quadro da reestruturação que o Exército está a levar a efeito, desenvolveu um trabalho altamente meritório no planeamento, preparação e condução do processo de implementação da nova estrutura do recrutamento, com sentido das responsabilidades e acentuado espírito de missão, confrontando os desafios e abordando as questões com naturalidade numa perspetiva racional, procedendo a sua análise de modo objetivo e eficaz, identificando, ponderando e propondo, em tempo, as mais adequadas soluções tendo a sua ação sido determinante no apoio à ação do Comando do Pessoal e do Comando do Exército.

No âmbito da implementação de novas tecnologias exerceu uma ação determinante para a inovação e modernidade na área da obtenção dos recursos humanos e deste modo permitir que o Comando de pessoal pudesse acompanhar as tendências sociais, no âmbito da comunicação de massas, apresentando propostas inovadoras e transversais ao Exército, com vista à modernização do sítio do recrutamento e à presença efetiva nas redes sociais, permitindo atingir o público alvo do recrutamento pela capacidade que estas ferramenta possuem de comunicar com a faixa mais jovem da população que interagem nestas plataformas, com novas formas de comunicar e trabalhar, consubstanciadas na procura, obtenção e transmissão da informação em tempo real, e ainda pela utilização massiva, nestes processos, de ferramentas e *gadgets* digitais. Neste particular, especial ênfase, também, para a exponenciação das capacidades e da informação disponibilizada pelo sistema integrado de informação do recrutamento do Exército que permitiu, entre outras possibilidades, a agregação das várias valências informáticas do sistema do recrutamento numa única plataforma digital, a interligação entre planeamento, controlo, execução e apoio à tomada da decisão, a adaptação da análise dinâmica de conteúdos à informação requerida pelos diferentes decisores da cadeia de comando do Exército, a comunicação interna e externa em segurança, a pré-candidatura *on-line*, bem como o seguimento da mesma pelo candidato, em tempo real através da *internet*, aspetos que muito contribuíram para o sucesso do processo de Recrutamento no Exército.



Oficial General muito dinâmico e empreendedor, evidenciando uma vasta erudição nas diversas áreas do conhecimento científico e militar e uma diversificada experiência no âmbito técnico-profissional, sobressaiu também, na área da psicologia militar, no incentivo conferido à criação de meios e instrumentos de avaliação para o Exército, criando oportunidades para ultrapassar as limitações providas pelos atuais custos de licenças, e assim acelerar o reconhecimento da Psicologia Militar como ciência compatível com os princípios da organização militar, contribuindo para que esta seja encarada como uma ferramenta de apoio a tomada de decisão em qualquer escalão de comando. De igual modo, no âmbito da família militar, motivou o Centro de Psicologia Aplicada do Exército a operacionalizar diversos apoios, nomeadamente o projeto “Eu tu e nós”, a elaboração de estudos, o apoio incondicional à organização de um congresso internacional de psicologia militar em Portugal, e tornou ainda possível, a um conjunto de oficiais do CPAE, a frequência em formação avançada em psicologia, lançando, deste modo, as bases para o ininterrupto crescimento científico deste centro e do Exército nesta importante área, bem como para a afirmação da Psicologia Militar no contexto do Exército e da comunidade científica nacional e internacional.

A par das relevantes qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, o Major-General Rebelo Teixeira corrobora, uma vez mais, as extraordinárias referências a seu respeito edificadas por todos os que consigo tiveram ensejo de se relacionar, em serviço e fora dele, que o creditam como um oficial general de distinta craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, sendo digno de ocupar postos da maior relevância e responsabilidade, com a firme convicção de que, em todas as circunstâncias, o seu desempenho induzirá total confiança, a exemplo do que patenteou durante mais de um ano em que prestou serviço no Comando do Pessoal do Exército e que está bem patente na sua vasta e singular folha de serviços, devendo os seus serviços serem reconhecidos como extraordinários e distintos, tendo os mesmos contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Direção de Obtenção de Recursos Humanos do Comando do Pessoal, daí resultando honra e lustre para a Instituição Militar.

13 de outubro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o MGen (13880581) **Ilídio Morgado da Silva** pelo relevante desempenho profissional e inestimável contributo que proporcionou no cumprimento da missão do Comando da Logística ao longo dos últimos três anos, desempenhando, no posto de Coronel Tirocinado o cargo de Subdiretor da Direção de Material e Transportes (DMT), onde evidenciou em permanência um extraordinário desempenho, excecional zelo e lealdade em elevado grau.

Oficial distinto, dotado de excelente formação moral, esmerada educação e afirmação constante de elevados dotes de caráter tem demonstrado uma grande lucidez, coerência e ponderação no apoio à tomada de decisão.

As suas características pessoais, aliadas ao seu elevado mérito profissional, foram garantes do bom funcionamento e dos excelentes resultados que foi possível atingir ao longo dos últimos anos.

Como Coronel e na qualidade de principal conselheiro do Diretor de Material e Transportes demonstrou possuir um conhecimento profundo de Logística e do Exército, uma excelente capacidade de reflexão, uma corajosa honestidade intelectual e reconhecida coragem moral, características que contribuíram para o equilíbrio e o realismo que foram conseguidos na proposta de revisão da Lei de Programação Militar e nas recomendações para a definição da execução anual.

Oficial com uma boa formação militar dotado de excelentes qualidades de trabalho, muito experiente e metódico, confirmou aptidões de caráter, profissionais e militares, de que desejo realçar o espírito de cooperação, abnegação, capacidade de organização e a iniciativa, granjeando com naturalidade a estima e consideração de todos com que se relacionou.

Tendo acumulado funções de Coordenador para a Área da Logística, no âmbito da aplicação do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN), sempre procurou aconselhar e introduzir melhoramentos face aos seus conhecimentos informáticos e de Logística no sentido do melhor aproveitamento das funcionalidades do sistema, em particular no seio da DMT.

De realçar o excecional interesse, dedicação e dinamismo que colocou no apoio e monitorização das atividades conducentes à implementação dos procedimentos que levaram a uma nova e mais clara abordagem sobre a gestão da alimentação ao Exército, tarefas em que demonstrou elevada competência profissional, sentido do dever, espírito de sacrifício e de obediência.

A sua ação foi igualmente notória no relacionamento com outros Órgãos do Comando da Logística e demais Comandos, incluindo a ligação de natureza técnica com outras entidades, visando sempre a coordenação de esforços e a obtenção de ganhos de eficácia demonstrando assim aptidão para bem servir nas diversas circunstâncias.

Oficial dotado de diversificadas competências e conhecimentos técnicos acima da média tem demonstrado excepcionais qualidades militares, mostrando-se sempre digno de ocupar postos de maior risco, pelo que fica expresso constitui-se o Major-General Morgado da Silva como um exemplo a seguir e que os serviços prestados e a forma como sempre pautou o seu desempenho se tornem credores de reconhecimento público, resultando destes, honra e lustre para o Serviço Material e para o Exército, sendo considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

01 de junho de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Tir Eng (13030683) **Jorge Filipe Marques Moniz Corte-Real Andrade** pelas excepcionais qualidades pessoais e virtudes militares demonstradas nas diversas funções que lhe foram cometidas, nos últimos cerca de 15 meses, na Academia Militar (AM).

Como chefe do Gabinete de Estudos, Planeamento, Avaliação e Qualidade da Academia Militar (GEPAQ) o Coronel Corte-Real Andrade demonstrou elevada aptidão técnico-profissional, espírito de bem servir, nobreza de caráter e alto sentido do dever no apoio ao comando da Academia Militar, do Exército e das Forças Armadas. Cultivou, em elevado grau, a virtude da lealdade e demonstrou extrema dedicação e esclarecido e excepcional zelo em todas as atividades no âmbito do GEPAQ, com especial destaque para a reestruturação, avaliação e acreditação dos ciclos de estudos, para a garantia interna da qualidade do ensino, para o planeamento estratégico e operacional e para a atualização do acervo legislativo referente ao ensino superior, designadamente o Regulamento da Academia Militar. Com uma elevada cultura geral e militar, fez parte de vários grupos de trabalho, nacionais e internacionais, desde o âmbito do Estado-Maior do Exército (EME) e do Conselho do Ensino Superior Militar (CESM) ao Painel *System Analysis & Studies - NATO Science & Technology Organization*, tendo apresentado cuidados, oportunos e consequentes pareceres, propostas e informações.

O Coronel Corte-Real Andrade foi Presidente do Conselho Diretivo do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL) entre 2011 e 2014, função em que promoveu, em colaboração com as docentes da Academia Militar, com o EME, com as Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM) e com a comunidade científica nacional e internacional, a realização de projetos de ID&I e a divulgação do conhecimento científico, tendo prestigiado a Academia Militar através da sua elevada capacidade de liderança, planeamento e organização, e espírito de iniciativa. Neste período foi notório o crescimento, em qualidade e quantidade, dos projetos de ID&I, devidamente integrados no sistema científico e tecnológico nacional e na base tecnológica e industrial de defesa, sem deixar de cuidar da cooperação internacional com entidades internacionais de ID&I, designadamente da NATO e da União Europeia. Entre os inúmeros trabalhos desenvolvidos destacam-se ainda, a aprovação dos novos estatutos do CINAMIL e das Normas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do Exército, a criação e edição da *Newsletter* do CINAMIL, a cooperação entre os Centros de Investigação dos EESPUM, a valorização das Ciências Militares, as várias comunicações apresentadas a altas entidades e a participação ativa nas comissões de avaliação e acompanhamento da Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

Relativamente a outras atividades de âmbito académico desenvolvidas pelo Coronel Corte-Real Andrade destacam-se a presidência da comissão de avaliação e creditação do grau de mestre em engenharia militar aos oficiais licenciados pré-Bolonha pela Academia Militar, a colaboração, como moderador, nos 7.º e 8.º Simpósios Internacionais sobre “Estratégia de Informação Nacional”, as funções de coordenador científico dos cursos de engenharia militar e de regente das Unidades Curriculares de “Metodologias e Técnicas de Apoio à Decisão”, no âmbito do Mestrado em Guerra de Informação, e de “Processos Sociais de Decisão”, no âmbito do mestrado em Liderança: Pessoas e Organizações, conjunto de ações onde demonstrou elevadas qualidades pedagógicas e de organização, grande sentido do dever, espírito de obediência e especial aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias.

Pelo notável conjunto de relevantes qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, de que se destacam os elevados dotes de caráter, a lealdade, a abnegação, o espírito de sacrifício e de obediência e a elevada competência profissional, que o capacitam para ocupar postos da maior responsabilidade e risco, é justo reconhecer que os serviços prestados pelo Coronel Corte-Real Andrade contribuíram muito significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia Militar e do Exército Português, de que resultaram honra e lustre para as Forças Armadas, pelo que estes devem ser considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

27 de outubro de 2014 – O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Cav (11826781) **João Henrique Cordeiro de Jesus Neves** pelo seu extraordinário desempenho nos últimos quatro anos em diversas funções de elevada responsabilidade no Comando da Logística.

Inicialmente, e durante dois anos como responsável pelo Grupo de Trabalho dos Helicópteros NH90, evidenciou uma conduta exemplar, baseada em elevado grau de conhecimentos técnicos, que permitiu ao Exército acompanhar de forma muito profissional este Programa, até à sua extinção em 2013, tendo apoiado com evidente rigor a sua transição para a responsabilidade da Direção Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, prestigiando visivelmente o Exército neste processo.

Transitou de imediato para a função de Chefe da Inspeção do Comando da Logística, cargo de elevada responsabilidade, dando continuidade à intensa atividade deste órgão nas suas diversas vertentes, com particular destaque para as relacionadas com a cadeia logística, na inspeção e aceitação de materiais adquiridos e respetiva entrada em Canal de Reabastecimento, a par da normal atividade inspetiva na área logística, em articulação com a Inspeção Geral do Exército. Neste âmbito salienta-se o rigor evidenciado nos processos e ações desenvolvidos, afirmando elevados dotes de caráter.

No último ano tem acumulado esta função com as de Chefe de Gabinete, numa manifestação clara do seu espírito de sacrifício e abnegação exemplares. Oficial muito discreto mas eficiente e com elevadíssima capacidade de trabalho, conseguiu gerir com notória habilidade o elevado volume de solicitações, muitas delas de grande delicadeza, com extraordinário bom senso ponderação e serenidade e, simultaneamente, desenvolvendo um ambiente de trabalho no Gabinete com impacto evidente na coesão e espírito de corpo do pessoal sob a sua orientação.

Também nesta tarefa o Coronel Jesus Neves deu mostras de ser um Oficial de exceção, com sólida formação moral, ética e profissional, assumindo-se como elemento-chave do Comando da Logística pelo apoio extraordinário prestado, em todas as circunstâncias, ao Tenente-General Quartel Mestre.

Pelo conjunto das suas relevantes qualidades militares e humanas, inequívoca competência profissional, sentido da disciplina e extrema lealdade, e, pelo contributo significativo que deu ao bom funcionamento do Comando da Logística e do Exército, consideram-se os serviços por si prestados como extraordinariamente relevantes e distintíssimos.

07 de outubro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Inf (01774582) **José Manuel Duarte da Costa** pelas excecionais qualidades e virtudes militares demonstradas no desempenho das funções de comandante do Corpo de Alunos da Academia Militar (AM) durante o último ano.

Como Comandante do Corpo de Aluno da AM, o Coronel Duarte da Costa demonstrou notáveis qualidades de comando, elevada aptidão técnico-profissional e espírito de bem servir, tendo concorrido, com a sua integridade de caráter e o alto sentido do dever, para uma formação de excelência por parte dos futuros oficiais do Exército e da GNR. Constituindo um exemplo para os alunos, foi sempre leal e diligente para com os seus subordinados e superiores, tendo apresentado oportunos e cuidados pareceres, propostas e informações, designadamente no âmbito dos diferentes regulamentos, dos Quadros Orgânicos, das Normas de Execução Permanente, e dos vários eventos e cerimónias como o Juramento de Bandeira e o Baile de Finalistas. De sublinhar a ação relevante desenvolvida no âmbito dos Exercícios BFM 01/2014 em Beja (RI13), período fundamental para a

formação militar dos alunos e no qual envolveu, de modo particularmente eficiente e eficaz, um conjunto considerável de atores internos e externos, tendo cultivado, em elevado grau, a virtude da lealdade e demonstrado extrema dedicação e esclarecido e excecional zelo, inclusivamente nas cerimónias de despedida do General CEME. Do mesmo modo, participou ativamente no planeamento, na organização e na execução dos exercícios finais da AM “LEÃO 2014”, onde constituiu um excelente apoio do comando da Academia Militar, na extrema dedicação, disponibilidade e devoção ao serviço e aos alunos. Em todas as situações, desde as visitas às sessões de fogos reais dos vários cursos, ao dia do Exército em Lamego, passando pelas várias cerimónias que organizou e coordenou, colocou a formação dos seus alunos como o grande objetivo renunciando amiúde aos interesses pessoais e familiares em favor do serviço. Por inerência de funções foi, entre outras, Vice-Presidente da Comissão de Recrutamento e Admissão de Alunos à AM, membro do Conselho Disciplinar e do Conselho Pedagógico, atividades em que demonstrou a sua elevada competência profissional e o extraordinário desempenho.

O Coronel Duarte da Costa foi também comandante do Destacamento da Academia Militar da Amadora, tendo participado direta e ativamente em várias cerimónias e eventos e coordenado as ações logísticas necessárias ao bom funcionamento do aquartelamento, atividades que desenvolveu em coordenação com entidades militares e civis e onde ficou patente, a sua elevada capacidade de liderança, planeamento e organização, espírito de iniciativa e facilidade de relacionamento, que o atestam como um Oficial que muito prestigia a Academia Militar, o Exército e as Forças Armadas de Portugal. Participou ainda como conferencista em eventos relacionados com relações internacionais, liderança, segurança e defesa, como membro da comissão de organização do 8.º Simpósio Internacional “Ciberespaço e Liderança: Formação para a Cibersegurança e Ciberdefesa Nacional”, situações em que demonstrou elevadas qualidades pedagógicas e de organização, grande sentido do dever, especial aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias.

Pelo notável conjunto de relevantes qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, de que se destacam os elevados dotes de caráter, a lealdade, a abnegação, o espírito de sacrifício e de obediência e a elevada competência profissional, que o capacitam para ocupar postos de maior responsabilidade e risco, é justo reconhecer que os serviços prestados pelo Coronel Duarte da Costa contribuíram muito significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia Militar e do Exército Português, pelo que estes devem ser considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

27 de outubro de 2014 – O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Farm (02828680) **Pet Rodney Costa Mazarelo** pelo seu extraordinário desempenho e inequívoca competência profissional como Diretor do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos durante os últimos três anos.

Durante este período, o Coronel Mazarelo, enfrentou no desempenho desta exigente função, com a redução de trabalhadores qualificados, em conjugação com um decréscimo significativo de receitas derivado da criação do Hospital das Forças Armadas, um desafio muito significativo, ao qual soube responder com visível capacidade de gestão, espírito de iniciativa, liderança, a par de extrema lealdade na forma como sempre manteve a cadeia de comando informada dos passos por si tornados vocacionados para mitigar as situações mais desfavoráveis.

Merece particular relevância o esforço por si desenvolvido junto do INFARMED e outras entidades no sentido da produção dos designados medicamentos órfãos e outros produtos de interesse para o Serviço Nacional de Saúde. Simultaneamente, soube manter intactas todas as responsabilidades no âmbito do reabastecimento à rede de Farmácias do Exército e as Forças Nacionais Destacadas, denotando elevadíssimo sentido do dever, espírito de sacrifício e de disciplina.

Deve ainda realçar-se a atividade de formação do Laboratório, no âmbito dos Tirocínios dos Oficiais de Farmácia, bem como em ações no âmbito da Cooperação Técnica, nomeadamente com o Exército do Brasil, facto que muito prestigia o Laboratório e o Exército. A par desta ação muito meritória, o Coronel Mazarelo, ainda participou ativamente nos trabalhos relativos à reforma da Saúde

Militar, ao nível do Ministério da Defesa e do EMGFA, procurando salvaguardar os interesses do Laboratório e do Exército, tendo, através da sua excelente capacidade de comunicação e argumentação, conseguido alcançar plenamente os objetivos nesta matéria, numa demonstração e afirmação claras tratar-se de um oficial de eleição, dotado de elevados dotes de caráter.

Consequentemente, pela variedade, qualidade e ecletismo das suas ações, enquanto Diretor do LMPQF consideram-se os serviços por si prestados ao Exército como extraordinariamente relevantes e distintos.

07 de outubro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Eng (17837086) **Jorge Manuel Noronha da Silveira Alves Caetano** pelas excecionais qualidades e virtudes militares e extraordinário desempenho evidenciados ao longo dos últimos quatro anos, no exercício do cargo de Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3 (RE3).

Oficial de excecional competência profissional, marcou o seu comando por uma ação muito criteriosa e empenhada no cumprimento das tarefas e missões atribuídas à sua Unidade, em conformidade com as diretivas e orientações superiormente estabelecidas, revelando lealdade, espírito de obediência, aptidão para bem servir, e elevada capacidade para planear, organizar e coordenar as suas diversas e multifacetadas atividades, mantendo, em simultâneo, uma gestão eficaz e rigorosa dos recursos disponíveis.

São de realçar os elevados padrões de rendimento atingidos durante o seu comando, o que ficou claramente evidente: no notável trabalho realizado durante os exercícios das séries “DRAGÃO”, “ESTRELA”, “VÉNUS”, “ARMAGEDDON” e nos exercícios “ORION10”, “AQUILA10”, “FIESOLE10”, “TOSCANA11”, “BORA11” e “JÚPITER14”; nos apoios de engenharia, no âmbito, do “Plano de Atividade Operacional Militar” (PAOM) a favor de diversas Unidades, das quais se destacam as obras realizadas no Regimento de Guarnição N.º 1 e no Quartel de Sant'Anna no Comando da Brigada de Intervenção; nos apoios do “Plano de Atividade Operacional Civil” (PAOC), que beneficiou várias Câmaras Municipais, em especial a Câmara de Espinho, o qual foi publicamente reconhecido através do Voto de Louvor atribuído ao RE3 em 2014; nos apoios prestados através da ativação do Plano FAUNUS, nas Matas Nacionais situadas entre Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena; assim como, na realização de diversos trabalhos de reabilitação e construção de edifícios no âmbito da Cooperação Técnico Militar com a República de S. Tomé e Príncipe.

A sua ação foi também particularmente notória no levantamento do Comando e CCS do BEng A/G, que decorreu entre dezembro de 2010 e abril de 2011, e culminou com uma “Avaliação da Prontidão para o Combate” (*Combat Readiness Evaluation* CREVAL) cujo resultado foi bastante positivo, apesar da carência de meios humanos e materiais considerados importantes para o cabal cumprimento da missão.

Tendo sido atribuída ao RE3 a missão de constituir como Força Nacional Destacada, a Unidade de Engenharia N.º 10, projetada ao serviço das Nações Unidas no teatro de operações do Líbano, o Coronel Alves Caetano, valeu-se da sua grande experiência, contribuindo ativamente, com elevado espírito de sacrifício, para a preparação e sustentação adequada da Força, acompanhando e supervisionando de modo muito próximo todas as fases da mesma, tornando-se uma mais-valia para o sucesso alcançado.

Na área da formação profissional, preocupou-se permanentemente com a manutenção dos critérios de certificação dos cursos ministrados, designadamente, os cursos de Operadores de Equipamento Pesado de Engenharia, de Mecânicos de Equipamento Pesado de Engenharia, influenciando para que estes constituíssem uma referência ímpar na preparação completa, adequada e reconhecida dos formandos que aceitam desempenhar funções nestas exigentes especialidades, bem como através do estabelecimento de vários protocolos entre o RE3 e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., para os cursos de Condutor/Manobrador e de Mecânico de equipamento de movimentação de terras, serralheiro civil, eletricista de instalações, carpinteiro de limpos e canalizador.

Enfatiza-se, igualmente, a forma inteligente e dinâmica como se relacionou com as autoridades civis, populações locais, escolas, clubes e outros organismos de cariz sócio cultural ou desportivo, realçando-se em particular a Câmara Municipal de Espinho, consolidando o excelente relacionamento

e a imagem extremamente favorável dos militares na região, granjeando elogios e a admiração da população em geral, prestigiando, em elevado nível, a Instituição Militar a que pertence. É de elementar justiça, enaltecer a sua colaboração na elaboração e publicação de um livro sobre a História do Regimento de Engenharia N.º 3, que muito contribuiu para o prestígio e imagem do RE3 e do Exército.

Durante o seu comando, promoveu ainda, com total dedicação e elevado rigor, as Jornadas de Engenharia, subordinadas aos temas: “A Engenharia Militar e os novos desafios da ameaça assimétrica”, “Caminhos para o Futuro da Engenharia”, “A Engenharia Militar” e “A Engenharia Militar e a Sociedade Civil”, que constituíram uma produtiva oportunidade de discussão e reflexão sobre aspetos técnicos, de organização e funcionamento da Arma de Engenharia.

Pelo anteriormente exposto, pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, abnegação e reconhecido valor militar, o Coronel Alves Caetano é plenamente merecedor de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito.

19 de setembro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Inf (11689185) **João Carlos Cabral de Almeida Loureiro Magalhães** pela excecional competência profissional, extrema dedicação e elevada eficiência, como, ao longo de quase três anos, exerceu o cargo de Comandante do Regimento de Infantaria N.º 13 (RI13).

Oficial de notável craveira, possuidor de relevantes qualidades pessoais, marcou o seu comando por uma ação muito criteriosa, eficaz e profícua, atuando sempre de forma inteligente, sensata e oportuna, no cumprimento das missões atribuídas em total conformidade com as diretivas e orientações superiormente estabelecidas. Desta forma revelou a sua aptidão para bem servir e a sua elevada capacidade para planear, organizar e coordenar diversas atividades, que se traduziu na permanente e eficaz gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

No âmbito da componente operacional, missão primária do Regimento, evidencia-se o grande rigor, cultura militar, elevada competência técnico-profissional e distinta prestação na execução de tarefas de aprontamento de forças e de treino operacional, sendo de destacar os elevados padrões alcançados no aprontamento do 1.º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção (1BI/BrigInt), que se constituiu como Força Nacional Destacada no Teatro de Operações do Kosovo, no período de março a setembro de 2012, na integração das Unidades de Escalão Companhia na Força Tarefa 1200 (FT 1200) em 2012 e 2013, na preparação do 1BI/BrigInt, enquanto unidade integradora do Agrupamento de Manobra da FT 1200 em 2014, bem como das duas primeiras Unidades com capacidade de Controlo de Tumultos (UnCRC), aprontadas pela BrigInt.

Neste âmbito realça-se, pela sua particular importância, a execução dos exercícios integrados da série “JÚPITER” do 1BI/BrigInt, e a participação e contributo do RI13, nos exercícios “DRAGÃO” da BrigInt. Na área da formação, e constituindo-se o RI13, como polo de formação da Escola das Armas para o curso de viaturas PANDUR, denotou um cuidado e preocupação permanentes na manutenção dos critérios de excelência dos cursos ministrados, designadamente, os de Formação de Chefes e Condutores de Viatura Blindada de Rodas PANDUR II 8x8 ICV e os de Formação de Chefes e Apontadores de Viatura Blindada PANDUR II 8x8 PCAN 30MM IFV, instilando para que estes constituíssem uma referência na preparação completa, adequada e reconhecida dos seus formandos.

Merece também especial relevo o seu desempenho como Diretor do Projeto Pandur na BrigInt, ao qual se dedicou vivamente e com espírito de sacrifício, efetuando estudos e formulando valiosas propostas que valorizaram de sobremaneira a Viatura Pandur II como centro de gravidade da atividade operacional da BrigInt.

É de enaltecer ainda o entusiasmo e apoio que sempre dedicou à organização das provas da fase II e III das Competições Desportivas Militares (CDM) de BTT e na preparação das equipas representativas do Regimento em todas as modalidades das CDM, que conduziram a resultados extraordinários e que muito concorreram para o sucesso da Brigada de Intervenção, ao nível do Exército.

A ação oportuna e ponderada desenvolvida no comando do RI13, ficou indelevelmente assinalada numa vasta gama de atividades desenvolvidas pelo Regimento, com evidência para a resposta ativa aos pedidos do Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC), na execução do plano

“Lira”, a realização das jornadas do “Dia da Defesa Nacional”, as cerimónias que ali tiveram lugar, como visitas de Altas Entidades, Batalha de *La Lys*, a participação nas cerimónias dos Dias da Brigada, da Infantaria, do Exército e de Portugal, o Coronel Loureiro Magalhães destacou-se de forma brilhante, com esclarecido e excecional zelo, admirável sentido do dever e acentuado espírito de missão, confrontando os desafios e abordando as questões com naturalidade, numa perspetiva racional, dinâmica e empreendedora, contribuindo também para, em obediência a autenticidade do cerimonial militar, fortalecer o lastro histórico e o prestígio do Regimento.

Na área sociocultural, a sua ação ficou marcada pela forma inteligente e dinâmica como se relacionou com as autoridades civis, populações locais, escolas e outros organismos de cariz sociocultural ou desportivo, tendo contribuído para o excelente relacionamento e imagem do Exército na região, nomeadamente através da celebração de diversas parcerias e protocolos com Forças de Segurança, Associações Desportivas, Instituições de Ensino Superior, Instituto de Emprego e Formação Profissional e com a Câmara Municipal de Vila Real.

Através da sua conduta, sempre empenhada e interessada com a manutenção do moral e bem-estar de todos os que devotadamente servem o Exército no RI13, muito promoveu a melhoria progressiva das condições de habitabilidade, ambientais, de segurança e de trabalho, que levaram à realização de um conjunto muito significativo de beneficiações de diversas instalações e infraestruturas, de que se destacam os prédios militares, parques de viaturas, casernas, messe de sargentos, carreira de tiro de 25 metros e a montagem do sistema de videovigilância.

Pelo exposto, o Coronel Loureiro Magalhães patenteou no comando do Regimento de Infantaria N.º 13 ser detentor de excecionais qualidades e virtudes militares, pautando sempre a sua atuação, pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, inquestionável lealdade e espírito de obediência, devendo os serviços por si prestados serem considerados extraordinários, relevantes e distintos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para o País.

19 de setembro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o TCor Inf (12419387) **Sérgio Augusto Valente Marques**, pela forma altamente competente e prestigiante para o País como desempenhou as funções de conselheiro militar na Delegação de Portugal junto da OTAN, no período compreendido entre 1 de setembro de 2011 e 31 de agosto de 2014.

Como conselheiro militar do Representante Permanente no Conselho do Atlântico Norte, o Tenente-Coronel Sérgio Marques revelou um conjunto de qualidades e virtudes militares, elevados dotes de caráter, lealdade e abnegação que colocou em todas as ocasiões na defesa do interesse nacional no quadro do vasto e diversificado conjunto de tarefas que foi chamado a desempenhar.

De salientar que durante este período desempenhou as funções de representante do Diretor Nacional de Armamento do Ministério da Defesa Nacional (NADREP), na área das capacidades e armamento, assegurando a representação permanente na *Conference of National Armaments Directors* da OTAN. Como NADREP, colaborou ainda na liderança portuguesa dos projetos *Harbour Protection e Safe Port*, no quadro da *Smart Defence* e do programa *Defence Against Terrorism*, prestigiando as Forças Armadas e promovendo a participação da indústria nacional em iniciativas da OTAN.

O Tenente-Coronel Sérgio Marques foi um precioso colaborador no acompanhamento dos processos relativos a África subsariana, União Africana, OSCE e ao Colégio Defesa OTAN. Merece também destaque a sua intervenção no desenvolvimento da política de defesa antimísil da Aliança, defendendo os interesses nacionais respeitantes a cobertura territorial daquela capacidade. Colaborou, ainda, no desenvolvimento da nova doutrina nuclear da Aliança e assegurou a representação nacional nos exercícios anuais da série *Able Staff*.

A par do seu comportamento moral, camaradagem, sólida cultura militar, elevada competência profissional, exemplar espírito de missão, capacidade de iniciativa e organização, bem como a sensibilidade para entender as opiniões dos seus interlocutores, o Tenente-Coronel Sérgio Marques cultivou em elevado grau a virtude da lealdade e desenvolveu relações harmoniosas no trabalho de grupo, que lhe permitiram conquistar a amizade, o apreço e a consideração de todos aqueles com quem se relacionou, quer no plano nacional, quer entre os seus homólogos dos países Aliados e interlocutores do Secretariado Internacional da OTAN.

Pelas razões expostas, manifesto o meu reconhecimento público pelas qualidades evidenciadas e pelos resultados alcançados pelo Tenente-Coronel Sérgio Marques, sendo de inteira justiça considerar os serviços por si prestados no desempenho da comissão como conselheiro militar na Delegação de Portugal junto da OTAN, muito distintos, relevantes e extraordinários, dos quais resultou a honra, lustre e dignidade para as Forças Armadas e Portugal.

06 de outubro de 2014. - O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 890/14, DR, 2.ª série, n.º 203, 21out14)

Louvo o TCor Eng (06282588) **Leonel José Mendes Martins** pela forma extremamente perseverante, competente e determinada como exerceu as funções de 2.º Comandante da Escola Prática de Engenharia (EPE) e do Regimento de Engenharia N.º 1 (RE1) ao longo dos últimos 18 meses.

Oficial possuidor de uma excecional capacidade de planeamento e de organização, experiente e cordato, assumiu com naturalidade as suas responsabilidades como segundo na linha de Comando e como Chefe do Estado-Maior em ambas as unidades, descobrindo soluções adequadas e oportunas num quadro de elevada complexidade organizacional, caracterizado pela multiplicidade de missões e pela dinâmica associada as transformações em curso, designadamente, as inerentes à desativação da EPE e transferência do RE1 para Tancos.

Na EPE, ao nível do pessoal, soube promover a melhor adequação das competências, saberes e interesses dos militares sob o seu comando, com isso contribuindo para a elevação dos seus índices de motivação. Numa outra vertente, soube promover a utilização criteriosa dos recursos financeiros da unidade, com isso assegurando a disponibilidade de equipamentos e de materiais críticos para as operações em curso. Também ao nível da gestão patrimonial desenvolveu ação consistente, definindo requisitos de utilizador e garantindo a sua satisfação no âmbito das empreitadas e trabalhos de beneficiação de infraestruturas e espaços verdes, com destaque para a reabilitação de áreas de apoio à formação, de abastecimento de água e de saneamento, de manutenção do património edificado, de melhoramento da eficiência energética e da conformação às regras da higiene e segurança no trabalho.

Militar dotado de uma criatividade assinalável, chamado à coordenação dos diferentes eventos de representação institucional da Engenharia Militar, designadamente das cerimónias dos 25-50 anos dos Tirocínio Para Oficial de Engenharia (TPOE) e do Curso de Formação de Sargentos de Engenharia (CFSE), em 2012, do Dia da Escola Prática e da Arma de Engenharia, em 2013, e do dia do Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro, no RE1, em 2014. Com o seu inextinguível rigor, profissionalismo e lealdade desenvolveu uma ação criteriosa tendo em vista a fusão dos planos de atividades da EPE e do RE1, assim facilitando a administração centralizada de recursos consequente da criação do PPM001/VNB e integração no RE1.

Neste âmbito, investido como Presidente da Comissão Liquidatária da EPE, foi com zelo que procedeu ao fecho de contas e aos movimentos administrativos tendentes à incorporação das cargas da EPE no RE1, dando indicações concretas e institucionalmente alinhadas, fundamentais para o desfecho célere e conforme deste processo. A partir de novembro de 2013, foi com sentido de missão que assumiu funções como 2.º Comandante do RE1. Revelando excecionais qualidades e virtudes militares, soube congregiar esforços no sentido da criação de uma identidade comum e da partilha de valores dos quadros do RE1, tendo em vista a integração com o PP PM001/VNB. Também no RE1, ao nível dos processos de gestão, desenvolveu ação competente, designadamente no realinhamento das Normas de Execução Permanente (NEP) e na adoção de procedimentos financeiros coerentes e estáveis.

Chamado em acumulação ao desempenho de funções como Professor no Instituto de Estudos Superiores Militares desde fevereiro de 2014, foi com abnegação, denodo e competência profissional que acomodou este novo desafio no contexto da sua função de 2.º Comandante, trabalhando de forma incansável, muito para além do horário normal de trabalho, na coordenação do programa letivo sob a responsabilidade da área de ensino específico do Exército e no ensino de conteúdos no âmbito do Curso de Estado-Maior, sempre com prejuízo da sua vida pessoal e familiar.

Possuidor de dotes intelectuais e culturais marcantes, de que se destacam uma memória superior e uma erudição proeminente, nos planos histórico-cultural, institucional e doutrinário, o Tenente-Coronel Leonel Martins constitui referência enquanto Oficial do Exército Português, substanciando factos quotidianos num saber enciclopédico, correlacionando tempo e espaço de forma indelével e



comunicando de forma assertiva e envolvente, assim contribuindo para a elevação da cultura geral e militar dos subordinados, dos seus pares e superiores com quem se relaciona. Referência incontornável na área NBQR, lecionou nos cursos ministrados na EPE destacando-se pela qualidade das suas intervenções e pareceres junto duma vasta e crescente comunidade de interesse.

Pela afirmação constante de elevados dotes de caráter e espírito de sacrifício, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Tenente-Coronel Leonel Martins como sendo um militar de elevada craveira, que pautou sempre a sua conduta, devendo, por isso os serviços por si prestados serem considerados como extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as unidades onde serviu, para a Engenharia Militar e para o Exército Português.

19 de setembro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o TCor Cav (13134087) **Pedro Manuel dos Santos Ferreira** pela forma extremamente dedicada como executou as funções de Coordenador de Área na Repartição de Planeamento Estratégico, da Divisão de Planeamento de Forças do Estado-Maior do Exército ao longo dos últimos dois anos, evidenciando elevada competência no âmbito técnico-profissional e incedível dedicação ao serviço.

Militar com sólidos conhecimentos técnicos, alicerçados numa atitude de elevado empenhamento, tem sabido, graças ao seu espírito de equipa e capacidade de comunicação apresentar grande qualidade e objetividade nos trabalhos de estado-maior que tem sido chamado a produzir, revelando extraordinário desempenho bem patente na clareza da análise feita às mais diversas problemáticas e no valor das conclusões e propostas.

A excelência do trabalho do TCor Ferreira ficou patente na diversidade dos assuntos que tratou e de que foram claro exemplo, no âmbito da OTAN, a elaboração de estudos para a preparação de posições do Exército e que culminaram com sua participação nas reuniões bilaterais e multilaterais no âmbito do NATO *Defence Planning Process*, ao nível da União Europeia, na elaboração de estudos referentes ao seu processo de planeamento de defesa, designadamente no SAEP (*Scrutiny, Assesment, Evaluation and Prioritisation*), e ainda ao nível na ONU com o *United Nations Standby Arrangements System*.

A sua ação desenvolveu-se também em áreas diversificadas como sejam a análise de documentação internacional proveniente das organizações internacionais que Portugal integra, particularmente a OTAN, à UE e a ONU, e ainda no âmbito do Planeamento Estratégico de Defesa Nacional, designadamente no apoio a Revisão da documentação estruturante da Defesa Nacional e das Forças Armadas, envolvendo o Conceito Estratégico Militar, Missões das Forças Armadas, Sistema de Forças e o Dispositivo de Forças.

São igualmente de destacar uma grande variedade de trabalhos e temas como sejam o estudo da priorização do Sistema de Forças (Componente Operacional), as Reservas de Guerra e o estudo sobre a sustentabilidade Treino Operacional do SF, constituindo-se o TCor Ferreira num inestimável colaborador da sua Divisão e do EME, cujo exemplo importa distinguir e reconhecer.

Oficial distinto, dotado de relevantes qualidades pessoais, e manifestando excepcionais qualidades e virtudes militares, é de inteira justiça reconhecer que os serviços prestados pelo TCor Ferreira ao Estado-Maior do Exército, devam ser considerados como contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da sua Divisão, deste Estado-Maior e do Exército.

17 de setembro de 2014 – O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o TCor Eng (02917682) **José da Costa Rodrigues dos Santos** que, desde 3 de maio de 2012, no exercício das funções de chefe do Gabinete de Engenharia das Novas Infraestruturas do Exército, da Direção de Infraestruturas revelou excepcionais qualidades e virtudes militares e exemplar desempenho na função que agora termina para desempenhar nova missão, no estrangeiro, por ter sido nomeado para o Cargo “*OSC RUC 0020-STAFF OFFICER (IC & PROJECT APPROVALS STAFF SUPP)*”, no SHAPE.

Demonstrou elevada competência profissional e lealdade, notável capacidade de organização e exemplar dedicação, devotada entrega a missão, tendo-se distinguido no relacionamento da DIE com o EME e EMGFA relativo aos assuntos tratados no âmbito da atual estruturação do Exército, pela afirmação constante de elevados dotes de caráter e de reconhecida coragem moral e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, sempre guiado pelo seu bom senso, espírito de sacrifício e de obediência, e pela sua competência e sentido do dever.

Pela inerência da sua função e experiência coordenou e desenvolveu vários estudos solicitados superiormente, conducentes à racionalização das infraestruturas, no âmbito do processo de reformulação da Estrutura Orgânica do Exército e das Forças Armadas, de que se destacam os seguintes: instalação da EA, em Mafra; transferência do CFT, do RL2, do GCSL e do CPAE; estruturação do RAME, em Abrantes; Edifício do Internato Feminino no CM; Plano Diretor do HFAR; instalação de UEO na Serra do Pilar e Porto; a reorganização da Área Santa Apolónia - Santa Clara - Sapadores; reanálise das OGME em Benavente; “Estruturação do Dispositivo do Exército na Região de Lisboa”; transferência do CmdLog para Paço de Arcos; “Estruturação do Dispositivo do Exército na Guarnição de Évora”; reorganização espacial e funcional do Quartel de Santana, em Coimbra.

Ao coordenar e desenvolver todos estes estudos e projetos com o dinamismo e empenho que colocou na realização dos trabalhos em que participou, ficou relevada a sua clarividência e capacidade de análise, preparação técnica e dedicação exemplar na procura constante das soluções que ofereciam o melhor rácio custo/benefício dos investimentos a realizar, sem perder de vista a sua qualidade e funcionalidade.

As propostas formuladas de acordo com as diretivas do escalão superior, revelaram-se oportunas e tecnicamente exequíveis com os escassos meios existentes, sendo o seu contributo nos trabalhos técnicos de engenharia e planeamento de reconhecida importância para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da DIE, devendo os serviços prestados pelo Tenente-Coronel de Engenharia José da Costa Rodrigues dos Santos, pela forma altamente dedicada e competente como exerceu as suas funções de chefe do Gabinete de Engenharia das Novas Infraestruturas do Exército, ser considerados como relevantes, extraordinários e distintos, ligados à vida da instituição militar e dos quais resultaram honra e lustre para o Exército.

07 de outubro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Maj Inf (07212591) **José Manuel de Almeida Santos Leal** pela forma extremamente dedicada como executou as funções de Coordenador de Área na Repartição de Planeamento Estratégico, da Divisão de Planeamento de Forças do Estado-Maior do Exército ao longo dos últimos dois anos, evidenciando elevada competência profissional e inextinguível dedicação ao serviço.

Militar com sólidos conhecimentos no âmbito técnico-profissional, alicerçados numa atitude de elevado empenhamento e afirmação constante de elevados dotes de caráter, tem sabido apresentar grande qualidade e objetividade nos trabalhos de estado-maior que lhe tem sido confiados, bem patentes na clareza da análise feita às mais diversas problemáticas e no valor das conclusões e propostas.

A excelência do trabalho do Major Leal caracterizada pelo seu espírito de sacrifício e de obediência fez-se refletir na diversidade dos assuntos abrangidos, de que foram claro exemplo no âmbito da OTAN, a elaboração de estudos para o ciclo de produção de posições do Exército e que culminaram com sua participação nas reuniões bilaterais e multilaterais no âmbito do *NATO Defence Planning Process*, e ao nível da União Europeia, na elaboração de estudos no âmbito do seu processo de planeamento de defesa, designadamente no SAEP (*Scrutiny, Assessment, Evaluation and Prioritisation*), destacando-se ainda neste particular a sua atividade de acompanhamento dos processos de *Smart Defence* da OTAN e de *Pooling & Sharing* da EU.

A sua ação desenvolveu-se também em áreas diversificadas como sejam a análise de documentação internacional proveniente das organizações internacionais que Portugal integra, particularmente a OTAN e a UE, e ainda no âmbito do Planeamento Estratégico de Defesa Nacional, designadamente no apoio à Revisão da documentação estruturante da Defesa Nacional e das Forças Armadas, envolvendo o Conceito Estratégico Militar, Missões das Forças Armadas, Sistema de Forças e o Dispositivo de Forças.

São igualmente de destacar outros trabalhos, que evidenciam a sua capacidade de coordenação e organização, designadamente a análise do processo de planeamento de defesa de diversos países, o estudo da priorização do Sistema de Forças (Componente Operacional), as Reservas de Guerra, o tempo ideal da lei de programação militar, o estudo sobre a sustentabilidade Treino Operacional do Sistema de Forças, a preparação de *brífingues*, bem como a análise de documentação nacional do Ramo e das Forças Armadas, e a participação na elaboração do Relatório de Capacidades do Exército, constituindo-se o Maj Leal num inestimável colaborador da sua Divisão e do EME, cujo exemplo importa distinguir e reconhecer.

Oficial distinto, dotado de invulgares dotes de lealdade, e de abnegação, e manifestando excepcionais qualidades e virtudes militares, é de inteira justiça reconhecer pela forma particularmente competente, empenhada e eficiente como foram executados, que os serviços prestados pelo Maj Santos Leal ao Estado-Maior do Exército, devam ser considerados de elevado mérito.

17 de setembro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o 1Sarg Eng (13187301) **António José de Bastos Ferreira** pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no desempenho das funções de Assessor do Diretor Técnico do Projeto 3 “Pelotão de Engenharia” no âmbito da Cooperação Técnico-Militar (CTM) entre Portugal e São Tomé e Príncipe, desde agosto 2012 até julho de 2014.

Dotado de uma sólida formação humana, evidenciou uma elevada competência no âmbito técnico-profissional, a par de um assinalável sentido de responsabilidade, disponibilidade e uma permanente vontade de bem-servir, o que se traduziu numa eficiente organização e controlo da execução dos vários trabalhos realizados junto das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe no âmbito da CTM, para a Embaixada de Portugal e para várias entidades civis e religiosas.

Com a sua atitude soube, pois, cumprir os objetivos associados às tarefas do Projeto 3 da CTM e ainda suprir necessidades específicas das várias entidades que dessa forma puderam beneficiar da presença do 1Sarg António Ferreira.

A sua atitude dignificou e honrou sobremaneira as Forças Armadas Portuguesas.

De facto, no que concerne aos objetivos específicos do Projeto 3, durante a comissão e serviço militar em São Tomé e Príncipe o 1Sarg António Ferreira, de forma exemplarmente profissional, deu continuidade junto das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP) aos trabalhos de conclusão do edifício prisional; procedeu à organização e fiscalização dos trabalhos de remodelação de um paiol de munições e de uma caserna, e construção de um sistema de abastecimento e de bombagem de água no Centro de Instrução Militar.

Lançou também obras de requalificação de casernas e de instalações sanitárias no Quartel-General das FASTP, habilitando-as a poderem ser utilizadas por militares do sexo feminino.

Orientou ainda trabalhos realizados por militares junto da sociedade civil (pintura de uma escola secundária na cidade de São Tomé).

Complementarmente, porque é esforçado e exibiu elevada dedicação ao serviço, colaborou ainda com a Embaixada de Portugal, realizando para o efeito tarefas que envolveram nalguns casos a definição das intervenções de construção civil e noutros a respetiva fiscalização e acompanhamento.

Disto são exemplos, a preparação do caderno de encargos e a fiscalização da construção de uma instalação sanitária no interior do edifício principal da Chancelaria; a fiscalização da construção de duas casas da guarda da Chancelaria; a definição e o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de remodelação da residência oficial da Embaixadora de Portugal; o acompanhamento de intervenções de manutenção no Bairro da Cooperação Portuguesa (organismo sob a égide do Instituto Camões tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros); e ainda a elaboração do caderno de encargos, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de remodelação dos interiores e exteriores, incluindo a instalação elétrica do edifício Centro Cultural Português.

A pedido da Embaixadora de Portugal e por solicitação do Ministério da Justiça, da Reforma do Estado, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares de São Tomé e Príncipe levou a que se construísse um caderno de encargos para a construção de uma nova ala de prisioneiros na prisão central de São Tomé.

Auxiliou também na atividade de organização e fiscalização de várias obras realizadas por organismos religiosos que operam em São Tomé e Príncipe.

Apoiou ainda a Escola Portuguesa existente na cidade de São Tomé na organização e fiscalização de obras de demolição de muros e de remoção de árvores de grande porte.

Em benefício da população local, coordenou com o NRP Bartolomeu Dias a realização de atividades de carácter social efetuadas pela respetiva guarnição.

Finalmente, coordenou as intervenções na Chancelaria relativas à melhoria de espaços externos, permitindo a realização condigna das cerimónias do dia 10 de junho de 2013 e 2014.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades, as virtudes militares e pessoais que creditam o 1Sarg Eng António José de Bastos Ferreira como sendo um militar de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela constante afirmação de elevados dotes de carácter pessoal, em que se realçam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral.

Pelo exposto, os serviços prestados pelo 1Sarg António José de Bastos Ferreira durante a realização da sua comissão de serviço militar, como Assessor Técnico do Projeto 3 da Cooperação Técnico-Militar do Programa Bandeira 1 insito no Programa Indicativo de Cooperação celebrado entre Portugal e São Tomé e Príncipe, contribuíram significativamente para o prestígio e cumprimento da missão da Direcção-Geral de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional, em particular do Exército Português, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

12 de setembro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que, os militares abaixo designados, transitem da situação de ativo nos termos do artigo 171.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, e nas datas que, a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Situação		Desde
				Anterior	Atual	
Maj	Eng	(12222992)	Arlindo Paulo Martins Domingues	Adido alínea d) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	16-09-14
Maj	Inf	(03917791)	Marco Paulo Alves do Carmo Lima	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	15-09-14
Maj	Tm	(01599292)	Paulo Jorge Jacob Branco	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	01-09-14
Maj	Inf	(05562291)	António Manuel de Matos Grilo	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	08-09-14
Maj	Tm	(00227493)	Gaspar Pinto de Carvalho Freitas do Amaral	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	22-09-14
Maj	AdMil	(13399691)	Nuno Miguel Lopo dos Reis Monteiro Grilo	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	02-09-14

Maj	Cav	(00674892)	Joaquim Inácio Pinto Noruegas	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	16-09-14
Maj	Inf	(22156491)	Telmo Lau Hing	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	15-09-14
Maj	Inf	(12472493)	Fernando Jorge Fonseca Rijo	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	22-09-14
Maj	Art	(14558392)	Paulo Manuel da Encarnação Rosendo	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	10-09-14
Maj	Art	(14393193)	Nuno Alexandre Rosa Moraes dos Santos	Adido alínea d) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	17-09-14
Maj	Eng	(25639692)	José Miguel Almeida Ramalho	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	08-09-14
Maj	Inf	(29636693)	Luís António Miguens Louro Pereira Mamão	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	22-09-14
Maj	Art	(30399192)	Nelson José Mendes Rego	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	01-09-14
Cap	Art	(14574194)	António Rogério Afonso Lopes	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	02-09-14
Cap	Tm	(07961494)	Alfredo Miguel da Costa Silva	Quadro art.º 172.º	Adido do n.º 1 do art.º 173.º	01-09-14
Cap	Inf	(02085296)	Artur Sérgio Apolinário dos Santos Mesquita	Adido do n.º 1 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	01-09-14
Ten	AdMil	(07936803)	António José Ramos Martins	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	04-08-14
Ten	Mat	(12376401)	Jaime Miguel Bento Coelho	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	08-09-14

(Portaria de 30set14)

Cor	Inf	(05404981)	José António Guedes da Silva	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	10-09-14
Cor	Art	(13199482)	Álvaro José Estrela Soares	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	17-09-14
Cor	Inf	(00371884)	Paulo Emanuel Maia Pereira	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	06-10-14
Cor	Art	(13081985)	Henrique José Pereira dos Santos	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	18-09-14

Cor	Inf	(00624685)	Nuno Álvaro Pereira Bastos Rocha	Adido alínea c) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	07-10-14
Cor	Inf	(03476485)	João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	18-09-14
Cor	Inf	(02748085)	Nuno Correia Neves	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	15-09-14
Cor	Art	(16456483)	Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-09-14
Cor	Inf	(11689185)	João Carlos Cabral de Almeida Loureiro Magalhães	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	08-09-14
Cor	Inf	(17766982)	Fernando Manuel Rodrigues Pereira de Albuquerque	Adido alínea c) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	09-10-14
Cor	Tm	(08105285)	Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro	Adido alínea b) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	04-09-14
Cor	Inf	(15424885)	Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	27-10-14
TCor	Tm	(01266881)	Rui Manuel Pimenta Couto	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	06-10-14
TCor	Inf	(04572785)	Assis Inácio dos Santos Rodrigues	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	20-10-14
TCor	Inf	(12419387)	Sérgio Augusto Valente Marques	Adido alínea b) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	05-09-14
TCor	Cav	(01266186)	António Manuel de Almeida Domingues Varregoso	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	21-07-14
TCor	Inf	(09156086)	Lino Loureiro Gonçalves	Adido alínea b) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	06-08-14
TCor	Inf	(07398786)	Nuno Manuel Romana Pires Barão	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	23-06-14
TCor	Art	(05581385)	António Pedro Matias Ricardo Romão	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	29-09-14
TCor	Med	(06474784)	António José Martins Correia	Adido alínea f) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	26-09-14
TCor	Med	(06474784)	António José Martins Correia	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	27-10-14
TCor	Art	(03452087)	Hélder António da Silva Perdigão	Adido alínea b) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	04-09-14
TCor	Eng	(02917682)	José da Costa Rodrigues dos Santos	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	08-09-14

TCor	Tm	(17649887)	Vítor Manuel Pires Terras	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>a</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	06-10-14
TCor	Farm	(11594384)	Ilda Maria de Sousa Antunes Dias	Adido alínea <i>f</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	06-10-14
TCor	Farm	(11594384)	Ilda Maria de Sousa Antunes Dias	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	27-10-14
TCor	Art	(01687088)	João Manuel dos Prazeres Mota Pereira	Adido alínea <i>a</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	24-10-14
TCor	Art	(06866989)	Octávio João Marques Avelar	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	10-07-14
TCor	Art	(06866989)	Octávio João Marques Avelar	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	21-07-14
TCor	Inf	(13113989)	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	26-09-14
TCor	Eng	(05389391)	Nuno Miguel Belo Quaresma	Adido alínea <i>c</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	08-10-14
TCor	Eng	(05389391)	Nuno Miguel Belo Quaresma	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	23-10-14
TCor	Cav	(13134087)	Pedro Manuel dos Santos Ferreira	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	15-09-14
Maj	SGE	(03597481)	Carlos Martins Alves	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro art.º 172.º	10-10-14
Cap	Tm	(33831892)	Vítor Manuel Roxo Vicente Custódio	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	04-09-14
Ten	AdMil	(15934398)	Pedro Mário Ferreira Fontes	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	01-10-14

(Portaria de 31out14)

**Passagem à situação de Reforma**

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro (Regime de Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais), torna-se público o pensionista, a seguir identificado, que é abonado da respetiva pensão/remissão pela Caixa Geral de Aposentações, na data indicada:

Posto	NIM	Nome	Pensão/Remissão	Data
TCor	PPI (15881773)	João Alberto Lopes Santos	€ 1 513,39	27-06-2014
SMor	PPI (16864775)	José Alberto Magalhães Martins Neves	€ 450,95	24-06-2014

### III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

#### Promoções

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de Major-General do Cor Tir AdMil (12969882) **Fernando António de Oliveira Gomes**, efetuada por deliberação de 23 de outubro de 2014 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 24 do mesmo mês.

Assinado em 31 de outubro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 93/14, DR, 1.ª série, n.º 213, 04nov14)

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de Major-General do Cor Tir Cav (19073984) **José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga**, efetuada por deliberação de 23 de outubro de 2014 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 24 do mesmo mês.

Assinado em 31 de outubro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 94/14, DR, 1.ª série, n.º 213, 04nov14)

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de Major-General do Cor Tir Tm (10645583) **Nelson Martins Viegas Pires**, efetuada por deliberação de 23 de outubro de 2014 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 24 do mesmo mês.

Assinado em 31 de outubro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 96/14, DR, 1.ª série, n.º 213, 04nov14)

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de Major-General do Cor Tir Eng (13030683) **Jorge Filipe Marques Moniz Côte-Real Andrade**, efetuada por deliberação de 23 de outubro de 2014 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 24 do mesmo mês.

Assinado em 31 de outubro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 97/14, DR, 1.ª série, n.º 213, 04nov14)

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:



É confirmada a promoção ao posto de Major-General do Cor Tir Art (10523283) **João Jorge Botelho Vieira Borges**, efetuada por deliberação de 23 de outubro de 2014 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 24 do mesmo mês.

Assinado em 31 de outubro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 98/14, DR, 1.ª série, n.º 213, 04nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes oficiais:

Cap	Cav	(15191496)	José Manuel dos Santos Guilherme;
Cap	Cav	(16466194)	Fernando Jorge Ferreira Lopes;
Cap	Cav	(09235394)	Pedro Miguel Tavares Cabral;
Cap	Cav	(02588495)	Hugo Duarte Benevides Pamplona de Sousa.

2 — Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda do Maj Cav (03918794) Pedro Nuno Antunes Ferreira.

6 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 940/14, DR, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes oficiais:

Cap	Eng	(11971396)	Manuel António Domingues Carvalho Mateus;
Cap	Eng	(12774596)	Miguel Henrique Domingos Dias Sereno.

2 — Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda da Maj Eng (19417096) Diana Martins Branco Morais.

6 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 941/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes oficiais:

Cap	Tm	(11866594)	Paulo Jorge da Silva Carvalho;
Cap	Tm	(17491694)	Pedro Miguel Ramires Gil dos Santos;
Cap	Tm	(20658893)	Paulo da Silva Santos.

2 — Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda da Maj Tm (26353093) Andreia Margarida Viseu Pinto de Figueiredo.

6 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 942/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes oficiais:

Cap	Inf	(09868194)	Pedro Miguel Vaz Pires Ferreira;
Cap	Inf	(34184793)	Hugo José Duarte Ferreira;
Cap	Inf	(12488095)	Pedro Manuel Cardoso da Costa;
Cap	Inf	(18073396)	Hugo Miguel Miranda Ribeiro Correia Barbedo;
Cap	Inf	(05762697)	Nuno Alexandre de Sá e Figueiredo;
Cap	Inf	(13163696)	Fausto Ferreira de Campos;
Cap	Inf	(00641895)	José Manuel Ferreira Ribeiro;
Cap	Inf	(07229995)	Hugo Renato Dias Farinha;
Cap	Inf	(08545193)	Jorge Leonardo Borges Gonçalves Soares;

Cap Inf (05092794) Rogério Paulo de Sousa e Falcão de Carvalho;  
Cap Inf (10332495) Ricardo Jorge Capelo Marques.

2 — Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda do Maj Inf (12793694) Bruno Alexandre Gradíssimo de Oliveira.

6 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 943/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes oficiais:

Cap Art (08197896) Paulo Jorge Silva Póvoa;  
Cap Art (13782296) Artur Jorge Mendes Ribeiro de Sousa Alves;  
Cap Art (04908095) João Paulo Pata Serpa;  
Cap Art (14952096) João Miguel de Oliveira Capitulino;  
Cap Art (17158895) José Miguel Sequeira Maldonado.

2 — Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda do Maj Art (15683195) António Costa Macedo Sousa Franco.

6 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 944/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção, o Cap Art (14574194) **António Rogério Afonso Lopes**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Mantém a situação de Adido ao Quadro nos termos do artigo 191.º do EMFAR, pelo que nos termos do n.º 3 do artigo 173.º do EMFAR não encerra vaga.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Maj Art (17158895) José Miguel Sequeira Maldonado.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 945/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção, o Cap Art (12688495) **Ricardo Jorge Cardoso Martins da Assunção**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Maj Art (14574194) António Rogério Afonso Lopes.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 946/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes oficiais:

Cap AdMil (14093195) Nuno Miguel Cardoso Dias;

Cap	AdMil	(06820195)	João Miguel Correia da Silva Tavares;
Cap	AdMil	(03604396)	Rui Filipe Ponteiro Henriques;
Cap	AdMil	(05630394)	José António Lourenço Campos Ramos;
Cap	AdMil	(30916993)	Jorge Manuel Sousa Santos;
Cap	AdMil	(04059395)	Ana Margarida Henriques Arsénio;
Cap	AdMil	(08724495)	Merceana Maria Rebelo Pereira.

2 — Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda da Maj AdMil (17760595) Elisa Maria Fernandes Coimbra.

6 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo Despacho n.º 5453 -A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 947/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção, o Cap Mat (00970396) **Tiago José Moura da Costa**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Maj Mat (09384194) Énio Rodrigo Pereira Chambel.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 948/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 31 de outubro de 2014, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes oficiais:

Cap Vet (37822993) Júlio Manuel Coutinho Franco Gouveia Carvalho;

Cap Vet (39953492) Leonilde Maria Loureiro dos Santos.

2 — Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda do Maj Vet (09285993) Victor Agostinho Martins Oliveira.

6 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

04 de novembro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 949/14, *DR*, 2.ª série, n.º 218, 11nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 22 de outubro de 2014, promover ao posto de Capitão, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *d)* do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazerem às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 239.º do referido Estatuto, os seguintes militares:

### Infantaria

Ten (10771203)	José Pedro Gonçalves Venâncio;
Ten (05083400)	César António Rangel Monteiro;
Ten (09084397)	Pedro Miguel Ferreira e Silva;
Ten (01716702)	Miguel Coldron de Tovar Faro;
Ten (05961403)	Armando Gil Teixeira da Rocha;
Ten (10823902)	Hugo Filipe Matias de Atouguia de Alvarenga;
Ten (05953802)	Jonathan Cardoso de Miranda;
Ten (17950402)	Ivan Filipe Martins Nunes;
Ten (17845899)	Marcos César Monteiro de Sousa;
Ten (06718201)	Isidro Miguel Mendes Lopes;
Ten (06549302)	João Filipe Pires Xavier;
Ten (08138702)	Vítor Abreu Fernandes;
Ten (19491500)	António Maria Rosinha Dias Barbosa;
Ten (08487002)	Jacinto Gabriel Henriques Rodrigues Franco;
Ten (19568401)	Hugo Rodrigo Paulino Silvano Brigas;
Ten (01691603)	Hugo José Estrela Paulos;
Ten (19677000)	Carlos Francisco Laranjeiro Simões Azedo;
Ten (08821703)	Bruno Aguiar Couto;
Ten (17745102)	Hugo Miguel Mansinho Barrote Rodrigues;
Ten (02995102)	Ricardo Nuno Pires Borges;
Ten (07503895)	Mamudo Seidi;
Ten (00531402)	Jorge Filipe Vilas Boas Sabino;
Ten (16196898)	Alexandre Miguel Salgueiral Costa;
Ten (05864301)	Francisco Sérgio de Oliveira Fernandes;
Ten (18899003)	Tiago Manuel Gomes de Sousa;
Ten (10922900)	Marco António da Costa e Silva;

Ten (06898403) André Miguel Farinha Bento;  
Ten (16675702) Leonel Carvalho Batista Nogueira;  
Ten (18093201) João Pedro Serens Rasteiro;  
Ten (07200403) José Lúcio da Silva Moreira;  
Ten (10128902) Tiago Manuel Oliveira Ribeiro.

### **Artilharia**

Ten (00389501) Pedro Filipe Carrazedo Barbosa;  
Ten (18862503) Paulo Francisco Alfaya Ferreira;  
Ten (09019996) Orlando Filipe Fernandes Marques;  
Ten (11280894) Nuno Filipe Batista Imperial;  
Ten (00550102) Carlos Eduardo Delgado Godinho;  
Ten (06438903) Ana Raquel Garção Maurício;  
Ten (06949502) Tânia Mora Ferreira;  
Ten (08386702) Susi Paula Pereira Azevedo;  
Ten (13460302) André Nuno Gomes Henriques;  
Ten (08645702) Duarte dos Santos Ramos;  
Ten (09732602) Nelson Alexandre Charreu Santos;  
Ten (16865403) Filipe da Silva Azevedo Abreu.

### **Cavalaria**

Ten (09367901) José António da Rocha Isidoro;  
Ten (10492198) Bruno Esteves de Carvalho Pinho da Cruz;  
Ten (18624203) Fátima Elisabete Vieira da Costa;  
Ten (18229099) Alexandre Manuel Moura Parreiras;  
Ten (12402602) Veríssimo Manuel Neves Rodrigues;  
Ten (16011902) Ivo Miguel Montemor Caseiro;  
Ten (03872101) Tiago Manuel Zarazaga Baleia;  
Ten (11947301) Hélio Pedro Cordeiro Caetano;  
Ten (05524901) João Pedro Gomes Macieira de Lemos;  
Ten (03555100) Bruno Manuel da Silva Pereira;  
Ten (08113200) Pedro Miguel Pereira Martins Seabra Gonçalves;  
Ten (05965602) David Miguel Tavares da Costa Garcia;  
Ten (15343800) Hélder Fernando Gomes Ferreira.

### **Engenharia**

Ten (00342303) João Amílcar Rodrigues Marques;  
Ten (14761102) Sérgio Rodrigo da Silva Santos;  
Ten (11990302) Bruno Miguel Ribeiro Martins;  
Ten (08590702) Jorge Manuel Batista Ferreira.

### **Transmissões**

Ten (16567296) Manuel Vítor Martingo Coelho;  
Ten (00444702) Fábio Joel Vieira da Silva;  
Ten (16272696) Ana Margarida Martins da Costa.

### **Administração Militar**

Ten (16409801) Édgar Miguel Vicente Fontes;  
Ten (11013003) Hélio de Jesus Branco Fernandes;  
Ten (18994403) Rodrigo Garcia Gonçalves Brito;

Ten	(06542102)	Mário Sérgio Oliveira Miguel;
Ten	(05775103)	Nuno Manuel Tavares Fernandes;
Ten	(02637801)	Pedro Filipe Martins Ferreira;
Ten	(18768300)	Rui Daniel Farinha Oliveira;
Ten	(16000801)	Bruno Miguel Henriques Pereira;
Ten	(12497103)	André Miguel Maroco Carvalho;
Ten	(18225602)	Carlos Manuel Paixão de Carvalho;
Ten	(16278397)	Luís Miguel Jorge Branco;
Ten	(11502802)	António Marcos Medeiros Silva;
Ten	(05253803)	Carlos Miguel Isidoro de Oliveira;
Ten	(04586502)	José Manuel Mendes Henriques.

### **Material**

Ten	(07744503)	Vítor João Antunes Beltrão;
Ten	(04331703)	José Manuel Grilo Taveira Pinto;
Ten	(05451203)	José Carlos Marques Dias.

### **Medicina**

Ten	(05953903)	Leandro Miguel Nobre Azevedo;
Ten	(03811602)	Joana Isabel Ribeiro da Silva;
Ten	(04913403)	David Filipe Fernandes Lopes;
Ten	(13286101)	Bruno Miguel Paixão Von Amann;
Ten	(15049804)	Francisco José Ferreira Rosa;
Ten	(02853103)	Paulo Jorge Gomes Dinis;
Ten	(11252203)	Mariana Mouraz Lopes dos Santos;
Ten	(09537502)	Andreia Filipa Estanislau Moreira;
Ten	(08739502)	Sénio Barreira Vaz;
Ten	(10733102)	Pedro Pitorro Santos Correia.

### **Farmácia**

Ten	(00562302)	Tiago Filipe Isidoro Gonçalves.
-----	------------	---------------------------------

### **Medicina Veterinária**

Ten	(11110402)	Rafael de Assunção Brito Mendonça;
Ten	(02059202)	Ana Raquel Amaral Rebelo;

### **Técnicos de Pessoal e Secretariado**

Ten	(05531692)	José António Baleizão Torrão;
Ten	(04480692)	Pedro Nuno Pereira Morais;
Ten	(09259492)	Alexandre de Jesus Fernandes Carvalho;
Ten	(02862794)	João Pedro Garcia da Silva.

2 — Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de outubro de 2014, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria em *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).



4 — Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu Quadro Especial nos termos do n.º 2 do artigo 177.º do EMFAR.

5 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

6 — Estas promoções são efetuadas, ainda, ao abrigo da faculdade prevista n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, minimizando a carência existente de efetivos no posto de Capitão, e visa satisfazer necessidades de carácter operacional do Exército, designadamente a necessidade de desempenho de funções de comando e chefia em unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

31 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 924/14, *DR*, 2.ª série, n.º 215, 06nov14)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 22 de outubro de 2014, promover ao posto de Tenente, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea e) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 238.º do referido Estatuto, os seguintes oficiais:

### **Infantaria**

Alf	(02180104)	Bruno Alexandre Bento Morgado;
Alf	(12677210)	Márcio Emanuel da Fonseca Batista;
Alf	(09137009)	Pedro Gonçalves Marques;
Alf	(02774005)	Paulo Jorge Cabral de Sousa;
Alf	(02146809)	Pedro Nelson Moraes Fernandes;
Alf	(07532909)	Rafael José Batista Massano;
Alf	(13927402)	José António Ferreira da Silva;
Alf	(19060710)	João Pedro Oliveira Correia;
Alf	(10628010)	Henrique Miguel Botas Martins;
Alf	(15115810)	Valdo Cardeira da Silva;
Alf	(16682904)	João Paulo Vieira Chaves;
Alf	(16158210)	Martinho Martins Pinto;
Alf	(17789810)	Ricardo Filipe Figueiras Marçal;
Alf	(02921505)	José Alberto Figueira da Silva;
Alf	(19291710)	Luís Filipe da Silva Araújo;
Alf	(14559210)	João Pedro de Almeida Lopes;
Alf	(06230810)	João Pedro da Silva Medronho;
Alf	(02424506)	José Manuel Moniz da Cunha;
Alf	(11065509)	Nuno Filipe Lopes Ribeiro;
Alf	(18540110)	Henrique Manuel Rodrigues Bastos.

### **Artilharia**

Alf	(01333604)	Felipe Furlan Gonçalves;
Ten Grad	(10072500)	Eduardo Jorge das Neves Saraiva;
Alf	(00586103)	Catarina Alexandra Marques Castelão;
Alf	(02099105)	João Honório Carvalho Lamas;
Ten Grad	(06140801)	Pedro Ribeiro de Almeida;
Alf	(02869210)	Hélder Diogo Madureira Osório Matias dos Santos;
Alf	(10046405)	Hugo Daniel Dias Janeiro;

Alf	(00459106)	João Duarte Caeiro Chora;
Alf	(03223005)	Marco Alexandre Dias Janeiro;
Alf	(10451510)	Ricardo Jorge Alves Mainha;
Alf	(19049610)	Rita Damásio Neves da Silva;
Alf	(06761201)	Jonathan Oliveira Marques.

### **Cavalaria**

Alf	(07388499)	Pedro Miguel Martins Bernardo;
Alf	(14434310)	Nuno Miguel de Melo Oliveira da Silva;
Alf	(16611010)	João André Pombo Marques;
Ten Grad	(09071799)	Miguel Renato Azambujo Fernandes;
Alf	(12372309)	David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva;
Alf	(10800609)	Bernardo Queda Soares;
Alf	(02276404)	Pedro da Cunha e Costa Coelho;
Alf	(01240810)	David João Lino Baptista.

### **Administração Militar**

Alf	(13895301)	Nelson Leandro da Silva Guimarães;
Alf	(06197010)	Andreia de Fátima de Sousa Ribeiro;
Alf	(09633606)	Nuno Miguel da Silva Pragana;
Alf	(08969410)	Inês Filipa Andrade Costa;
Alf	(19905210)	João Filipe Rodrigues Pinheiro;
Alf	(14564510)	Duarte Miguel Bugalho Nogueiro.

2 — Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de outubro de 2014, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu Quadro Especial nos termos do n.º 2 do artigo 177.º do EMFAR.

5 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

6 — Estas promoções são efetuadas, ainda, ao abrigo da faculdade prevista no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, minimizando a carência existente de efetivos no posto de Tenente e visando satisfazer necessidades de caráter operacional do Exército, designadamente a necessidade de desempenho de funções de comando e chefia em unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

31 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 925/14, *DR*, 2.ª série, n.º 215, 06nov14)

1 — Por despacho de 28 de outubro de 2014 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, conferido pelo despacho n.º 12 100/2014, de 16 de setembro, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série n.º 189 de 1 de outubro, após delegação de S. Exa. o General CEME, são promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do

artigo 183.º e alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os Sargentos a seguir indicados:

Posto	QEsp	NIM	Nome
1Sarg	AdMil	(08576190)	Mário Fernandes Marques;
1Sarg	AdMil	(08948292)	Maria Teresa Moura Alves Pereira;
1Sarg	AdMil	(13588292)	Paulo Alexandre Sardo Ragageles;
1Sarg	SGE	(13878492)	Álvaro José Nunes Pereira;
1Sarg	Tm	(18365292)	António Miguel Caldeira Mendes;
1Sarg	Tm	(11337690)	Hernâni Santos Simões Castello;
1Sarg	Tm	(27733791)	João Paulo Nunes da Silva Marques;
1Sarg	SGE	(11044891)	José Manuel Ferreira Domingues de Almeida;
1Sarg	Eng	(15251592)	Hélder António da Fonseca Ferreira Mendes;
1Sarg	SGE	(05012792)	Emanuel Santos Nogueira;
1Sarg	Eng	(14965493)	Alexandre Rafael Sucena Gameiro Brogueira;
1Sarg	Med	(31384691)	Fernando Borges Cardoso;
1Sarg	Inf	(19694692)	Adriano Duarte Rodrigues;
1Sarg	Mat	(08585693)	Dinis Manuel Ramalho Piçarra;
1Sarg	Inf	(09712593)	Paulo Jorge Vital Lopes;
1Sarg	Cav	(15875293)	Luís Miguel Trigo Caixinha Ponciano;
1Sarg	Eng	(04308691)	Rui Manuel Marçal Mendes;
1Sarg	Mus	(13247692)	Luís Manuel Vaz Monteiro;
1Sarg	Inf	(11803691)	António Henrique Cabreiro Fernandes;
1Sarg	Inf	(15687391)	Manuel António Teixeira Pereira;
1Sarg	Inf	(05754392)	Luís Alves Pedro;
1Sarg	Inf	(07104492)	Mário Manuel Matias Semedo;
1Sarg	Inf	(15906090)	Vítor Manuel Neves Grova;
1Sarg	Inf	(31968591)	Paulo Duarte Franco de Sousa;
1Sarg	Mat	(05017993)	Luís Miguel da Costa Monteiro;
1Sarg	Cav	(11453891)	Luís Manuel de Oliveira Fonseca;
1Sarg	Cav	(05279292)	Rui Carlos Geraldo Ferreira Fernandes;
1Sarg	Cav	(08002492)	Sérgio Manuel da Silva Ferreira;
1Sarg	Art	(06613493)	Rafael Valente Lanita;
1Sarg	Mat	(00796892)	Carlos Fernando Picão Costa;
1Sarg	Art	(00774191)	Duarte Miguel Xavier Gomes;
1Sarg	Art	(00324592)	Vítor Manuel Antunes Rodrigues;
1Sarg	Art	(16138892)	Gil Crispim Mendes Teixeira;
1Sarg	Art	(18936792)	Paulo Miguel Jerónimo;
1Sarg	Art	(11155590)	Carlos Alberto Mateus Torres Sampaio.

2 — Os referidos Sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, nos termos do despacho n.º 5 453-A /2014, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional.

4 — Mantêm a sua situação relativamente ao Quadro, ao abrigo do artigo 171.º do EMFAR e são posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu Quadro Especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

5 — Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 453-A/2014, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014, em referência do previsto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

28 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 13 292/14, *DR*, 2.ª série, n.º 212 de 03nov14)

Por despacho de 28 de outubro de 2014 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, conferido pelo despacho n.º 12 100/2014, de 16 de setembro, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série n.º 189 de 1 de outubro, após delegação de S. Exa. o General CEME, são promovidos ao posto de Primeiro-Sargento, nos termos do artigo 183.º e alínea *d*) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *a*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 1 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os Sargentos a seguir indicados:

### Infantaria

Posto	NIM	Nome
2Sarg	(08184703)	Hélder dos Reis César;
2Sarg	(10213004)	Fábio Daniel Rodrigues Durão;
2Sarg	(01450301)	Carlos Eduardo Tavares Pimentel;
2Sarg	(06771905)	Hugo Emanuel Pereira Barros;
2Sarg	(10831105)	Luís Eduardo Madeira Polido;
2Sarg	(10745197)	Márcio Paulo Ruano Ferreira;
2Sarg	(02734004)	José Filipe Teixeira Barros;
2Sarg	(08794503)	João Vítor de Medeiros Vieira;
2Sarg	(10967001)	Luís Miguel de Jesus Monteiro;
2Sarg	(08041703)	Francisco Xavier Freitas Bastos;
2Sarg	(08390802)	Jorge Michel Borges Ribeiro Pinto;
2Sarg	(04941903)	João Manuel Teixeira Lopes;
2Sarg	(04673805)	Mário Filipe Coelho Fazenda;
2Sarg	(17421001)	Joaquim Manuel Antunes Afonso;
2Sarg	(00873404)	Lino Ricardo Vieira Rodrigues;
2Sarg	(18934201)	Francisco Cristóvão Bastos Vieira Duarte;
2Sarg	(01396304)	Jorge Emanuel Ferreira Pedrosa;
2Sarg	(17635005)	José Francisco Silva Rodrigues;
2Sarg	(10143903)	Carlos Manuel Nóbrega Araújo;
2Sarg	(11294102)	Bruno Manuel Almeida Marques;
2Sarg	(10075802)	Tiago Gonçalves de Resende;
2Sarg	(08751505)	Tiago Manuel da Silva;
2Sarg	(18412502)	Pedro Vidal Marques;
2Sarg	(08793804)	David Guerra Valério;
2Sarg	(09672702)	Tiago Miguel Teixeira de Sousa Amaral;
2Sarg	(15910900)	Rafael Barcia de Viseu;
2Sarg	(14238505)	Joaquim Coelho Costa;
2Sarg	(10274504)	Casimiro Henrique Gouveia Lopes;
2Sarg	(08812996)	Marien N'guabi Caldas;
2Sarg	(19998402)	José Miguel Graça Rodrigues;
2Sarg	(00005705)	David Alexandre Neto da Graça;
2Sarg	(12787502)	João Caires Alves Gonçalves;
2Sarg	(09881805)	Nelson José Camilo Pego;
2Sarg	(18403604)	José Miguel Macedo Moreira Loureiro;
1Sarg	Grad (19167597)	Rosa Catarina Gouveia Jacob.

**Artilharia**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(17092205)	Rui Pedro Reis Leal;
2Sarg	(00614603)	José João Gonçalves Abreu;
2Sarg	(08546003)	Sara de Jesus Resendes Silva;
2Sarg	(03065999)	Paulo Nuno Semedo Viegas;
2Sarg	(12553398)	Manuel Nélio Sousa Vasconcelos;
2Sarg	(19212403)	Daniel Mendes da Silva;
2Sarg	(18454704)	Joaquim Augusto Nunes Machado;
2Sarg	(14325306)	Bruno José Martins Bessa;
2Sarg	(06524802)	Fábio André de Sousa Santos;
2Sarg	(19976303)	André Filipe Pacheco Lima;
2Sarg	(05002904)	Ruben Miguel Pereira de Freitas Gonçalves;
2Sarg	(11586401)	Marcelo Miguel Oliveira Garcia;
2Sarg	(16599702)	Jorge Alexandre Dias Correia Pinto;
2Sarg	(08676705)	Diogo Alexandre dos Santos Filipe;
2Sarg	(00291402)	Tiago Miguel Silveiras Lopes;
2Sarg	(04698401)	Luís Miguel de Sousa Pereira;
2Sarg	(04394504)	Ricardo Jorge Rodrigues dos Santos.

**Cavalaria**

2Sarg	(18136199)	José Manuel Correia Rodrigues;
2Sarg	(00883306)	Celso João Barbosa Gomes;
2Sarg	(00991400)	Ângela Sofia Barros Fialho;
1Sarg	Grad (14984002)	Nuno Alexandre do Vale Ferreira Gonçalves Pereira;
2Sarg	(05312904)	Bruno José Teixeira Marques;
2Sarg	(15689902)	Filipe Manuel Diogo Neves dos Santos;
2Sarg	(09870601)	Luís Manuel Grãos Duros Silveira;
2Sarg	(17014204)	José Filipe Barros Rodrigues;
2Sarg	(17114703)	Juliana Isabel Coutinho Pais;
2Sarg	(12011905)	Suse Patrícia da Silva Lucas;
2Sarg	(09995905)	Serafim André Moreira da Rocha;
2Sarg	(03817804)	José Bruno Ferreira Pereira;
2Sarg	(05533905)	Hélder Duarte Sousa Vasconcelos;
2Sarg	(01360906)	Tiago Alexandre Fontes Martins;
2Sarg	(14139103)	Ricardo Filipe de Sousa Loureiro;
2Sarg	(07436801)	Bernardo Filipe Ramos.

**Engenharia**

2Sarg	(03281603)	Vítor Rui Guedes Teixeira;
2Sarg	(05406501)	Ruben Fernando Romano Cortinhas;
2Sarg	(07554704)	Joel Filipe Martins Ribeiro;
2Sarg	(03956400)	Roberto Carlos Carvalho de Vasconcelos;
2Sarg	(18026602)	Luís Filipe Folhadela Soares Calheiros;
2Sarg	(01329605)	Pedro Daniel Oliveira da Silva;
2Sarg	(11150401)	Filipe António de Freitas Lopes Pinto;
2Sarg	(10685505)	Lisandro de Sousa Goncalves;
2Sarg	(10272405)	Marco José Flor Ramos;
2Sarg	(13503905)	André Alberto Carrasquinho dos Santos e Silva.

**Transmissões**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(03183395)	Eustáquio Freitas Nunes;
2Sarg	(06284503)	Pedro Miguel Viana Ribeiro;
2Sarg	(13556698)	Tiago Mauro da Silva Freitas;
2Sarg	(10528203)	Luís Daniel Pinho Soares Pinto;
2Sarg	(10116702)	Júlio Ricardo Moreira Sebastião;
2Sarg	(04282305)	João Vasco Marinho de Brito;
1Sarg Grad	(09377098)	José Emanuel da Fonseca Silva;
2Sarg	(09517299)	Válter José Pires da Silva;
2Sarg	(02243804)	Dália Valentina Gouveia Reis Rodrigues Pinto;
2Sarg	(09958805)	Filipe Duarte da Costa Cunha;
2Sarg	(00392296)	Marco Paulo Fernandes de Oliveira Neves;
2Sarg	(11832699)	Fábio Roberto de Sousa Mendes Almeida;
2Sarg	(12113200)	Bruno Miguel Rodrigues Cachucho.

**Administração Militar**

2Sarg	(06901404)	Carlos José Baptista de Sousa;
2Sarg	(09464704)	Hélder José Fernandes Mendes;
2Sarg	(03694504)	Luís Filipe Vinagre Correia;
2Sarg	(10646104)	Jorge Manuel Cardoso Vieira.

**Serviço de Material**

2Sarg	(13137405)	Daniel Matias Daniel;
2Sarg	(08561006)	Joaquim Filipe Nunes Monteiro;
2Sarg	(09309604)	Ricardo Filipe Araújo Peixoto;
2Sarg	(02019404)	Ricardo Manuel Neto Henriques;
1Sarg Grad	(09998796)	Vítor António Rodrigues João;
2Sarg	(16439202)	Joaquim André Henriques Franco;
2Sarg	(18638005)	Nuno Miguel Pereira da Silva;
2Sarg	(01629202)	Cristiano Morais Cunha;
2Sarg	(16549402)	Ricardo Luís de Oliveira Figueiredo;
2Sarg	(11745000)	Aurélio Bruno Lima Rebelo;
2Sarg	(03519200)	Carlos Manuel Fontes da Fonseca;
2Sarg	(14865195)	Pedro Nuno Pinto da Silva Bráz;
2Sarg	(12265003)	Pedro Filipe Gonçalves Pereira;
2Sarg	(00143705)	Jaime Pasadas Goes;
2Sarg	(17199805)	Daniel Filipe Conceição Graça;
2Sarg	(08432404)	Artur António Caldeira Gachineiro da Cunha;
2Sarg	(09954004)	Ricardo Jorge Mesquita Lavos;
2Sarg	(07779200)	Steve Cravo Toste.

**Medicina**

2Sarg	(11944704)	Vera Conceição da Silva Figueiredo;
2Sarg	(08891009)	Ana Raquel Sá Ramalho;
2Sarg	(17643304)	Marc Manuel de Carvalho Miranda;
2Sarg	(00433903)	Carlos Tiago Candelaria Vasconcelos.

**Músicos**

Posto	NIM	Nome
2Sarg	(04531604)	Mário Jorge Simões Nunes;
2Sarg	(18701805)	Nelson Manuel Ferreira Inácio;
2Sarg	(01078600)	Pedro Filipe Ramos Lopes dos Santos;
2Sarg	(01759301)	Manuel Daniel Fidalgo Caceiro.

**Corn/Clar**

2Sarg	(06641305)	Hélio Alexandre Cândido Martins.
-------	------------	----------------------------------

**Transportes**

2Sarg	(02663202)	Edgardo José Moniz Lopes;
2Sarg	(16655104)	Luís André da Silva Martins.

Os referidos Sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de outubro de 2014, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, nos termos do despacho n.º 5 453-A /2014, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional.

Os Primeiros-Sargentos Graduados, continuam na mesma posição da estrutura remuneratória do posto de Primeiro-Sargento, que já detinham enquanto militar graduado.

Ficam na situação de Quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR e posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu quadro especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 453-A /2014, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, em referência do previsto no n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com a faculdade prevista no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, por visar satisfazer necessidades de carácter operacional do Exército, considerando a carência existente de 31% de efetivos no posto de Primeiro-Sargento e a necessidade do desempenho de funções de comando e chefia em unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

28 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 13 291/14, *DR*, 2.ª série, n.º 212 de 03nov14)

**Graduações**

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 2 de outubro de 2014, graduar no posto de Capitão, nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/91 de 26 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 54/97 de 06 de março e conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 251/2009 de 23 de setembro, o Ten SAR (01907297) **António Joaquim Pinto Dias**.

2 — Conta a graduação no posto de capitão desde 17 de setembro de 2014, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — A presente graduação é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

28 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 911/14, *DR*, 2.ª série, n.º 212, 03nov14)

#### IV — LISTAS DE PROMOÇÃO

Lista de promoção por diuturnidade ao posto de Primeiro-Sargento, dos Segundo-Sargento das Armas e Serviços, a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 02 de outubro de 2014, para vigorar no ano de 2014:

##### Infantaria

Ordem	Posto	NIM	Nome
1	2Sarg	(08184703)	Hélder dos Reis César;
2	2Sarg	(10213004)	Fábio Daniel Rodrigues Durão;
3	2Sarg	(01450301)	Carlos Eduardo Tavares Pimentel;
4	2Sarg	(06771905)	Hugo Emanuel Pereira Barros;
5	2Sarg	(10831105)	Luís Eduardo Madeira Polido;
6	2Sarg	(10745197)	Márcio Paulo Ruano Ferreira;
7	2Sarg	(02734004)	José Filipe Teixeira Barros;
8	2Sarg	(08794503)	João Vítor de Medeiros Vieira;
9	2Sarg	(10967001)	Luís Miguel de Jesus Monteiro;
10	2Sarg	(08041703)	Francisco Xavier Freitas Bastos;
11	2Sarg	(08390802)	Jorge Michel Borges Ribeiro Pinto;
12	2Sarg	(04941903)	João Manuel Teixeira Lopes;
13	2Sarg	(04673805)	Mário Filipe Coelho Fazenda;
14	2Sarg	(17421001)	Joaquim Manuel Antunes Afonso;
15	2Sarg	(00873404)	Lino Ricardo Vieira Rodrigues;
16	2Sarg	(18934201)	Francisco Cristóvão Bastos Vieira Duarte;
17	2Sarg	(01396304)	Jorge Emanuel Ferreira Pedrosa;
18	2Sarg	(17635005)	José Francisco Silva Rodrigues;
19	2Sarg	(10143903)	Carlos Manuel Nóbrega Araújo;
20	2Sarg	(11294102)	Bruno Manuel Almeida Marques;
21	2Sarg	(10075802)	Tiago Gonçalves de Resende;
22	2Sarg	(08751505)	Tiago Manuel da Silva;
23	2Sarg	(18412502)	Pedro Vidal Marques;
24	2Sarg	(08793804)	David Guerra Valério;
25	2Sarg	(09672702)	Tiago Miguel Teixeira de Sousa Amaral;
26	2Sarg	(15910900)	Rafael Barcia de Viseu;
27	2Sarg	(14238505)	Joaquim Coelho Costa;
28	2Sarg	(10274504)	Casimiro Henrique Gouveia Lopes;



29	2Sarg	(08812996)	Marien N'guabi Caldas;
30	2Sarg	(19998402)	José Miguel Graça Rodrigues;
31	2Sarg	(00005705)	David Alexandre Neto da Graça;
32	2Sarg	(12787502)	João Caires Alves Gonçalves;
33	2Sarg	(09881805)	Nelson José Camilo Pego;
34	2Sarg	(18403604)	José Miguel Macedo Moreira Loureiro;
35	1Sarg	Grad (19167597)	Rosa Catarina Gouveia Jacob.

### Artilharia

1	2Sarg	(17092205)	Rui Pedro Reis Leal;
2	2Sarg	(00614603)	José João Gonçalves Abreu;
3	2Sarg	(08546003)	Sara de Jesus Resendes Silva;
4	2Sarg	(03065999)	Paulo Nuno Semedo Viegas;
5	2Sarg	(12553398)	Manuel Nélio Sousa Vasconcelos;
6	2Sarg	(19212403)	Daniel Mendes da Silva;
7	2Sarg	(18454704)	Joaquim Augusto Nunes Machado;
8	2Sarg	(14325306)	Bruno José Martins Bessa;
9	2Sarg	(06524802)	Fábio André de Sousa Santos;
10	2Sarg	(19976303)	André Filipe Pacheco Lima;
11	2Sarg	(05002904)	Ruben Miguel Pereira de Freitas Gonçalves;
12	2Sarg	(11586401)	Marcelo Miguel Oliveira Garcia;
13	2Sarg	(16599702)	Jorge Alexandre Dias Correia Pinto;
14	2Sarg	(08676705)	Diogo Alexandre dos Santos Filipe;
15	2Sarg	(00291402)	Tiago Miguel Silveiras Lopes;
16	2Sarg	(04698401)	Luís Miguel de Sousa Pereira;
17	2Sarg	(04394504)	Ricardo Jorge Rodrigues dos Santos.

### Cavalaria

1	2Sarg	(18136199)	José Manuel Correia Rodrigues;
2	2Sarg	(00883306)	Celso João Barbosa Gomes;
3	2Sarg	(00991400)	Ângela Sofia Barros Fialho;
4	1Sarg	Grad (14984002)	Nuno Alexandre do Vale Ferreira Gonçalves Pereira;
5	2Sarg	(05312904)	Bruno José Teixeira Marques;
6	2Sarg	(15689902)	Filipe Manuel Diogo Neves dos Santos;
7	2Sarg	(09870601)	Luís Manuel Grãos Duros Silveira;
8	2Sarg	(17014204)	José Filipe Barros Rodrigues;
9	2Sarg	(17114703)	Juliana Isabel Coutinho Pais;
10	2Sarg	(12011905)	Suse Patrícia da Silva Lucas;
11	2Sarg	(09995905)	Serafim André Moreira da Rocha;
12	2Sarg	(03817804)	José Bruno Ferreira Pereira;
13	2Sarg	(05533905)	Hélder Duarte Sousa Vasconcelos;
14	2Sarg	(01360906)	Tiago Alexandre Fontes Martins;
15	2Sarg	(14139103)	Ricardo Filipe de Sousa Loureiro;
16	2Sarg	(07436801)	Bernardo Filipe Ramos.

### Engenharia

1	2Sarg	(03281603)	Vítor Rui Guedes Teixeira;
2	2Sarg	(05406501)	Ruben Fernando Romano Cortinhas;
3	2Sarg	(07554704)	Joel Filipe Martins Ribeiro;
4	2Sarg	(03956400)	Roberto Carlos Carvalho de Vasconcelos;

5	2Sarg	(18026602)	Luís Filipe Folhadela Soares Calheiros;
6	2Sarg	(01329605)	Pedro Daniel Oliveira da Silva;
7	2Sarg	(11150401)	Filipe António de Freitas Lopes Pinto;
8	2Sarg	(10685505)	Lisandro de Sousa Goncalves;
9	2Sarg	(10272405)	Marco José Flor Ramos;
10	2Sarg	(13503905)	André Alberto Carrasquinho dos Santos e Silva.

### Transmissões

1	2Sarg	(03183395)	Eustáquio Freitas Nunes;
2	2Sarg	(06284503)	Pedro Miguel Viana Ribeiro;
3	2Sarg	(13556698)	Tiago Mauro da Silva Freitas;
4	2Sarg	(10528203)	Luís Daniel Pinho Soares Pinto;
5	2Sarg	(10116702)	Júlio Ricardo Moreira Sebastião;
6	2Sarg	(04282305)	João Vasco Marinho de Brito;
7	1Sarg	Grad (09377098)	José Emanuel da Fonseca Silva;
8	2Sarg	(09517299)	Válter José Pires da Silva;
9	2Sarg	(02243804)	Dália Valentina Gouveia Reis Rodrigues Pinto;
10	2Sarg	(09958805)	Filipe Duarte da Costa Cunha;
11	2Sarg	(00392296)	Marco Paulo Fernandes de Oliveira Neves;
12	2Sarg	(11832699)	Fábio Roberto de Sousa Mendes Almeida;
13	2Sarg	(12113200)	Bruno Miguel Rodrigues Cachucho.

### Administração Militar

1	2Sarg	(06901404)	Carlos José Baptista de Sousa;
2	2Sarg	(09464704)	Hélder José Fernandes Mendes;
3	2Sarg	(03694504)	Luís Filipe Vinagre Correia;
4	2Sarg	(10646104)	Jorge Manuel Cardoso Vieira.

### Medicina

1	2Sarg	(11944704)	Vera Conceição da Silva Figueiredo;
2	2Sarg	(08891009)	Ana Raquel Sá Ramalho;
3	2Sarg	(17643304)	Marc Manuel de Carvalho Miranda;
4	2Sarg	(00433903)	Carlos Tiago Candelaria Vasconcelos.

### Serviço de Material

1	2Sarg	(13137405)	Daniel Matias Daniel;
2	2Sarg	(08561006)	Joaquim Filipe Nunes Monteiro;
3	2Sarg	(09309604)	Ricardo Filipe Araújo Peixoto;
4	2Sarg	(02019404)	Ricardo Manuel Neto Henriques;
5	1Sarg	(09998796)	Vítor António Rodrigues João;
6	2Sarg	(16439202)	Joaquim André Henriques Franco;
7	2Sarg	(18638005)	Nuno Miguel Pereira da Silva;
8	2Sarg	(01629202)	Cristiano Moraes Cunha;
9	2Sarg	(16549402)	Ricardo Luís de Oliveira Figueiredo;
10	2Sarg	(11745000)	Aurélio Bruno Lima Rebelo;
11	2Sarg	(03519200)	Carlos Manuel Fontes da Fonseca;
12	2Sarg	(14865195)	Pedro Nuno Pinto da Silva Bráz;
13	2Sarg	(12265003)	Pedro Filipe Gonçalves Pereira;
14	2Sarg	(00143705)	Jaime Pasadas Goes;
15	2Sarg	(17199805)	Daniel Filipe Conceição Graça;

16	2Sarg	(08432404)	Artur António Caldeira Gachineiro da Cunha;
17	2Sarg	(09954004)	Ricardo Jorge Mesquita Lavos;
18	2Sarg	(07779200)	Steve Cravo Toste.

**Músicos**

1	2Sarg	(04531604)	Mário Jorge Simões Nunes;
2	2Sarg	(18701805)	Nelson Manuel Ferreira Inácio;
3	2Sarg	(01078600)	Pedro Filipe Ramos Lopes dos Santos;
4	2Sarg	(01759301)	Manuel Daniel Fidalgo Caceiro.

**Corn/Clar**

1	2Sarg	(06641305)	Hélio Alexandre Cândido Martins.
---	-------	------------	----------------------------------

**Transportes**

1	2Sarg	(02663202)	Edgardo José Moniz Lopes;
2	2Sarg	(16655104)	Luís André da Silva Martins.

---

**V — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES****Nomeações**

Considerando que nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a comissão de serviço dos titulares de cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, introduz alterações, entre outras, às competências do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, da Direção Nacional de Planeamento e Emergência e da Direção Nacional de Recursos de Proteção Civil;

Considerando que estas alterações configuram uma reorganização das referidas unidades orgânicas, determino o seguinte:

1 — Ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, mantêm-se as comissões de serviço dos seguintes dirigentes da Autoridade Nacional de Proteção Civil:

- a*) Presidente, MGen (03726880) **Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira**;
- b*) Diretor Nacional de Recursos de Proteção Civil, Coronel José Carlos dos Santos Teixeira;
- c*) Diretor Nacional de Planeamento de Emergência, Eng.º José António Gil Oliveira.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de novembro de 2014.

03 de novembro de 2014. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

(Despacho n.º 14 147-A/14, DR, 2.ª série, n.º 226, 21nov14)

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 8.º, 9.º e n.º 1 do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro e pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, e da Portaria n.º 1 001/99, de 10 de novembro, com a nova redação que lhe foi dada pelas

Portarias n.ºs 1108/2000, de 27 de novembro, 743/2004, de 30 de junho e 117/2010, de 2 de fevereiro de 2010, nomear o Cor Inf (14046682) **José Paulo Bernardino Serra** para o cargo de Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Madrid, Reino de Espanha, que acumula com idênticas funções em Atenas, República Helénica, e Cairo, República Árabe do Egito, em substituição do Cor PILAV (059472-F) Tito Augusto Pimenta de Quintanilha e Mendonça, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o militar agora nomeado assuma funções.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2014.  
(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

24 de outubro de 2014. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 993/14, DR, 2.ª série, n.º 230, 27nov14)

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, nomear o TCor AdMil (01656489) **Rui Manuel da Silva Pina** para o cargo “OSC HRX 0040 – CELL CHIEF (PE ESTABLISHMENTS)”, no Quartel-general do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE), em MONS, Reino da Bélgica, em substituição do TCor Eng (00907086) João Paulo de Almeida, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o militar agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2014.  
(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

11 de novembro de 2014. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 981/14, DR, 2.ª série, n.º 227, 24nov14)

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 117/2012, de 30 de abril, e tendo presente a proposta do General Chefe do Estado-Maior do Exército, nomeio o TCor Art (04925591) **Rui Alberto Ferreira Coelho Dias**, em substituição do TCor Cav (01451789) Luís Henrique Ribeiro Crispim, como representante do Instituto Geográfico do Exército na Comissão Interministerial de limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.

03 de novembro de 2014. — A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

(Despacho n.º 13 900/14, DR, 2.ª série, n.º 222, 17nov14)

Considerando que o despacho n.º 52/MDN/2008, de 15 de abril, alterado pelo despacho n.º 879/2011, de 29 de dezembro de 2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 12 de janeiro, criou a Missão de Acompanhamento e Fiscalização (MAF) do Contrato de Aquisição de Viaturas Blindadas de Rodas 8 × 8 e do Contrato de Fornecimento de Sobressalentes para as Viaturas Blindadas de Rodas 8 × 8, celebrados em 15 de fevereiro de 2005 entre o Estado Português e a sociedade austríaca *Steyer-Daimler-Puch Spezialfahrzeug GmbH*;

Considerando o acordo assinado entre o Estado Português e a *General Dynamics European Land Systems* em 26 de setembro de 2014;

Considerando a necessidade de alterar a composição da referida MAF, determino que o n.º 2 do despacho n.º 52/MDN/2008, de 15 de abril, passa a ter seguinte redação:

« (...) Sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército e do Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, são nomeados para integrar a referida missão:

Posto	NIM	Nome	Cargo
Cor Mat	(02469884)	João Luís de Sousa Pires ( <b>OGME</b> )	Presidente
<b>Exército</b>			
<b>Equipa Técnica</b>			
TCor Mat	(00253282)	José Manuel Valente Castelhana ( <b>DMT</b> )	Chefe
TCor Cav	(10978985)	Paulo de Jesus Pereira Zagalo ( <b>NP/RAM</b> )	
Maj Tm	(02140689)	Alberto Lopes Correia ( <b>DCSI</b> )	
Ten Mat	(07744503)	Vítor João Antunes Beltrão ( <b>DGME</b> )	
SCh Mat	(10357784)	António Augusto Dias Meneses ( <b>OGME</b> )	
SAj Mat	(12956188)	Emanuel Resendes ( <b>Insp. CmdLog</b> )	
SAj Mat	(00872091)	Paulo Alexandre de Sousa Almeida Gouveia Fernandes ( <b>DMT</b> )	
1Sarg Mat	(29354692)	Luís Alberto da Silva Costa ( <b>DMT</b> )	

#### **Equipa Operacional**

TCor Cav (03043989) Alberto José Nunes Laranjeira (**EME**)

#### **DGAIED**

TCor Mat (01597289) Américo Marques Garção Cara D'Anjo »

06 de novembro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Despacho n.º 13 963/14, DR, 2.ª série, n.º 223, 18nov14)

#### **Exonerações**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, nomear o TCor AdMil (01656489) Rui Manuel da Silva Pina para o cargo “OSC HRX 0040 – CELL CHIEF (PE ESTABLISHMENTS)”, no Quartel-general do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE), em MONS, Reino da Bélgica, em substituição do TCor Eng (00907086) **João Paulo de Almeida**, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o militar agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2014.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

11 de novembro de 2014. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 981/14, DR, 2.ª série, n.º 227, 24nov14)

## VI — DECLARAÇÕES

### Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

SAj Mat Res (06418085) José Eduardo Oliveira da Rocha, prestou serviço na CVP de 28fev2014 a 30set2014;

1Sarg Aman Res (03976386) António Luís dos Santos Ferreira, deixou de prestar serviço efetivo, na situação de reserva, no ArqGEx em 28out2014;

---

## VII — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionados da SecApoio/RRRD:

### 2006

maio 16 1Sarg Inf (50084211) Romeu Tomas Garção Nunes.

### 2007

fevereiro 01 Maj SGE (51490611) António Dias de Freitas;  
setembro 28 Cap TManMat (51477911) Arlindo Joaquim de Oliveira.

### 2008

agosto 12 1Sarg SGE (51311911) Abel Pereira de Campos;  
novembro 11 1Sarg Art (42047153) Fernando da Graça.

### 2009

abril 11 Cor Art (51206211) Ernesto Carrilho do Rosário.

### 2010

novembro 14 Cor AdMil (52157611) Cirilo de Aguiar Santos.

### 2011

novembro 02 1Sarg Inf (52834711) António Costa.

### 2012

maio 09 Cor AdMil (50738611) Abílio Manuel Dias Matos;  
setembro 05 Maj SGE (50022011) Júlio dos Santos Oliveira.

### 2013

janeiro 31 Maj Art (50887811) Renato Ferreira Lopes Pereira;

fevereiro	01	1Sarg	Inf	(51799711)	José Landeiro Ferreira;
março	07	SAj	SGE	(50160111)	José Manuel Rodrigues Murta;
março	09	Maj	SPM	(47065061)	Manuel Fernando Mendonça;
março	15	Cap	SGE	(51340511)	José Ricardo Marques;
maio	26	Cor	Art	(51199411)	Rui Ferreira dos Santos;
junho	16	SCh	Inf	(50175511)	Abel Marques;
junho	24	SCh	Mat	(50594411)	Francisco dos Santos Duarte;
junho	25	SAj	Aman	(50965111)	José Alexandre Júnior;
agosto	19	1Sarg	Med	(50147211)	António Martins Pinto;
setembro	05	2Sarg	Inf	(52999511)	João Batista Pires Cardoso;
setembro	18	SMor	Med	(50030011)	António Silva Nabais Rapoula;
setembro	28	SAj	Inf	(51252911)	Manuel Dias da Silva;
novembro	03	SAj	Inf	(52256711)	Francisco Pereira Gomes;
novembro	20	2Sarg	Inf	(53119011)	Pompílio Ribeiro Antunes;
dezembro	02	TCor	Med	(50417111)	Joaquim Salvador Roque;
dezembro	16	Cor	SGE	(50886611)	José Bernardo Zeferino;
dezembro	29	1Sarg	SGE	(51514311)	Florimundo José Mestre.

**2014**

janeiro	15	SMor	Tm	(50572611)	José Maria Cardoso;
janeiro	22	Cap	TManMat	(50357711)	Joaquim Rodrigues de Oliveira Miranda;
janeiro	27	Cor	Inf	(31628361)	Carlos Alberto Fernandes Pires;
janeiro	27	1Sarg	Inf	(50088411)	Eurialo Louro;
janeiro	31	Cor	Inf	(50844011)	Leovigildo Augusto Almeida de Moraes;
fevereiro	11	TCor	Inf	(51782911)	António Calado da Cruz Semedo;
fevereiro	21	Cap	TManMat	(50008311)	António Francisco Rendeiro;
março	30	Cor	Art	(20399061)	Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso;
abril	25	1Sarg	SGE	(51698611)	António Moreira Beliz;
maio	09	2Sarg	Art	(50664011)	José Luciano Pulido;
junho	12	Cap	TManMat	(51110211)	João Tavares Cenicante;
agosto	12	1Sarg	Inf	(50166311)	Francisco Rodrigues Nogueira;
junho	21	SAj	Inf	(50143111)	Armando Mateus Pereira;
julho	07	Cap	SGE	(51284011)	Joaquim São Pedro Aparício;
agosto	26	SAj	Inf	(51089311)	Joaquim Dias Narciso;
setembro	20	Cor	Inf	(51376711)	António Fernandes Morgado;
setembro	20	Cap	TManMat	(50694811)	João Domingues Gomes;
outubro	01	Cor	Eng	(50972111)	Eduardo Luís Afonso Condado;
outubro	01	1Sarg	Cav	(51194611)	José Augusto da Costa;
outubro	05	SMor	Inf	(35294161)	Cristiano Moura Lopes;
outubro	05	SCh	Art	(52024711)	José Flor Teodoro;
outubro	07	1Sarg	SGE	(50217411)	Júlio Alves Gomes;
outubro	07	1Sarg	Mat	(50841011)	Dionísio Mendes Leal;
outubro	09	Ten	DFA	(00399061)	Luís Ferreira Pinto de Moura;
outubro	11	SCh	Mus	(51664911)	Ernesto Medeiros;
outubro	11	SAj	Inf	(51765711)	Adelino Mendonça;
outubro	13	Cor	Inf	(50264711)	João de Sintra Carretas;
outubro	13	Cap	SGE	(50196111)	José Luís Ramalho;
outubro	17	Gen		(51061411)	Gabriel Augusto do Espírito Santos;
outubro	21	TCor	SGE	(50638611)	José Mateus Cardoso;
outubro	23	Cor	Cav	(51467311)	António Luís Monteiro Graça;
outubro	23	TCor	Inf	(60428765)	José Manuel Paraíso Mota Veiga;
outubro	23	SAj	AdMil	(52061011)	Dâmaso Calado Batista;

outubro	24	SCh	Art	(50837911) Benjamim Santana Franganito;
outubro	27	SMor	Inf	(50035611) António Vencelau Gonçalves Sengo.

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH

ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

3.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 11/30 DE NOVEMBRO DE 2014

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.<sup>a</sup> Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo Decreto, os seguintes militares em regime de contrato:

Ten (05014901) Anabela Leite Gonçalves;  
Ten (03214898) Ana Rita Alpendre Diogo.

(Despacho de 10out14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.<sup>a</sup> Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo Decreto, os seguintes militares em regime de contrato:

Furr (06671809) Maria Manuela Araújo Oliveira;  
1Cb (07423803) André Firmino Alegre Simões Viegas.

(Despacho de 10out14)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares, em regime de contrato:

Ex Cap	(01415563)	António Almeida Esteves	“Angola 1972-74”;
Ex Ten	(00401062)	Rui Gonçalves dos Santos	“Guiné 1963-65”;
Ex Ten	(02582573)	Salvador Rodrigues	“Angola 1974-75”;
Ex Ten	(13559269)	Francisco António Touças	“Angola 1970-71”;
Ex Ten	(00020762)	José do Canto Tristão da Cunha	“Guiné 1963-65”;
Ex Alf	(04846865)	José de Carvalho Fael	“Angola 1969-1971”;

Ex Alf (07132772)	Alberto Manuel Salvado dos Santos Grácio	“Guiné 1973-74”;
Ex Alf (15499871)	Mário Duval Rodrigues Sobreira	“Moçambique 1973-74”;
Ex 2Sarg (06724864)	Jorge Leonel Ávila Pamplona Ázera	“Guiné 1965-67”;
Ex 2Sarg (31233657)	Francisco Mário dos Santos Lopes	“Angola 1961-63”;
Ex 2Sarg (02151573)	Luís Carlos Bettencourt Cruz	“Moçambique 1974-75”;
Ex Furr (07439565)	João Pires Morgado Barbosa	“Guiné 1967-69”;
Ex Furr (73099171)	Carlos Alberto Gonçalves Martins	“Moçambique 1971-74”;
Ex Furr (13667372)	Amadeu Carneiro Lopes	“Moçambique 1973-74”;
Ex Furr (17744373)	José Carlos Rocha Silva	“Guiné 1973-74”;
Ex Furr (05972265)	Cândido José Dias da Silva Pereira	“Guiné 1967-69”;
Ex Furr (04737271)	Ovídio Gonçalves das Neves	“Guiné 1971-73”;
Ex Furr (05459972)	Olívio Real dos Santos	“Guiné 1972-74”;
Ex Furr (04617473)	José Vicente Matias dos Santos Martins	“Angola 1974-75”;
Ex Furr (05467473)	Albino Adriano Mendes Carvalho	“Angola 1974-75”;
Ex Furr (15504771)	Joaquim dos Santos Rocha	“Guiné 1972-73”;
Ex Furr (18567169)	Eusébio Manuel da Silva Gregório	“Moçambique 1969-71”;
Ex 1Cb (07303270)	Manuel Gregório Ramos Félix	“Guiné 1970-72”;
Ex 1Cb (08582169)	Manuel Gregório dos Santos	“Angola 1969-1971”;
Ex 1Cb (05471066)	António Joaquim Barreiros Melgueira	“Angola 1967-1970”;
Ex 1Cb (08550264)	Manuel Agostinho da Silva	“Angola 1965-67”;
Ex 1Cb (02070967)	Gregório Neves Carvalheira	“Guiné 1967-69”;
Ex 1Cb (01153172)	José Martins Costa	“Moçambique 1973-74”;
Ex 1Cb (03150572)	Augusto Pereira de Oliveira	“Moçambique 1973-75”;
Ex 1Cb (62489372)	Augusto dos Santos Silvestre	“Angola 1972-74”;
Ex 1Cb (07670267)	Fernando de Amoreira Vieira	“Angola 1968-1970”;
Ex 1Cb (37262062)	José Vala Fragosa	“Angola 1962-64”;
Ex 1Cb (17535469)	Joaquim Maria Pereira Viana	“Moçambique 1970-72”;
Ex 1Cb (01111065)	Joaquim do Couto Ramos	“Moçambique 1966-68”;
Ex 1Cb (08495773)	António José Palmas Milhinhos	“Angola 1974-75”;
Ex 1Cb (08133164)	António da Cunha	“Guiné 1965-66”;
Ex 1Cb (04459666)	Fernando Saraiva Pereira	“Guiné 1967-69”;
Ex 1Cb (61064168)	Eduardo Luís de Sousa Vicente	“Angola 1968-1970”;
Ex 1Cb (70842570)	Carlos Alberto Monteiro Urbano	“Moçambique 1971-74”;
Ex 1Cb (00927172)	Eduardo Manuel Pereira Picanço	“Angola 1973-75”;
Ex 1Cb (10868371)	Mário Moreira Pereira	“Angola 1972-74”;
Ex 1Cb (02517771)	João Joaquim Marques Pereira	“Moçambique 1971-73”;
Ex 1Cb (09324573)	Manuel Ataíde Ortins	“Guiné 1974”;
Ex 1Cb (00518573)	João da Silva Pinto	“Moçambique 1974-75”;
Ex 1Cb (01528766)	António José Coutinho da Silva	“Angola 1967-69”;
Ex 1Cb (06035868)	António Fernandes de Azevedo da Silva	“Guiné 1968-1970”;
Ex 1Cb (09708066)	António Ferreira China	“Moçambique 1967-68”;
Ex 1Cb (45040062)	António Alberto dos Santos	“Angola 1963-65”;
Ex 1Cb (04216875)	António Diniz Machado Pamplona	“Angola 1974-75”;
Ex 1Cb (00881167)	Inácio Tomé dos Reis	“Angola 1967-69”;
Ex 1Cb (00578563)	Manuel Viegas Guerreiro	“Angola 1963-65”;
Ex Sold (05333064)	Ilberto de Sousa da Silva	“Angola 1965-67”;
Ex Sold (47045259)	Luís Picanço de Quadros	“Angola 1961-63”;
Ex Sold (46037960)	João de Deus Pereira	“Moçambique 1961-63”;
Ex Sold (46044160)	Ezequiel José	“Moçambique 1961-63”;
Ex Sold (04354165)	Carlos Alberto	“Guiné 1968-1970”;
Ex Sold (01005072)	António Francisco Rodrigues	“Moçambique 1973-74”;
Ex Sold (06399667)	José Joaquim Teixeira	“Angola 1968-1970”;
Ex Sold (02413766)	Albino da Silva	“Guiné 1967-69”;
Ex Sold (14936672)	Carlos Manuel Sousa Pereira	“Guiné 1973-74”;

Ex	Sold	(01940067)	Arlindo Fernandes Cerqueira	“Guiné 1967-69”;
Ex	Sold	(02730467)	João Inácio de Oliveira Alfaia	“Guiné 1967-69”;
Ex	Sold	(09351174)	Fernando Maria da Costa Monteiro	“Guiné 1974”;
Ex	Sold	(17577670)	Albino Santos Guiomar	“Moçambique 1971-73”;
Ex	Sold	(06536873)	Joaquim Catarino Castanheira	“Angola 1973-74”;
Ex	Sold	(61688573)	João Manuel Silva Alexandre	“Angola 1973-74”;
Ex	Sold	(37031462)	Joaquim Gomes Alexandre	“Guiné 1963-65”;
Ex	Sold	(36662062)	José Gomes da Rocha	“Angola 1963-65”;
Ex	Sold	(07436870)	António Lourenço Quelhas	“Angola 1971-73”;
Ex	Sold	(07229768)	Orlando José Torres da Silva	“Guiné 1969-1971”;
Ex	Sold	(05169873)	Pompílio José Lamas	“Angola 1973-75”;
Ex	Sold	(09198864)	João Maria Moniz Fernandes	“Guiné 1965-67”;
Ex	Sold	(04293173)	Valdemar Caetano Caeiro Algarvio	“Guiné 1973-74”;
Ex	Sold	(34009758)	José Luís Martins	“Índia 1959-1961”;
Ex	Sold	(13271268)	Bernardino Augusto Rodrigues	“Moçambique 1969-71”;
Ex	Sold	(00678470)	António de Sousa Rodrigues	“Moçambique 1971-73”;
Ex	Sold	(01683565)	João da Silva Costa	“Angola 1965-67”;
Ex	Sold	(10469269)	Faustino Espínola da Silva	“Angola 1970-72”;
Ex	Sold	(08811768)	Jorge Manuel dos Santos Silva	“Moçambique 1968-70”;
Ex	Sold	(13250272)	António Manuel de Medeiros Félix	“Angola 1972-74”;
Ex	Sold	(03572271)	José Manuel da Costa Silva	“Angola 1972-74”;
Ex	Sold	(02808963)	José Henriques da Cunha Boga	“Guiné 1963-65”;
Ex	Sold	(09191763)	João Manuel Bettencourt de Quadros	“Angola 1964-66”;
Ex	Sold	(01872365)	Joel Manuel de Bettencourt de Melo	“Angola 1965-67”;
Ex	Sold	(02843867)	João Daniel da Cunha Peniche	“Angola 1968-1970”;
Ex	Sold	(47047661)	Francisco de Sousa Ataíde	“Guiné 1962-64”;
Ex	Sold	(47051461)	Jorge da Silva Espinola de Mendonça	“Guiné 1962-64”;
Ex	Sold	(14465969)	Manuel Dionísio da Silva Picanço	“Angola 1970-72”;
Ex	Sold	(10639872)	Florentino da Silva Pavão	“Angola 1972-74”;
Ex	Sold	(12626773)	José Agostinho Andrade	“Guiné 1973-74”;
Ex	Sold	(03617573)	Manuel de Sousa Teodoro	“Angola 1974-75”;
Ex	Sold	(12616273)	Jorge do Natal Bernardo da Rocha	“Moçambique 1973-74”;
Ex	Sold	(00698473)	José Manuel Ortins Bettencourt	“Angola 1974-75”;
Ex	Sold	(04047673)	Leodolfo Mendonça de Sousa	“Angola 1974-75”;
Ex	Sold	(12448974)	António Correia de Melo	“Angola 1974-75”;
Ex	Sold	(17339374)	José João da Silva Mendonça	“Angola 1974-75”;
Ex	Sold	(02255874)	Agostinho Correia da Silva	“Angola 1974-75”;
Ex	Sold	(11073168)	Joaquim Nunes da Cunha	“Angola 1969-1971”;
Ex	Sold	(00054166)	Adriano Gomes Pimentel	“Angola 1966-1970”;
Ex	Sold	(07011873)	João Oliveira Faria	“Angola 1974-75”;
Ex	Sold	(02144965)	José Ferreira Toledo	“Angola 1966-68”;
Ex	Sold	(06187566)	Manuel Joaquim Martins da Silva	“Guiné 1967-69”;
Ex	Sold	(31263859)	Valdemar Medeiros Simão	“Índia 1960-62”;
Ex	Sold	(02355469)	Fortunato Correia Neto	“Moçambique 1969-71”;
Ex	Sold	(00887366)	Lorindo Manuel Fernandes	“Angola 1966-69”;
Ex	Sold	(04731563)	José Tomaz Bicho	“Angola 1963-66”;
Ex	Sold	(04787673)	Manuel Simões Godinho	“Angola 1973-75”;
Ex	Sold	(00202764)	António Nabais Reino	“Guiné 1964-66”;
Ex	Sold	(08102171)	Hernâni Pereira Monteiro	“Angola 1971-73”;
Ex	Sold	(40056360)	Herculano Rodrigues de Sousa	“Moçambique 1961-63”;
Ex	Sold	(07324864)	Júlio dos Santos Couto	“Angola 1965-67”;
Ex	Sold	(06925663)	Eduardo Fernandes da Fonseca	“Guiné 1964-66”;
Ex	Sold	(06298273)	Armindo de Freitas Ribeiro Vieira	“Moçambique 1974-75”;
Ex	Sold	(10061472)	Gabriel Machado Salgado	“Guiné 1973-74”;

Ex Sold	(38615762)	António da Torre de Brito	“Guiné 1963-65”;
Ex Sold	(00728069)	António da Silva Ferreira	“Angola 1969-1971”
Ex Sold	(36088761)	Manuel Fernando Pinheiro Mourinho	“Moçambique 1961-63”;
Ex Sold	(36504759)	José dos Santos Castro	“Angola 1961-63”;
Ex Sold	(06651770)	Manuel Rodrigues da Rocha	“Guiné 1970-73”;
Ex Sold	(07831272)	Clementino Clemente Cavaco	“Angola 1972-74”;
Ex Sold	(13242471)	Horácio António Tomé	“Guiné 1972-74”;
Ex Sold	(01234871)	José Maria Teixeira Ferreira	“Moçambique 1971-73”;
Ex Sold	(03944573)	Manuel dos Santos Bebian da Silva	“Angola 1974-75”.

(Despacho de 29set14)

Ex Ten	(41447949)	Luís Augusto Osório Leite de Noronha	“Índia 1960-62”.
--------	------------	--------------------------------------	------------------

(Despacho de 27out14)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguinte militares:

Ex Ten	(13559269)	Francisco António Touças	“Guiné 1971-73”;
Ex 1Cb	(46290260)	Jorge Carmo Horta	“Angola 1965-67”.

(Despacho de 29set14)

Condecorado com a Medalha de Reconhecimento, por despacho do Ministro da Defesa Nacional, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte militar:

Ex Sold	(38694760)	António Vieira Barbosa	“Índia 1961-62”.
---------	------------	------------------------	------------------

(Despacho de 30mai14)

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÕES

### Passagem à situação de Reforma

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro (Regime de Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais), torna-se pública a lista dos pensionistas, a seguir identificados, que são abonados da respetiva pensão/remissão pela Caixa Geral de Aposentações:

Posto	NIM	Nome	Pensão/Remissão	Data
2Sarg	PPI (00241164)	Vilson Romáculo Galaz Coelho	€ 30,18	09-09-2014
Ex-2Cb	PPI (02790506)	António Fábio Quintal Freitas	€ 554,19	12-06-2014
Sold	PPI (09272669)	Leonel Serafim Silva Gonçalves	€ 50,31	17-06-2014
Ex-Sold	PPI (16785797)	Liliana Gonçalves Vaz Ferreira	€ 3 652,90	24-06-2014
Sold	PPI (17459502)	Gersão Manuel Santos Cruz Machado	€ 119,79	04-09-2014
Sold	PPI (03468766)	António Luís Pereira Neves	€ 75,46	10-09-2014
Sold	PPI (03661866)	José Arlindo Antunes Cruz	€ 75,46	10-09-2014

Sold	PPI	(17649872)	Rogério Silva Ferreira	€ 37,73	10-09-2014
Sold	PPI	(19261697)	Alexandra Marisa Pereira Rodrigues	€ 9 821,80	16-09-2014
Sold	PPI	(19874599)	Augusto Filipe Moreira Henriques	€ 10 466,58	25-09-2014

Em conformidade com o artigo n.º 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro — Estatuto de Aposentações, publica-se a pensão mensal de reforma por invalidez que, a partir da data indicada passa a ser paga pela Caixa Geral de Aposentações, aos militares a seguir mencionados:

### 1 de agosto de 2014

Alf	DFA	(08008568)	José Moreira Coelho Rocha	€1 766,10
1Cb	DFA	(00745473)	José Alberto Horta Fernandes	€ 1 230,87
Sold	DFA	(08905265)	Manuel António Rocha Chaurilha	€ 1 141,00
Sold	DFA	(03450766)	Joaquim Martins Oliveira	€ 1 144,78
Sold	DFA	(02561567)	António Manuel Pereira Malacuto Brito	€ 1 128,01
Sold	DFA	(01007769)	António Pereira Domingues	€ 1 107,05
1Cb	PPI	(04817768)	Mário Santos Pereira Lima	€ 379,09
1Cb	PPI	(05974872)	Leonardo Manuel Luís Matos	€ 379,09
1Cb	PPI	(36679861)	Joaquim Oliveira Campota	€ 215,81
1Cb	PPI	(70876470)	Luciano Augusto Fraga	€ 369,84
1Cb	PPI	(82021568)	Tcherno Baldé	€ 404,44
1Cb	PPI	(82151773)	Pinheiro Fanda Guiça	€ 353,05
Sold	PPI	(00321477)	Fernando Lopes Ferreira Antunes	€ 230,24
Sold	PPI	(00750368)	Francisco António Silva Coelho	€ 210,55
Sold	PPI	(02701663)	António Luís Campos Joaquim	€ 220,99
Sold	PPI	(03393669)	Armando Mirra Ferreira Lopes	€ 210,55
Sold	PPI	(03422172)	Santana Rodrigues Costa	€ 230,35
Sold	PPI	(03761166)	José Luís Velez Afonso	€ 220,99
Sold	PPI	(04740564)	Joaquim Piedade Cabrita	€ 388,19
Sold	PPI	(10761271)	Vítor Manuel Martins Tavares	€ 227,40
Sold	PPI	(15589668)	Virgílio Manuel Algarve	€ 220,99
Sold	PPI	(17550368)	José Batista Ferreira	€ 196,53
Sold	PPI	(42245160)	António Augusto Santos Fernandes	€ 219,46
Sold	PPI	(82002269)	Aliu Saná Sanhá	€ 388,19
Sold	PPI	(82180570)	Alberto José Monteiro	€ 379,09

(Aviso n.º 7 789/14, DR, 2.ª série, n.º 128, 07jul14)

### 1 de setembro de 2014

Furr	DFA	(00952072)	Luís Francisco Dias Fânzeres Martins	€ 1 498,88
1Cb	DFA	(08129666)	Abel Fernandes Seco	€ 1 107,05
1Cb	DFA	(09402870)	António Mendes Lages	€ 1 208,08
1Cb	DFA	(18556571)	José Carvalho Ferreira	€ 1 148,97
Sold	DFA	(04362672)	José Calos Brites Lopes	€1 107,05
Sold	DFA	(11716367)	Isidro Ventura Correia Lopes	€ 1 107,05
Sold	DFA	(19176272)	Hélder Elísio Silva	€ 1 107,05
Alf	PPI	(02627565)	Amadeu Marques Rodrigues Pinho	€ 379,09
Alf	PPI	(01581266)	José Maria Santos Arteiro	€ 215,81
Alf	PPI	(19368872)	José Veloso Norte Baltazar	€ 379,09
1Cb	PPI	(00160066)	José António Canelas Rosado	€ 220,99
1Cb	PPI	(16944171)	Fernando Lopes Ramos	€ 227,40
Sold	PPI	(60031259)	Vasco Silva Marques	€ 220,99

Sold	PPI	(03124963)	Mário Melo Linheiro Lema	€ 200,99
Sold	PPI	(06570263)	João Antunes Ferreira	€ 230,35
Sold	PPI	(02771366)	Jacinto Colaço Frutuosa	€ 379,09
Sold	PPI	(04960467)	Carlos Alberto Brito Lata	€ 399,45
Sold	PPI	(01978169)	Manuel Pires Pereira	€ 220,99
Sold	PPI	(10354070)	António Fernandes Ribeiro	€ 200,99
Sold	PPI	(14398471)	António Pereira Viegas	€ 388,19
Sold	PPI	(82094971)	Lourenço Cordeiro	€ 215,81
Sold	PPI	(01774696)	João Carlos Martins Pereira	€ 227,40
Sold	PPI	(04319598)	Hugo Miguel Nascimento Gomes	€ 188,55

(Aviso n.º 9 063/14, DR, 2.ª série, n.º 151, 07ago14)

**1 de outubro de 2014**

Furr	PPI	(01162268)	José António Vieira Casal	€227,40
1Cb	PPI	(04798267)	João Feliciano Santos	€ 388,19
1Cb	PPI	(38506093)	Daniel Ribeiro Pereira Cruz	€ 252,65
Sold	PPI	(75744070)	Augusto Eusébio	€ 404,44
Sold	PPI	(08023086)	Carlos Veríssimo Mouzinho Madureira	€ 215,81

(Aviso n.º 10 016/14, DR, 2.ª série, n.º 172, 08novout14)

**1 de novembro de 2014**

Furr	PPI	(06026567)	Aníbal José Soares Silva	€379,09
Furr	PPI	(19219868)	Carlos Augusto Robles Ramalho	€ 379,09
1Cb	PPI	(38492462)	José Lopes Silva Cunha	€ 239,99
1Cb	PPI	(40069062)	Manuel Santos Silva	€ 220,99
1Cb	PPI	(01497664)	Armando Duarte Silva	€ 220,99
1Cb	PPI	(09125865)	José Manuel	€ 388,19
1Cb	PPI	(02345666)	António Gomes Cunha	€ 399,45
1Cb	PPI	(11033067)	José Duarte Martins	€ 379,09
Sold	PPI	(42118260)	Francisco Santos Silva	€ 388,19
Sold	PPI	(03035266)	Domingos Silva Pintor	€ 399,45
Sold	PPI	(08976266)	José Jesus Rocha	€ 399,45
Sold	PPI	(71343666)	Azar Marumeque Mahumana	€404,44
Sold	PPI	(15068068)	Júlio Cruz Vilaça	€ 399,45
Sold	PPI	(19184569)	João Jesus Duarte	€ 227,40
Sold	PPI	(08880870)	José Joaquim Cardoso Montez	€ 227,40
Sold	PPI	(10894370)	José Barbosa Sousa	€ 324,72
Sold	PPI	(19486470)	Francisco Fernandes Miranda	€ 399,45

(Aviso n.º 11 147/14, DR, 2.ª série, n.º 193, 07out14)

**1 de dezembro de 2014**

Furr	DFA	(07284464)	António Manuel Teixeira Ribeiro Costa	€ 1 573,69
Furr	PPI	(06742266)	Manuel Casimiro Fernandes	€ 224,95
Furr	PPI	(17602271)	Henrique Jorge Branco Vieira	€ 399,45
Furr	PPI	(18295372)	Manuel Maria Gonçalves	€ 227,40
1Cb	PPI	(42385660)	António Rodrigues	€ 227,40
1Cb	PPI	(07366467)	Jorge Viterbo Pereira	€ 399,45
1Cb	PPI	(01506571)	Luís Serrenho Madaleno	€ 399,45

1Cb	PPI	(10269071)	Abílio Rodrigues Júnior	€ 399,45
1Cb	PPI	(17697271)	José Santos Vieira	€ 230,24
1Cb	PPI	(09439384)	Fernando José Góis Geraldo	€ 230,24
Sold	PPI	(45158860)	João Mendes Carvalho	€ 227,40
Sold	DFA	(37055461)	Alcides Marques Simões	€1 227,85
Sold	PPI	(37095261)	Fernando Mendes D'Ascensão	€ 399,45
Sold	PPI	(31155562)	Dimas Ribeiro Estrelinha	€ 379,09
Sold	PPI	(02624963)	António Azevedo Rocha	€ 388,19
Sold	PPI	(62235563)	Celso Conceição Gomes	€ 227,40
Sold	PPI	(02908967)	Albano Lemos	€ 345,11
Sold	DFA	(07882067)	Carlos Fonseca Correia	€1 261,38
Sold	PPI	(04220968)	António Sequeira Ferreira	€ 227,40
Sold	PPI	(09963869)	Luíz Souza Oliveira	€ 399,45
Sold	PPI	(15505269)	Alcides Santos Figueira Reis	€ 399,45
Sold	PPI	(17119069)	Paulino Sousa Nunes	€ 227,40
Sold	PPI	(15837870)	Francisco Gonçalves Costa	€ 215,81
Sold	PPI	(00867571)	Manuel Lopes Correia	€ 399,45
Sold	PPI	(10136871)	António Joaquim Vinagre	€ 227,40
Sold	PPI	(03652072)	José Fernando Santos Costa Silva	€ 227,40
Sold	PPI	(14642872)	Benjamim Pereira Ferreira	€ 230,24
Sold	PPI	(10981873)	Manuel Dias Rodrigues Moleiro	€ 230,35
Sold	PPI	(02000181)	José Jorge Teixeira Dias	€ 239,99

(Aviso n.º 12 417/14, DR, 2.ª série, n.º 216, 07nov14)

### III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

#### Promoções

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 8 de setembro de 2014, promover ao posto de Tenente, nos termos dos artigos n.º 56.º, 60.º e 305.º, n.º 1, alínea *a*), do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes Alferes em regime de contrato:

Alf	(12443404)	Letícia Charlene Tavares de Melo;
Alf	(01995502)	Alexandra Isabel Coimbra Figueira;
Alf	(13210602)	João Paulo do Nascimento Pereira;
Alf	(06606400)	Gonçalo Teodoro de Almeida Lino;
Alf	(06689400)	Alexandra Sofia Ruivo Marquês Saraiva;
Alf	(11576500)	Miguel Jorge Ferreira Granja dos Santos;
Alf	(07283199)	Inti Nuno Moreira Diaz;
Alf	(01168201)	Mariana Silva Branco de Andrade;
Alf	(15602801)	Rui Pedro do Coito Nunes;
Alf	(16953503)	Alexandra Marisa Barbosa da Silva;
Alf	(00093303)	Sérgio Hugo da Silva Serrão;
Alf	(08863199)	Pedro Miguel da Costa Simões;
Alf	(10369499)	Américo José de Oliveira Campos;
Alf	(05266802)	Carla Alexandra Martins Fernandes;

Alf	(11945004)	Ivo Joaquim Coutinho Brito;
Alf	(15774703)	Bruno Miguel Vieira Rasteiro;
Alf	(00090900)	Ângelo Sérgio de Amorim Pinto;
Alf	(15234401)	Luís Gonzaga da Silva;
Alf	(10361602)	David José Serra Gato;
Alf	(03637302)	João Manuel da Costa Duarte;
Alf	(10186799)	Válter José da Silva Canhita;
Alf	(11828504)	Maria de Fátima Pereira de Azevedo;
Alf	(15623600)	Filipe Almeida Neves;
Alf	(04473299)	Eduardo Ferreira da Silva;
Alf	(10437601)	Nelson Couto Pereira;
Alf	(10729001)	Pedro Miguel Caetano Ramires;
Alf	(16774199)	Pedro Celso Madeira Rafael;
Alf	(19197199)	Bruno Miguel Almeida Rebelo;
Alf	(08332200)	Ângelo Celso Alves da Silva.

2 — Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 7 de setembro de 2014, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

5 — Estas promoções são efetuadas, ainda, ao abrigo da faculdade prevista n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, minimizando a carência existente no posto de Tenente, e visam satisfazer necessidades de carácter operacional do Exército, designadamente a necessidade de desempenho de funções de comando e chefia em unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

28 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 913/14, *DR*, 2.ª série, n.º 212, 03nov14)

1 — Por despacho de 28 de outubro de 2014 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, através do despacho n.º 12 100/2014, de 16 de setembro, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série n.º 189, de 1 de outubro, após delegação de S. Exa. o General CEME, são promovidos ao posto de Segundo-Sargento, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os Furriéis em regime de contrato a seguir indicados:

Posto	NIM	Nome
Furr	(04186101)	Pedro Miguel Marques Borges;
Furr	(06187603)	António Manuel Loureiro Pinto;
Furr	(08580004)	Paulo Rafael Correia Lopes;
Furr	(10050005)	Ana Lúcia Mestre de Chatillon;
Furr	(05543106)	Hélder Fernando Alves de Sequeira;
Furr	(07295406)	José Alberto dos Santos Filipe;
Furr	(08097806)	Paulo Jorge Rufino Fernandes Pinheiro;
Furr	(12643406)	Bruno Filipe Piçarra Martins;



Furr	(18820306)	Tiago Henriques de Oliveira;
Furr	(04173209)	Gil Rodrigues Rolo;
Furr	(09353109)	Georgina do Carmo Moreira Campos;
Furr	(11826109)	Bruno Manuel Magalhães Amorim;
Furr	(06378403)	José Fernando Estudante Ventura;
Furr	(06500503)	Manuel de Abreu Ferreira Calado da Maia;
Furr	(06909003)	André Fernando Lopes Noutel Venâncio Pereira;
Furr	(14871603)	Ângelo Manuel Perliteiro Monteiro;
Furr	(13406705)	Pedro Filipe de Medeiros Freitas;
Furr	(05969206)	José Manuel Duarte da Silva;
Furr	(12578706)	Carolina Medeiros Raposo de Matos;
Furr	(05282909)	Carlos Daniel Ferreira Mota;
Furr	(17225902)	Pedro Júlio Marques Cardoso Correia;
Furr	(01823605)	Diogo Xavier Ramos Correia;
Furr	(09360506)	Christophe Alves Godinho;
Furr	(08089310)	João Ricardo Pereira Amaral;
Furr	(08944199)	Ricardo Thenaisie Galiza;
Furr	(05107403)	João Miguel Flores Lambelho;
Furr	(12582605)	César Francisco Vicente;
Furr	(01237706)	João Miguel Andrade Barbosa da Silva;
Furr	(13781009)	David Manuel Fernandes de Jesus;
Furr	(07055610)	Ivo André dos Reis Mortágua;
Furr	(11714099)	Vasco Fernandes Alves;
Furr	(06997402)	Dulce Manuela Freitas da Silva;
Furr	(10239804)	António José Mendes Alves;
Furr	(02353705)	Sérgio Ricardo Magalhães Marques da Silva;
Furr	(11914105)	Emílio José Santos da Silva Costa;
Furr	(13724405)	Hugo Filipe Oliveira Gonçalves;
Furr	(14095306)	Miguel da Costa Ferreira;
Furr	(17577606)	Maria João Moreira Gomes;
Furr	(12795502)	Luís Carlos da Silva Correia;
Furr	(05361103)	Pedro Manuel Pereira da Costa;
Furr	(12788603)	Alexandra Sofia Ribeiro da Costa;
Furr	(13463903)	Pedro Filipe André Madeira;
Furr	(13728504)	Mário Ezequiel Sampaio Fernandes;
Furr	(09721606)	Sónia Paulos Dias;
Furr	(05652409)	António Alberto Ribeiro Ferreira Magalhães;
Furr	(18620609)	Cristina Isabel Morais da Costa;
Furr	(08635300)	Diana Raquel Ferreira Monteiro;
Furr	(09030303)	Maria Emília Mendes de Noronha Tavares;
Furr	(01200404)	Ismael Salvador Martins Sá;
Furr	(13718204)	Eduardo Manuel dos Santos Martins;
Furr	(15358804)	Sónia Alexandrina Loureiro de Sousa;
Furr	(19643606)	Cátia Marisa Martins Coelho.

2 — Os referidos militares contam a antiguidade no novo posto desde 7 de setembro de 2014, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Segundo-Sargento, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, nos termos do despacho n.º 5 453-A /2014, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional.

4 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 453-A/2014, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, em referência do previsto no n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com a faculdade prevista no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, de forma a minimizar a carência existente no posto de Segundo-Sargento e visar satisfazer necessidades de caráter operacional do Exército, designadamente o desempenho de funções em Unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

28 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 13 352/14, *DR*, 2ª série, n.º 213 de 04nov14)

### Graduações

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 2 de outubro de 2014, graduar no posto de Tenente, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/91 de 26 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 54/97 de 6 de março e conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 251/2009 de 23 de setembro, o Alf RC (19383095) **António José Marques Santiago**.

2 — Conta a graduação no posto de tenente desde 18 de setembro de 2014, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

4 — A presente graduação é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 453-A/2014, de 16 de abril, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014.

28 de outubro de 2014. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 912/14, *DR*, 2.ª série, n.º 212, 03nov14)

---

## IV — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionados da SecApoio/RRRD:

### 2001

janeiro 24 Furr DFA (03408165) Carlos Alberto Barros.

### 2005

fevereiro 10 Sold PPI (00045239) Silvestre Pereira Júnior.

### 2006

agosto 01 Sold PPI (00001843) Francisco Teixeira.

**2009**

maio 02 Sold PPI (00589373) Armando Eduardo Dias Coutinho.

**2011**

abril 22 Sold PPI (04352863) João Simões Ângelo.

**2012**

janeiro 19 Sold DFA (02364263) António Ribeiro Fernandes;

abril 08 1Cb DFA (71081065) Marcolino Martins Gomes;

julho 24 1Cb DFA (09486563) Valdemar Barbosa Ferreira.

**2014**

outubro 20 Sold DFA (01632668) David António Mesquita.

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.*

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.*